

**FEDERAL DO AMAZONAS**

**FACULDADE DE DIREITO**



**PROJETO PEDAGÓGICO**  
**CURSO DE DIREITO**



**MANAUS – AM**  
**2009**

# PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO

COORDENAÇÃO DE GRADUAÇÃO

Manaus É Amazonas

## ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Profa. Doutora Márcia Perales Mendes Silva  
Reitora

Prof. Doutor Hedinaldo Narciso Lima  
Vice-Reitor

Profa. Doutora Rosana Cristina Parente  
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Prof. Doutor Francisco Adilson dos Santos Har a  
Pró-Reitor Adjunto de Ensino de Graduação

Profa. Doutora Selma Suely Baçal de Oliveira  
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Luiz Frederico Arruda  
Pró-Reitor de Extensão

Téc. Adm. Valdelário Farias Cordeiro  
Pró-Reitor de Administração e Planejamento

Téc. Adm. João Francisco Beckman Mour a  
Pró-Reitor para Assuntos Comunitários

**FACULDADE DE DIREITO**

**CLYNIO DE ARAÚJO BRANDÃO**  
DIRETOR

**SEBASTIÃO MARCELICE GOMES**  
COORDENADOR DA GRADUAÇÃO

**ÉDSON DE OLIVEIRA**  
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO

**SEBASTIÃO MARCELICE GOMES**  
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE DIREITO PRIVADO

**MARINA DAS GRAÇAS DE PAULA ARAÚJO**  
CHEFE DO DEPARTAMENTO DO DIREITO APLICADO

**JOSÉ RUSSO**  
COORDENADOR DA PÓS-GRADUAÇÃO



Your complimentary  
use period has ended.  
Thank you for using  
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to  
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

---

Comissão de Elaboração:  
Prof<sup>o</sup> MSc. Sebastião Marcelice Gomes  
Prof<sup>o</sup> Msc. José Roque Nunes Marques  
Prof<sup>a</sup> Marina das Graças de Paula Araújo  
Prof. Anderson Freitas da Fonseca  
Tec. Adm. Vitor César Picanço Lopes

Assessoria Técnica  
*Tereza Cristina Torres dos santos Barbosa*  
Diretora/DAE/PROEG  
*Fabíola Rodrigues Costa*  
Pedagoga/DAE/PROEG

## SUMÁRIO

<b>INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS</b> .....	<b>1</b>
<b>INFORMAÇÕES DO CURSO</b> .....	<b>1</b>
<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>2</b>
<b>HISTÓRICO</b> .....	<b>4</b>
<b>MARCO REFERENCIAL</b> .....	<b>5</b>
CARACTERIZAÇÃO DO CURSO.....	5
<i>Diagnóstico da Área no País e no Quadro Geral de Conhecimentos</i> .....	5
<i>Formação de Pessoal e Mercado</i> .....	7
<i>Campo de Atuação Profissional</i> .....	8
<i>Regulamentos e Registros da Profissão</i> .....	9
<i>Perfil do Profissional a ser Formado</i> .....	9
<i>Competências/Habilidades/Atitudes/Valores</i> .....	10
<i>Objetivos do Curso . Geral e Específicos</i> .....	11
ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CURSO.....	11
<i>Titulação</i> .....	11
<i>Modalidades</i> .....	12
<i>Número de Vagas Oferecidas pelo Curso</i> .....	12
<i>Forma de Ingresso</i> .....	12
<b>MATRIZ CURRICULAR</b> .....	<b>12</b>
EIXOS ESTRUTURANTES DO DESDOBRAMENTO CURRICULAR . NÚCLEO COMUM.....	13
EIXOS ESTRUTURANTES DO DESDOBRAMENTO CURRICULAR . NÚCLEO ESPECÍFICO.....	13
EIXOS ESTRUTURANTES DO DESDOBRAMENTO CURRICULAR . NÚCLEO PRÁTICO.....	14
EIXOS ESTRUTURANTES DO DESDOBRAMENTO CURRICULAR . NÚCLEO OPTATIVO.....	14
QUADRO DEMONSTRATIVO GERAL.....	15
<b>ESTRUTURA CURRICULAR - PERIODIZAÇÃO - PERIODIZAÇÃO</b> .....	<b>16</b>
QUADRO DE EQUIVALÊNCIA.....	20
QUADRO DE PRÉ-REQUISITOS.....	22
QUADRO RESUMO DE SIGLAS E PRÉ-REQUISITOS, CRÉDITOS E CARGA HORÁRIA.....	25
OBJETIVOS, EMENTAS E BIBLIOGRAFIA BÁSICA DAS DISCIPLINAS.....	27
<b>CONCEPÇÃO METODOLÓGICA</b> .....	<b>84</b>
PRINCÍPIOS NORTEADORES DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	86
<i>Avaliação Docente</i> .....	86
<i>Avaliação Discente</i> .....	86
<b>RELAÇÃO ENSINO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO</b> .....	<b>88</b>
<b>INFRAESTRUTURA</b> .....	<b>89</b>
INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA.....	89
<b>CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO</b> .....	<b>90</b>
QUADRO ATUAL - CORPO DOCENTE.....	91
QUADRO ATUAL - TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS.....	92
NECESSIDADE DE PESSOAL . CORPO DOCENTE.....	92
NECESSIDADE DE PESSOAL . CORPO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO.....	93
<b>ANEXOS</b> .....	<b>94</b>
ANEXO I - NORMAS E PROCEDIMENTOS DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES.....	95
ANEXO II - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES DO PROJETO DE PESQUISA E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	98
APENDICE DA RESOLUÇÃO.....	122

## INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

**Instituição: Universidade Federal do Amazonas Ë UFAM**  
**Reitor: Márcia Perales Mend es Silva**  
**Unidade Descentralizada: Faculdade de Direito**  
**Diretor: Clynio de Araújo Brandão**  
**Curso: Bacharelado em Direito**  
**CNPJ: 04.378.626/0001-97**  
**Endereço: Avenida Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000, Japiim**

## INFORMAÇÕES DO CURSO

**Denominação: Curso de Direito**  
**Número de Vagas: 90 vagas/ano Ë Exame Nacional do Ensino Médio**  
**36 vagas/ano Ë Processo Seletivo Contínuo**  
**Número Médio de Aluno/Sala: 45 alunos**  
**Dados do Projeto Pedagógico:**  
**Comum: 390 horas**  
**Específico: 2.940 horas**  
**Prática: 405 horas**  
**Eixo Optativo: 30 horas**  
**Atividades Complementares: 180 horas**  
**Carga Horária Total: 3.945 horas**

**Reconhecimento: Lei Federal Nº 924, 21/11/1949.**

## APRESENTAÇÃO

No início do século XX, o Estado do Amazonas viveu um período de prosperidade econômica com o ciclo da borracha, que promoveu o desenvolvimento local. Neste período foi implantada a primeira infra-estrutura de saneamento, criado o porto-flutuante, instalada a rede energia e a construção de próprios públicos, como o Teatro Amazonas, o Tribunal de Justiça e a Alfândega. Com o início da produção da borracha cultivada no continente asiático, iniciou-se o período de derrocada econômica que se prolongou até a década de 60, com a criação da Zona Franca de Manaus.

Hodiernamente, a economia do Estado do Amazonas está concentrada no Pólo Industrial de Manaus - PIM e em atividades de serviços, grande parte, decorrentes do próprio PIM.. O IDH do Amazonas é 0,717 (2000) e sua economia corresponde a 3,4% do PIB nacional. As atividades baseiam-se na indústria, eletro-eletrônica, de motocicletas, químico-farmacêutica, gráfica e relojoeira, indústria de transformação de minerais, de beneficiamento de matéria prima [vegetal](#) (inclusive madeira) e alimentícia, extrativismo vegetal, extração e processamento de petróleo e gás natural, agricultura, pesca, mineração, pecuária e ecoturismo.

Convém destacar que a cidade de Manaus detém o 4º maior PIB entre os municípios brasileiros, em consequência, principalmente, do crescimento do Pólo Industrial de Manaus e da movimentação de gás natural e petróleo. O faturamento anual dessa indústria é de 18,9 bilhões de dólares, com exportações superiores a 2,2 bilhões de dólares. São mais de 450 fábricas de grande, médio e pequeno porte, responsáveis pela grande quantidade da produção brasileira de televisores e monitores para PC, inclusive de LCD e plasma, cinescópios, telefones celulares, [aparelhos](#) de som, DVD players, relógios de pulso, aparelhos de ar condicionado, bicicletas e motocicletas, oferecendo mais de 120 mil [empregos diretos](#) somente em Manaus. Ao todo são mais de 500 mil empregos diretos e indiretos. (fonte: SUFRAMA).

A composição do Produto Interno Bruto do PIB do Estado está na seguinte ordem: . agropecuária: 2,7%; indústria: 56,9%; serviços: 40,4% (1999), com PIB per

capta . R\$ 0.000 (2009). A Exportação . (US\$ 1bilhão): eletroeletrônicos (48%), extratos para bebidas (24%), motos e motopeças (8%), máquinas copiadoras e acessórios (5%), aparelhos e lâminas de barbear (3%).

A economia do Estado recebeu um reforço extra com a exploração de gás e petróleo na Província Petrolífera de Urucú, que vem determinando um aumento anual do PIB, como também, projeta um cenário positivo para os próximos cinquenta anos, dados os evidentes os sinais de declínio na produção de petróleo nos países produtores.

O Estado do Amazonas tem se destacado no cenário nacional em razão das políticas de proteção das florestas, com um percentual de desmatamento inferior a 2% (dois por cento). Os governos têm procurado incentivar o chamado desenvolvimento sustentável, voltando-se para a preservação do legado ecológico, com a valorização do manejo de florestas e lagos.

Com este perfil, o Amazonas é hoje considerado o sétimo estado brasileiro em qualidade de vida. No entanto, a sustentabilidade no desenvolvimento econômico de uma região ou País somente é possível quando, ao lado de matéria-prima, infraestrutura, etc., há esforço político na formação de mão-de-obra local, seja para movimentar as máquinas da indústria, seja para atuar de forma competente na estrutura do Estado.

É nesse contexto que ganha importância o funcionamento de um Curso Jurídico de referência, em especial, quando está instalado no coração da maior floresta tropical do mundo e inserido na maior e mais importante instituição de Ensino Superior do Estado.

O Curso de Direito da Universidade do Amazonas nasceu com a Universidade Livre de Manaós+, tendo completado 100 anos em 17 de janeiro de 2009. Sua história é repleta de exemplos de dedicação, entusiasmo e comprometimento com a formação jurídica. Por suas salas passaram mais de uma dezena de Governadores, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Senadores, Deputados Federais, Desembargadores, Juízes, Procuradores, Promotores de Justiça e Advogados com atuação destacada em todo Brasil. Ao longo de sua história, a instituição centenária jamais se afastou do compromisso de formar profissionais capacitados para atuar nas mais variadas áreas do Direito, defendendo

com veemência os princípios da Ética, do Direito e da Justiça.

O presente Projeto Pedagógico do Curso de Direito da Universidade Federal do Amazonas . PPCD/UFAM tem por escopo adequar a estrutura de ensino, em sua dimensão pedagógica, docente e física, às novas diretrizes determinadas pelo Ministério da Educação e, sobretudo, firmar o desejo das comunidades docente, discente e administrativa de continuar mantendo a instituição centenária na sua trajetória vitoriosa, como Centro de Referência no ensino jurídico no norte do País.

## HISTÓRICO

A história do Curso de Direito da Universidade Federal do Amazonas se confunde, em muitos aspectos, com a da própria UFAM. Em 17 de janeiro de 1909, um grupo de homens idealistas e irmanados de um forte espírito público, tendo a frente o Professor Eulálio Chaves, fundou a primeira Universidade brasileira, com o nome de **Í Escola Universitária Livre de Manaós** .

O Curso de Direito estava na origem da Universidade Federal do Amazonas e, mesmo nos períodos sombrios da história econômica e política do Estado, as salas de aula jamais deixaram de produzir conhecimento, de fomentar a discussão política, de lutar pela democracia, com vistas a formar profissionais éticos e competentes.

O ideal de produzir conhecimento no coração da floresta amazônica sempre acompanhou a instituição universitária, e, mesmo no longo período de desintegração dos cursos, que passaram a funcionar isoladamente, o Curso de Direito se manteve firme na defesa de seus princípios e ideais. Outrossim, jamais deixou apagar a chama do ensino superior no Estado, funcionando como elo entre a **Universidade Livre de Manaós** e a **Universidade do Amazonas - UA**, refundada em 12 de junho de 1962, por força da Lei Federal nº 4.069-a, por iniciativa do Projeto de Lei do Senador Arthur Virgílio Filho. Via a Lei Federal 10.468, de junho de 2002, a UA passou a denominar-se **Universidade Federal do Amazonas É UFAM**.

No decorrer de sua história, o Curso de Direito ocupou o prédio da Rua Saldanha Marinho, onde hoje funciona a Escola Estadual Saldanha Marinho, e depois o da Praça dos Remédios (velha jaqueira) onde funcionou por mais de meio século. Atualmente, localiza-se no Campus Universitário . Setor Norte, graças ao

trabalho do ex-Diretor, Professor Mestre José Russo, que se empenhou na busca de recursos junto à bancada federal, valendo destacar a atuação do Senador Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto, que à época ocupava a Secretaria Geral da Presidência da República, e a participação decisiva do Magnífico Reitor, professor doutor Hindembergue Ordozgoith da Frota.

A par da melhoria das instalações, a comunidade acadêmica discutiu a necessidade de aprimorar o PROJETO PEDAGÓGICO com o objetivo de adequar a estrutura curricular às novas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação e acompanhar a evolução do Direito para atender as novas expectativas dos acadêmicos e da sociedade.

Assim, este PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO é o resultado do esforço conjunto de Professores, Alunos e Servidores, com vistas à reformulação curricular.

## MARCO REFERENCIAL

### CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

#### Diagnóstico da Área no País e no Quadro Geral de Conhecimentos

As Escolas de Direito no Brasil foram criadas com a promulgação da Lei de 11 de agosto de 1827, quando, em São Paulo e em Recife, se instalaram as primeiras escolas de Direito do país. Não obstante representarem marcos importantes na história do ensino superior, essas escolas estavam voltadas para atender os interesses do próprio Estado e consolidar o processo de dominação das oligarquias existentes, ligadas ao café e à cana-de-açúcar. Como salienta o Professor André Luiz Lopes dos Santos: %o público-alvo das Faculdades de Direito, por anos a fio, foi quase que exclusivamente composto pelos filhos das classes mais abastadas do país.+ (*Ensino Jurídico. Uma abordagem político-educacional*. São Paulo), fato efetivamente comprovado.

Sendo assim, o que pode ser verificado é que o surgimento do ensino jurídico refletiu essencialmente a vontade de uma elite, cuja verdadeira intenção consistia na

manutenção da estrutura de poder, já que formava um setor que iria gerenciar o país após a Independência, em meio ao processo de construção do Estado Nacional. Ainda segundo André Luiz, *Até o final do Império, os formandos desses cursos passariam a ocupar não apenas os cargos típicos da magistratura ou da advocacia, mas, principalmente, os cargos políticos e da administração pública, em geral.* (obras citadas).

Seguindo caminhos distintos, as Escolas de Recife (inovadora, filosófica, pensante) e de São Paulo (positivista, com forte influência da oligarquia agrária), escreveram páginas gloriosas na história da educação superior do País.

O início do século XX foi marcado pela quebra do monopólio (São Paulo . Recife) e o surgimento de novas Escolas de Direito, como no Rio de Janeiro e Manaus, esta, consolidando sua existência.

Deve-se registrar que durante todo o período republicano foram implementadas reformas pouco significativas no ensino superior e, em especial o ensino jurídico, que continuavam com caráter elitista e voltado ao aparelhamento do próprio Estado.

Na década de 90, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil . OAB, interessado na solução da crise que se instalou nos cursos jurídicos, criou uma Comissão Especial, com o objetivo de diagnosticar e apresentar soluções para os problemas. Tal iniciativa motivou a adoção de providências idênticas pelo Ministério da Educação, resultando na Portaria 1.886/94-MEC, fixando as diretrizes curriculares, conteúdos e infra-estrutura mínima para funcionamento regular das Escolas de Direito.

Recentemente, a chamada Reforma Universitária fomentou a criação de inúmeras instituições de ensino superior, que, nem sempre primam pela qualidade do egresso. No Estado do Amazonas não é diferente, pois, nos últimos 20 anos passamos de um único Curso de Direito, para mais de uma dezena. Se de um lado ampliou o acesso aos cursos superiores de um número maior da população, por outro, verifica-se cada vez mais a falta de compromisso com a formação dos acadêmicos.

O Curso de Direito da Universidade Federal do Amazonas durante sua história sempre procurou estar à frente de seu tempo, como por exemplo, colocando

do lado de disciplinas tradicionais (Direito Civil, Direito Penal, Direito Constitucional) disciplinas inovadoras e regionalizadoras de seu currículo, como Direito Ambiental e Introdução à Amazônia.

A grade curricular em vigor no Curso de Direito foi implantada em 1996, atendendo às disposições da Portaria do MEC n.º 1.886, de 30 de dezembro de 1994, que fixou as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo do Curso Jurídico. Via esta Portaria, foi elevada a carga horária, tendo sido ampliado o elenco de matérias. Foi instituída a obrigatoriedade de realização e defesa de monografia, como exigência para conclusão do curso, e inserida a disciplina obrigatória Atividades Complementares, bem como foi dado ênfase às atividades de Estágio.

Após uma década de implantação, com experiências positivas e negativas, foi sentida a necessidade de reformulação do Projeto Pedagógico, seja pelo anseio da comunidade acadêmica, seja pela necessidade de adequá-lo às novas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação e Resolução nº 02, de 18 de junho de 2007, do Conselho Nacional de Educação, a qual ampliou a carga horária do curso e estabeleceu como limite mínimo para integralização o fluxo de 5 anos.

O presente Projeto Pedagógico pretende atender a necessidade da constante adaptação entre o conhecimento oferecido através do conjunto articulado de atividades de ensino, pesquisa e extensão e a realidade jurídico-social, possibilitando ao egresso a inserção no mercado de trabalho, de forma competitiva e capacidade de fazer a diferença, ajudando a construir um mundo melhor.

### **Formação de Pessoal e Mercado**

Na apresentação do presente Projeto Pedagógico foi dado ênfase ao contexto econômico, onde o Estado tem alcançado posição de relevo no cenário regional e nacional, com perspectivas futuras no setor industrial, de serviços e o chamado terceiro setor. Essas condições são propícias ao crescimento de demandas judiciais e extrajudiciais necessitando da intervenção de profissionais de direito cada vez mais qualificado.

Também foi enfatizada a questão do mercado de trabalho que tenha relação direta com o número de habitantes. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística . IBGE, o Estado do Amazonas possui 3.311.026 (2006), com o

crescimento demográfico 3,37% ao ano, no período de 1991 a 2006, com a população urbana representando 76,6% (2004). Em Manaus, como Capital-Estado, concentra: 1,7 (2006) e mais de 75% da atividade econômica.

O PPCD/UFAM considerou não apenas formar bacharéis em direito, mas garantir que sua formação possibilite disputar o mercado de trabalho com vantagens competitivas. Por esse motivo, ao lado de disciplinas obrigatórias na formação, como Direito Civil, Direito Penal, Direito Constitucional, Direito Tributário e outras, foram inseridas disciplinas como Direito Ambiental, Direito Agrário, Direito do Consumidor, sempre visando à dinâmica da ciência jurídica nacional e internacional.

### **Campo de Atuação Profissional**

O diploma de Bacharelado em Direito, após aprovação no exame promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, habilita o portador, a atuar nos mais variados campos das carreiras jurídicas. Nesse contexto, merecem destaque:

a) Atuação no Poder Judiciário, com destaque a carreira de Magistrado, que tem início em concurso para Juiz de Direito. No processo de modernização do Judiciário, tem-se observado inúmeros concursos para a técnico de nível superior, com exigência de formação no Curso de Direito.

b) Atuação no Ministério Público, que tem como cargo inicial, a Promotoria de Justiça (MPE) ou de Procurador da República (MPF).

c) Atuação como Procuradores da União, Estados, Municípios, de Autarquias e Fundações, com atribuições definidas em lei, para representar judicial e extrajudicialmente os respectivos órgãos.

d) Atuação como Defensores Públicos da União e dos Estados, com atribuição de representar as pessoas de baixa renda, promovendo-lhes a defesa judicial e extrajudicial.

e) Atuação como Advogado, patrocinando causas nas áreas cível, criminal, trabalhista, e administrativa.

Por outro lado, observa-se cada vez mais o número de profissionais que optam por seguir uma carreira na iniciativa privada, atuando na advocacia judicial, extrajudicial e, também, em consultorias de empresas.

Portanto, o leque de opções é imenso, o que aumenta a responsabilidade da FD, na formação do profissional. O Advogado, nas palavras de Leon Frejda Szklarowsky *é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável pelos seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei, assinala solenemente a Constituição vigente, todavia, hodiernamente se deve entender essa proclamação, no seu sentido mais elástico, visto que sua presença, como se afirmou antes é absolutamente necessária em todos os atos e relações civis do ser humano. Vale dizer é indispensável à sociedade*+ E esta é a preocupação que norteia este Projeto.

### **Regulamentos e Registros da Profissão**

Como se destacou anteriormente, o diploma de bacharel em Direito habilita o seu portador a inúmeras atividades, que, por sua vez, tem regulamentos próprios, como por exemplo:

- a) Magistratura . Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar Nº 35, de 14 de março de 1979).
- b) Ministério Público . Lei Orgânica do Ministério Público dos Estados (Lei 8.625, de 12 de fevereiro de 1993).
- c) Advocacia . Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei 8.906, de 04 de julho de 1994).

### **Perfil do Profissional a ser Formado**

A construção de um Projeto Pedagógico enfrenta grandes desafios. Nesse contexto está à definição do perfil que se pretende dar àqueles que buscam o curso superior, de modo que a estruturação do curso e matriz curricular atenda as expectativas, sem perder o olhar para a realidade regional e a referência nacional.

Evidentemente, a definição do perfil do egresso deverá levar em consideração o próprio mercado de trabalho regional, com suas especificidades, mas que por sua vez, não pode se dissociar do cenário nacional, das condições econômicas e das permanentes mudanças no ordenamento jurídico.

As Escolas de Direito também são Escolas de Cidadania, onde a busca de novos conhecimentos do processo crítico de entender o Direito está associada ao apego a ética e à necessidade de formar profissionais comprometidos com a melhoria das condições de vida da população.

Pretende-se, portanto, formar um bacharel em Direito com amplo conhecimento jurídico, comprometido com a ética e com a realidade regional, a partir do seguinte perfil:

- a) formação humanística, técnico-jurídica e prática, indispensável à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais;
- b) senso ético-profissional, associado à responsabilidade social, com a compreensão da causalidade e finalidade das normas jurídicas, da busca constante da libertação do homem e do aprimoramento da sociedade;
- c) capacidade de apreensão, transmissão crítica e produção criativa do Direito, aliada ao raciocínio lógico e consciência da necessidade de permanente atualização;
- d) capacidade para equacionar problemas e buscar soluções harmônicas com as exigências sociais;
- e) capacidade de desenvolver formas extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos;
- f) visão atualizada de mundo e, em particular, consciência dos problemas da comunidade em que está inserido.

### **Competências/Habilidades/Atitudes/Valores**

Para atingir o perfil delineado para o graduando deverão ser trabalhadas as seguintes competências e habilidades:

- a) leitura e compreensão de textos e documentos;
- b) interpretação e aplicação do Direito;
- c) pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras formas do Direito;
- d) produção criativa do direito;
- e) utilização correta da linguagem . primando pela clareza, precisão,

propriedade, fluência e riqueza de vocabulário;

f) desenvolvimento do raciocínio lógico, da argumentação, da persuasão e da reflexão crítica;

g) análise de casos concretos, com avaliação diante da lei e aplicação correta da Lei nas decisões;

h) capacidade técnico-instrumental de conhecimento do Direito e seu exercício.

### **Objetivos do Curso É Geral e Específicos**

a) Objetivo Gerais:

- Formar bacharéis em Direito com amplo conhecimento jurídico nas variadas áreas, de modo a permitir o exercício da atividade profissional com competência e habilidades superiores, visão humanista e apego a ética, comprometido com a melhoria das condições de vida da população e o ideal de justiça.

b) Objetivos Específicos:

- Capacitar os Bacharéis em Direito para o exercício das diversas carreiras jurídicas, tais como: Advocacia, Magistratura, Ministério Público, Diplomacia, Assessoria e Consultoria Empresarial, Notariado e Serviços Públicos em geral.
- Proporcionar ao Bacharel a incorporação de conhecimentos, habilidades, atitudes, posturas e comportamentos próprios do profissional do Direito.
- Enfatizar o aspecto social da atividade do profissional do Direito conscientizando-o da sua importância, também como cidadão, na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

### **ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CURSO**

#### **Titulação**

A conclusão do Curso de Direito confere ao formando o título de Bacharel em Direito, habilitando-o a prestar o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil . OAB (para atuar como Advogado) ou outros concursos onde se exige apenas o bacharelado.

## Modalidades

O Curso de Direito é de modalidade única, com formação geral, possibilitando a atuação nas variadas áreas do Direito.

## Número de Vagas Oferecidas pelo Curso

O Curso de Direito da Universidade Federal do Amazonas oferece 126 (cento e vinte e seis) vagas anuais, assim distribuídas: Direito Diurno: 63 vagas; Direito Noturno: 63 vagas.

Convém destacar que, a forma de ingresso se dá através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), com 45 vagas para cada turno, e pelo Processo Seletivo Contínuo (PSC), com 18 vagas por turno, além do extra-macro e transferências obrigatórias.

## Forma de Ingresso

INGRESSO	DIURNO	NOTURNO	TOTAL	PERCENTUAL
ENEM	45	45	90	50%
PSC	18	18	36	50%
<b>TOTAL</b>	<b>63</b>	<b>63</b>	<b>126</b>	<b>100%</b>
<b>PERCENTUAL</b>	<b>50%</b>	<b>50%</b>	<b>100%</b>	<b>-</b>

## MATRIZ CURRICULAR

A estrutura curricular proposta é resultado da necessidade de adequar o Curso de Direito da Universidade Federal do Amazonas às novas exigências legais, buscando relacionar o conteúdo das disciplinas ao perfil profissional do egresso, comprometido com a realidade regional e a formação do profissional ético.

## EIXOS ESTRUTURANTES DO DESDOBRAMENTO CURRICULAR Ë NÚCLEO COMUM

01	EIXO FUNDAMENTAL		
	Filosofia	Filosofia Geral e do Direito	75 horas
	Sociologia	Sociologia Geral e Jurídica	75 horas
	Antropologia	Antropologia Geral e Jurídica	30 horas
	Ciência Política	Teoria Política e Constitucional	75 horas
	Psicologia	Psicologia Geral e Jurídica	75 horas
	Hermenêutica	Hermenêutica Jurídica	30 horas
	Economia	Introdução à Economia Política e da Amazônia	30 horas
<b>TOTAL</b>			<b>390 horas</b>

## EIXOS ESTRUTURANTES DO DESDOBRAMENTO CURRICULAR Ë NÚCLEO ESPECÍFICO

02	EIXO PROFISSIONALIZANTE		
	Direito Civil	Direito Civil I (Parte Geral)	75 horas
		Direito Civil II (Obrigações)	75 horas
		Direito Civil III (Contratos)	75 horas
		Direito Civil IV (Responsabilidade Civil)	75 horas
		Direito Civil V (Coisas)	75 horas
		Direito Civil VI (Família)	75 horas
		Direito Civil VII (Sucessões)	75 horas
	Direito Penal	Direito Penal I (Parte Geral)	75 horas
		Direito Penal II	75 horas
		Direito Penal III	75 horas
		Direito Penal IV (Leis Extravagantes)	75 horas
	Direito Constitucional	Direito Constitucional I	75 horas
		Direito Constitucional II	75 horas
	Direito do Trabalho	Direito do Trabalho I	75 horas
		Direito do Trabalho II	75 horas
		Direito Processual do Trabalho	75 horas
	Direito Financeiro e Tributário	Direito Tributário I	75 horas
		Direito Tributário II	75 horas
		Direito Financeiro	75 horas
	Direito Internacional	Direito Internacional Público	75 horas
		Direito Internacional Privado	75 horas
	Direito Administrativo	Direito Administrativo I	75 horas
		Direito Administrativo II	75 horas
	Direito Empresarial	Direito Empresarial I	75 horas
		Direito Empresarial II	75 horas
	Direito Processual	Teoria Geral do Processo	75 horas
		Direito Processual Civil I	75 horas

		Direito Processual Civil II	75 horas
		Direito Processual Civil III	75 horas
		Direito Processual Penal I	75 horas
		Direito Processual Penal II	75 horas
	Outras Disciplinas Obrigatórias	Redação e Linguagem Jurídica	75 horas
		Metodologia do Estudo do Direito	30 horas
		Projeto de Pesquisa	30 horas
		Introdução ao Estudo do Direito	75 horas
		Direitos Humanos	30 horas
		Ética Profissional	30 horas
		Trabalho de Conclusão de Curso	75 horas
		Direito do Consumidor	30 horas
		Direito Ambiental	75 horas
		Direito Agrário	30 horas
		Solução Alt Conflito	30 horas
		Direito Previdenciário	75 horas
		Direito da Execução Criminal	30 horas
<b>TOTAL</b>			<b>2.940 horas</b>

### EIXOS ESTRUTURANTES DO DESDOBRAMENTO CURRICULAR E NÚCLEO PRÁTICO

03	EIXO DE FORMAÇÃO PRÁTICA		
	Prática Simulada	Prática Simulada I (Civil I)	75 horas
		Prática Simulada II (Trabalho)	75 horas
		Prática Simulada III (Penal)	75 horas
		Prática Jurídica Real I	90 horas
		Prática Jurídica Real II	90 horas
		<b>TOTAL</b>	<b>405 horas</b>

### EIXOS ESTRUTURANTES DO DESDOBRAMENTO CURRICULAR E NÚCLEO OPTATIVO

4	NÚCLEO OPTATIVO	
	Linguagem Brasileira de Sinais LIBRAS	60 horas
	Criminologia	30 horas

	Introdução a Amazonia	30 horas
	História do Direito	30 horas
	Direito Educacional	30 horas
	Direito Municipal	30 horas
	Introdução à Medicina Legal	30 horas
	Direito Eleitoral	30 horas
	Política Fiscal	30 horas
	Informática Jurídica	30 horas
<b>QUADRO DEMONSTRATIVO GERAL</b>		
<b>5</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	
	Núcleo Comum	390 horas
	Específico	2.940 horas
	Prática	405 horas
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>3.735 horas</b>
	Eixo Optativo	30 horas
	Atividades Complementares	180 horas
	<b>TOTAL</b>	<b>3.945 horas</b>

## ESTRUTURA CURRICULAR - PERIODIZAÇÃO - PERIODIZAÇÃO

### 1º SEMESTRE

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
01 REDAÇÃO E LINGUAGEM JURÍDICA	75	5
02 INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	75	5
03 TEORIA POLÍTICA E CONSTITUCIONAL	75	5
04 SOCIOLOGIA GERAL E JURÍDICA	75	5
05 HERMENÊUTICA JURÍDICA	30	2
06 METODOLOGIA DO ESTUDO EM DIREITO	30	2
<b>Total do Período</b>	<b>360 Horas</b>	<b>24 Créditos</b>

### 2º SEMESTRE

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
01 DIREITO CONSTITUCIONAL I	75	5
02 DIREITO CIVIL I	75	5
03 DIREITO PENAL I	75	5
04 FILOSOFIA GERAL E DO DIREITO	75	5
05 INTRODUÇÃO À ECON. POLÍT. R DA AMAZÔNIA	30	2
06 ANTROPOLOGIA GERAL E JURÍDICA	30	2
<b>Total do Período</b>	<b>360 Horas</b>	<b>24 Créditos</b>

### 3º SEMESTRE

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
01 DIREITO CONSTITUCIONAL II	75	5
02 DIREITO CIVIL II	75	5

03	DIREITO PENAL II	75	5
04	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	75	5
05	PSICOLOGIA GERAL E JURÍDICA	75	5
<b>Total do Período</b>		<b>375 Horas</b>	<b>25 Créditos</b>

#### 4º SEMESTRE

	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
01	TEORIA GERAL DO PROCESSO	75	5
02	DIREITO CIVIL III	75	5
03	DIREITO PENAL III	75	5
04	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	75	5
05	DIREITO EMPRESARIAL I	75	5
<b>Total do Período</b>		<b>375 Horas</b>	<b>25 Créditos</b>

#### 5º SEMESTRE

	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
01	DIREITO PROCESSUAL CIVIL I	75	5
02	DIREITO CIVIL IV	75	5
03	DIREITO PENAL IV	75	5
04	DIREITO DO TRABALHO I	75	5
05	DIREITO EMPRESARIAL II	75	5
<b>Total do Período</b>		<b>375 Horas</b>	<b>25 Créditos</b>

#### 6º SEMESTRE

	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
01	DIREITO PROCESSUAL CIVIL II	75	5

02 DIREITO CIVIL V	75	5
03 DIREITO ADMINISTRATIVO I	75	5
04 DIREITO PROCESSUAL PENAL I	75	5
05 DIREITO DO TRABALHO II	75	5
<b>Total do Período</b>	<b>375 Horas</b>	<b>25 Créditos</b>

### 7º SEMESTRE

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
01 DIREITO PROCESSUAL CIVIL III	75	5
02 DIREITO CIVIL VI	75	5
03 DIREITO ADMINISTRATIVO II	75	5
04 DIREITO PROCESSUAL PENAL II	75	5
05 DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	75	5
<b>Total do Período</b>	<b>375 Horas</b>	<b>25 Créditos</b>

### 8º SEMESTRE

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
01 DIREITO FINANCEIRO	75	5
02 DIREITO CIVIL VII	75	5
03 PRÁTICA SIMULADA I (CIVIL)	75	5
04 PRÁTICA SIMULADA II (TRABALHO)	75	5
05 PRÁTICA SIMULADA III (PENAL)	75	5
<b>Total do Período</b>	<b>375 Horas</b>	<b>25 Créditos</b>

### 9º SEMESTRE

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
01 DIREITO TRIBUTÁRIO I	75	5
02 DIREITO AMBIENTAL	75	5
03 DIREITO PREVIDENCIÁRIO	75	5
04 DIREITO DA EXECUÇÃO CRIMINAL	30	2
06 PROJETO DE PESQUISA	30	2
07 DIREITOS HUMANOS	30	2
08 PRÁTICA JURÍDICA REAL I	90	3
<b>Total do Período</b>	<b>405 Horas</b>	<b>24 Créditos</b>

### 10º SEMESTRE

01 DIREITO TRIBUTÁRIO II	75	5
02 ÉTICA PROFISSIONAL	30	2
03 SOLUÇÃO ALTERNATIVA DE CONFLITOS	30	2
04 DIREITO DO CONSUMIDOR	30	2
05 DIREITO AGRÁRIO	30	2
06 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	75	5
07 PRÁTICA JURÍDICA REAL II	90	3
<b>Total do Período</b>	<b>360 Horas</b>	<b>21 Créditos</b>

**QUADRO DE EQUIVALÊNCIA**

Currículo 1997			Currículo 2009				
Período	Sigla	Disciplina	Período	Sigla	Disciplina	Créditos	CH
1	IHP012	Português I	1	IHP293	Redação e Linguagem Jurídica	5	75
1	FET013	Metodologia do Estudo	1	FDU304	Metodologia do Estudo em Direito	2	30
1 4	IHS011 IHS009	Sociologia I e Sociologia Jurídica	1	IHS401	Sociologia Geral e Jurídica	5	75
2	FDU011	Hermenêutica Jurídica	1	FDU303	Hermenêutica Jurídica	2	30
3	FDU003	Direito Constitucional I	2	FDU305	Direito Constitucional I	5	75
3	FDI001	Direito Civil I	2	FDI031	Direito Civil I	5	75
3	FDU008	Direito Penal I	2	FDU306	Direito Penal I	5	75
3	IHF034	Filosofia do Direito	2	IHF224	Filosofia Geral do Direito	5	75
4	FDU004	Direito Constitucional II	3	FDU029	Direito Constitucional II	5	75
4	FDI002	Direito Civil II	3	FDI032	Direito Civil II	5	75
4	FDU009	Direito Penal II	3	FDU041	Direito Penal II	5	75
5	FDU015	Direito Internacional Público	3	FDU042	Direito Internacional Público	5	75
6	FDP002	Teoria Geral do Processo	4	FDP044	Teoria do Processo	5	75
5	FDI003	Direito Civil III	4	FDI033	Direito Civil III	5	75
5	FDU010	Direito Penal III	4	FDU030	Direito Penal III	5	75
6	FDI021	Direito Internacional Privado	4	FDI041	Direito Internacional Privado	5	75
5	FDI007	Direito Comercial I	4	FDI028	Direito Empresarial I	5	75
OPT.	FDU028	Direito do Consumidor	4	FDU050	Direito do Consumidor	2	30
7	FDP014	Direito Processual Civil I	5	FDP045	Direito Processual Civil I	5	75
5	FDU010	Direito Penal III	5	FDU033	Direito Penal IV	5	75
7	FDI011	Direito do Trabalho I	5	FDI035	Direito do Trabalho I	5	75
6 7	FDI008 FDI009	Direito Comercial II e III	5	FDI044	Direito Empresarial II	5	75
8	FDP015	Direito Processual Civil II	6	FDP046	Direito Processual Civil II	5	75
6	FDI004	Direito Civil IV	6	FDI036	Direito Civil V	5	75
5	FDU013	Direito Administrativo I	6	FDU034	Direito Administrativo I	5	75

		Direito Processual Penal I	6	FDP047	Direito Processual Penal I	5	75
8	FDI012	Direito do Trabalho II	6	FDI037	Direito do Trabalho II	5	75
9	FDP016	Direito Processual Civil III	7	FDP048	Direito Processual Civil III	5	75
7	FDI005	Direito Civil V	7	FDI038	Direito Civil VI	5	75
6	FDU014	Direito Administrativo II	7	FDU035	Direito Administrativo II	5	75
8	FDP012	Direito Processual Penal II	7	FDP049	Direito Processual Penal II	5	75
8	FDU005	Direito Financeiro	7	FDU036	Direito Financeiro	5	75
9	FDI027	Direito do Trabalho III	7	FDI039	Direito Processual do Trabalho	5	75
9	FDU006	Direito Tributário I	8	FDU037	Direito Tributário I	5	75
8	FDI006	Direito Civil VI	8	FDI040	Direito Civil VII	5	75
10	FDP022	Prática Simulada I	8	FDP050	Prática Simulada I (Civil)	5	75
10	FDP032	Prática Simulada II	8	FDP051	Prática Simulada II (Trabalho)	5	75
10	FDP042	Prática Simulada III	8	FDP052	Prática Simulada III (Penal)	5	75
		Direito Tributário II	9	FDU039	Direito Tributário II	5	75
9	FDU016	Direito Ecológico	9	FDU043	Direito Ambiental	5	75
OPT.	FDU023	Direito Previdenciário	9	FDU044	Direito Previdenciário	5	75
	FDP040	Monografia	9	FDP054	Projeto de Pesquisa	2	30
10	FDP021	Prática Jurídica Real I	9	FDP055	Prática Jurídica Real I	3	90
4	FDU032	Ética Profissional	10	FDU040	Ética Profissional	2	30
9	FDI020	Direito Agrário	10	FDI042	Direito Agrário	2	30
	FDP041	Monografia	10	FDP057	Trabalho de Conclusão de Curso	5	75
11	FDP031	Prática Jurídica Real II	10	FDP058	Prática Jurídica Real II	3	90

#### QUADRO DE TRANSIÇÃO

Ano	Semestre	Currículo 1997	Currículo 2009
2009	1º	3º, 5º, 7º, 9º	1º
2009	2º	4º, 6º, 8º, 10º	2º
2010	1º	5º, 7º, 9º	1º, 3º
2010	2º	6º, 8º, 10º	2º, 4º
2011	1º	7º, 9º	1º, 3º, 5º
2011	2º	8º, 10º	2º, 4º, 6º
2012	1º	9º	1º, 3º, 5º, 7º
2012	2º	10º	2º, 4º, 6º, 8º
2013	1º		1º, 3º, 5º, 7º, 9º
2013	2º		2º, 4º, 6º, 8º, 10º

- A última turma do currículo 1997 integralizará o Curso no 2º semestre letivo do ano 2012;
- A primeira turma do currículo 2009 integralizará o curso no 2º semestre letivo do ano de 2013;

#### QUADRO DE PRÉ-REQUISITOS

1º SEMESTRE	
CURRÍCULO 2009	PRÉ-REQUISITO
01 REDAÇÃO E LINGUAGEM JURÍDICA	-
02 INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	-
03 TEORIA POLÍTICA E CONSTITUCIONAL	-
04 METODOLOGIA DO ESTUDO EM DIREITO	-
05 SOCIOLOGIA GERAL E JURÍDICA	-
06 HERMENÊUTICA JURÍDICA	-

## 2º SEMESTRE

CURRÍCULO 2009	PRÉ-REQUISITO
01 DIREITO CONSTITUCIONAL I	Introdução ao Estudo do Direito
02 DIREITO CIVIL I	Introdução ao Estudo do Direito
03 DIREITO PENAL I	Introdução ao Estudo do Direito
04 FILOSOFIA DO DIREITO	-
05 ECONOMIA POLÍTICA E DA AMAZÔNIA	-
06 ANTROPOLOGIA JURÍDICA	Sociologia Geral E Jurídica

## 3º SEMESTRE

CURRÍCULO 2009	PRÉ-REQUISITO
01 DIREITO CONSTITUCIONAL II	Direito Constitucional I
02 DIREITO CIVIL II	Direito Civil I
03 DIREITO PENAL II	Direito Penal I
05 DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	Direito Constitucional I
06 PSICOLOGIA GERAL E JURÍDICA	-

## 4º SEMESTRE

CURRÍCULO 2009	PRÉ-REQUISITO
01 TEORIA GERAL DO PROCESSO	Introdução ao Estudo do Direito
02 DIREITO CIVIL III	Direito Civil II
03 DIREITO PENAL III	Direito Penal II
04 DIREITO AMBIENTAL	Direito Constitucional I
05 DIREITO EMPRESARIAL I	Direito Civil II

## 5º SEMESTRE

CURRÍCULO 2009	PRÉ-REQUISITO
01 DIREITO PROCESSUAL CIVIL I	Teoria Geral do Processo
02 DIREITO CIVIL IV	Direito Civil I
03 DIREITO PENAL IV	Direito Penal I
04 DIREITO DO TRABALHO I	Direito Civil I
05 DIREITO EMPRESARIAL II	Direito Empresarial I

## 6º SEMESTRE

CURRÍCULO 2009	CURRÍCULO 1997
01 DIREITO PROCESSUAL CIVIL II	Direito Processual Civil I
02 DIREITO CIVIL V	Direito Civil I
03 DIREITO ADMINISTRATIVO I	Direito Constitucional II
04 DIREITO PROCESSUAL PENAL I	Teoria Geral do Processo
05 DIREITO DO TRABALHO II	Direito do Trabalho I

## 7º SEMESTRE

CURRÍCULO 2009	CURRÍCULO 1997
01 DIREITO PROCESSUAL CIVIL III	Direito Processual Civil II
02 DIREITO CIVIL VI	Direito Civil I
03 DIREITO ADMINISTRATIVO II	Direito Administrativo I
04 DIREITO PROCESSUAL PENAL II	Direito Processual Penal I
05 DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Teoria Geral do Processo

## 8º SEMESTRE

CURRÍCULO 2009	CURRÍCULO 1997
07 DIREITO FINANCEIRO	Direito Constitucional II
02 DIREITO CIVIL VII	Direito Civil I
03 PRÁTICA SIMULADA I (CIVIL)	Direito Processual Civil I, II e III
04 PRÁTICA SIMULADA II (TRABALHO)	Direito do Trabalho II
05 PRÁTICA SIMULADA III (PENAL)	Direito Processual Penal I e II

## 9º SEMESTRE

CURRÍCULO 2009	CURRÍCULO 1997
01 DIREITO TRIBUTÁRIO I	Direito Constitucional II
02 DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	Direito Internacional Público
03 DIREITO PREVIDENCIÁRIO	Direito Constitucional II
04 DIREITO DE EXECUÇÃO CRIMINAL	Direito Processual Penal II
05 PROJETO DE PESQUISA	Metodologia do Estudo em Direito
06 PRÁTICA JURÍDICA REAL I	Prática Simulada I, II e III
07 DIREITOS HUMANOS	Direito Constitucional II

## 10º SEMESTRE

CURRÍCULO 2009	CURRÍCULO 1997
01 DIREITO TRIBUTÁRIO II	Direito Tributário I
02 ÉTICA PROFISSIONAL	-
03 SOLUÇÃO ALTERNATIVA DE CONFLITOS	Teoria Geral do Processo
04 DIREITO AGRÁRIO	Direito Constitucional I
05 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	Projeto de Pesquisa
06 PRÁTICA JURÍDICA REAL II	Prática Simulada I, II e III
07 DIREITO DO CONSUMIDOR	Direito Constitucional I

### QUADRO RESUMO DE SIGLAS E PRÉ-REQUISITOS, CRÉDITOS E CARGA HORÁRIA

PERÍODO	SIGLA	NOME DA DISCIPLINA	PRÉ-REQ.	CRÉDITOS	C/HOR.
1º	IHP293	REDAÇÃO E LINGUAGEM JURÍDICA	-	5.5.0	75
1º	FDU001	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	-	5.5.0	75
1º	FDP043	TEORIA POLÍTICA E CONSTITUCIONAL	-	5.5.0	75
1º	IHS401	SOCIOLOGIA GERAL E JURÍDICA	-	5.5.0	75
1º	FDU303	HERMENÊUTICA JURÍDICA	-	2.2.0	30
1º	FDU304	METODOLOGIA DO ESTUDO EM DIREITO	-	2.2.0	30
PERÍODO	SIGLA	NOME DA DISCIPLINA	PRÉ-REQ.	CRÉDITOS	C/HOR.
2º	FDU305	DIREITO CONSTITUCIONAL I	FDU001	5.5.0	75
2º	FDI031	DIREITO CIVIL I	FDU001	5.5.0	75
2º	FDU306	DIREITO PENAL I	FDU001	5.5.0	75
2º	IHF224	FILOSOFIA GERAL E DO DIREITO	-	5.5.0	75
2º	FAE210	INTROD. À ECON. POLÍT. E DA AMAZÔNIA	-	2.2.0	30
2º	IHS402	ANTROPOLOGIA GERAL JURÍDICA	-	2.2.0	30
PERÍODO	SIGLA	NOME DA DISCIPLINA	PRÉ-REQ.	CRÉDITOS	C/HOR.
3º	FDU029	DIREITO CONSTITUCIONAL II	FDI031	5.5.0	75
3º	FDI032	DIREITO CIVIL II	FDI031	5.5.0	75
3º	FDU041	DIREITO PENAL II	FDU306	5.5.0	75
3º	FDU042	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	FDU305	5.5.0	75
3º	FEF087	PSICOLOGIA GERAL E JURÍDICA	-	5.5.0	75
PERÍODO	SIGLA	NOME DA DISCIPLINA	PRÉ-REQ.	CRÉDITOS	C/HOR.
4º	FDP044	TEORIA GERAL DO PROCESSO	FDU001	5.5.0	75
4º	FDI033	DIREITO CIVIL III	FDI032	5.5.0	75
4º	FDU030	DIREITO PENAL III	FDU041	5.5.0	75
4º	FDU043	DIREITO AMBIENTAL	-	5.5.0	75
4º	FDI028	DIREITO EMPRESARIAL I	FDI032	5.5.0	75

PERÍODO	SIGLA	NOME DA DISCIPLINA	PRÉ-REQ.	CRÉDITOS	C/HOR.
5º	FDP045	DIREITO PROCESSUAL CIVIL I	FDP044	5.5.0	75
5º	FDI034	DIREITO CIVIL IV	FDI032	5.5.0	75
5º	FDU033	DIREITO PENAL IV	FDU041	5.5.0	75
5º	FDI035	DIREITO DO TRABALHO I	FDI031	5.5.0	75
5º	FDI044	DIREITO EMPRESARIAL II	-	5.5.0	75
PERÍODO	SIGLA	NOME DA DISCIPLINA	PRÉ-REQ.	CRÉDITOS	C/HOR.
6º	FDP046	DIREITO PROCESSUAL CIVIL II	FDP045	5.5.0	75
6º	FDI036	DIREITO CIVIL V	FDI032	5.5.0	75
6º	FDU034	DIREITO ADMINISTRATIVO I	FDU029	5.5.0	75
6º	FDP047	DIREITO PROCESSUAL PENAL I	FDP044	5.5.0	75
6º	FDI037	DIREITO DO TRABALHO II	FDI035	5.5.0	75
PERÍODO	SIGLA	NOME DA DISCIPLINA	PRÉ-REQ.	CRÉDITOS	C/HOR.
7º	FDP048	DIREITO PROCESSUAL CIVIL III	FDP046	5.5.0	75
7º	FDI038	DIREITO CIVIL VI	FDI032	5.5.0	75
7º	FDU035	DIREITO ADMINISTRATIVO II	FDU034	5.5.0	75
7º	FDP049	DIREITO PROCESSUAL PENAL II	FDP047	5.5.0	75
7º	FDI039	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	FDP044	5.5.0	75
PERÍODO	SIGLA	NOME DA DISCIPLINA	PRÉ-REQ.	CRÉDITOS	C/HOR.
8º	FDU036	DIREITO FINANCEIRO	FDU029	5.5.0	75
8º	FDI040	DIREITO CIVIL VII	FDI038	5.5.0	75
8º	FDP050	PRÁTICA SIMULADA I (CIVIL)	FDP048	5.5.0	75
8º	FDP051	PRÁTICA SIMULADA II (TRABALHO)	FDP049	5.5.0	75
8º	FDP052	PRÁTICA SIMULADA III (PENAL)	FDI039	5.5.0	75
PERÍODO	SIGLA	NOME DA DISCIPLINA	PRÉ-REQ.	CRÉDITOS	C/HOR.
9º	FDU037	DIREITO TRIBUTÁRIO I	FDU029	5.5.0	75
9º	FDI041	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	FDU042	5.5.0	75
9º	FDU044	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	FDU029	5.5.0	75
9º	FDP053	DIREITO DA EXECUÇÃO CRIMINAL	FDP049	2.2.0	30
9º	FDP054	PROJETO DE PESQUISA	FDU304	2.2.0	30
9º	FDU038	DIREITOS HUMANOS	FDU029	2.2.0	30
9º	FDP055	PRÁTICA JURÍDICA REAL I	FDP050 FDP051 FDP052	3.0.3	90
PERÍODO	SIGLA	NOME DA DISCIPLINA	PRÉ-REQ.	CRÉDITOS	C/HOR.
10º	FDU039	DIREITO TRIBUTÁRIO II	FDU037	5.5.0	75
10º	FDU040	ÉTICA PROFISSIONAL	-	2.2.0	30
10º	FDP56	SOLUÇÃO ALTERNATIVA DE CONFLITOS	FDP044	2.2.0	30
10º	FDU050	DIREITO DO CONSUMIDOR	FDU029	2.2.0	30
10º	FDI042	DIREITO AGRÁRIO	FDU029	2.2.0	30
10º	FDP057	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	FDP054	5.5.0	75
10º	FDP058	PRÁTICA JURÍDICA REAL II	FDP050 FDP051 FDP052	3.0.3	90

## OBJETIVOS, EMENTAS E BIBLIOGRAFIA BÁSICA DAS DISCIPLINAS

### I) DISCIPLINAS DO 1º PERÍODO

**Introdução do Estudo do Direito**                      75 HORAS                      FDU0001

#### Objetivo

Revelar os objetivos principais, a que se estende o termo "Direito" (Direito Objetivo, Direito). Situar a Ciência do Direito no quadro das Ciências. Dar uma visão panorâmica das histórias do pensamento jurídico; dar os traços principais da dogmática jurídica e seus modelos básicos: analítico, hermenêutico e decisório.

#### Ementa

A Sociedade. O Direito e o Estado. Ciência do Direito: dogmática; a decidibilidade de conflitos como objeto do fenômeno jurídico; norma jurídica; as grandes dicotomias: direito público e privado, direito objetivo e subjetivo, direito positivo e natural; relações jurídicas, responsabilidade e obrigação, capacidade e competência, Sujeito de Direito: pessoa física e jurídica. Teoria do ordenamento jurídico. Sistema e norma fundamental. Dogmática da fonte do direito. Validade, eficácia, exigência e força.

#### Bibliografia

- BOBBIO, Norberto . Teoria do Ordenamento Jurídico. 7ª ed., Brasília, UNB, 1996.
- CARDOSO, Otávio Ferreira . Introdução ao estudo do direito. 3ª ed., Belo Horizonte, Del Rey, 1988
- TERCIO Sampaio, Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, Dominação. São Paulo, ed. Atlas, 1990
- MONTORO, André Franco. Introdução à ciência do Direito. São Paulo, ed. Revista dos Tribunais, 1983, 2v.
- REALE, Miguel . Lições preliminares de Direito. 3ª ed., S. Paulo, Saraiva, 1976.
- \_\_\_\_\_. Introdução à Filosofia. São Paulo, Saraiva, 1988.

#### Bibliografia Complementar:

- ALBUQUERQUE, Francisco Uchoa de. Introdução ao estudo do Direito. S. Paulo, Saraiva, 1982.
- ASSUNÇÃO, José de Oliveira . O Direito: Introdução à Teoria Geral. Lisboa, Fundação Gulbenkian, 1978
- BATALHA, Wilson de Souza Campos . Introdução ao Estudo do Direito. Rio de Janeiro, Forense, 1981 (vols. I e II).
- COELHO, Luis Fernando. Teoria da Ciência e do Direito. São Paulo, Saraiva, 1974.
- DINIZ, Maria Helena . Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. S. Paulo, Saraiva, 1988.
- GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução à Ciência do Direito. 8 ed., Rio de Janeiro, Forense, 1979.
- KELSEN, Hans. A Justiça do Direito Natural, 2ª ed. (trad. João Baptista Machado), Coimbra, Américo Amado, 1979.

- \_\_\_\_ Teoria Pura do Direito, 6ª edição. Coimbra, Armênio amado, 1984.
- MACHADO NETTO, A. L.. Teoria Geral do Direito. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1966.
- SOUZA, Daniel Coelho de. Introdução à Ciência do Direito, São Paulo: Saraiva, 1983.

## **Redação e Linguagem Jurídica**

75 HORAS

IHP293

Objetivo

Aprofundar o estudo da Língua Portuguesa, associado ao discurso jurídico contemporâneo.

Ementa

Gramática e Ortografia e Pontuação da Língua portuguesa: regras básicas. Novas regras ortográficas. Estudo de velhas e novas retóricas: convergência e desdobramentos. Breve histórico. Análise das figuras de retórica e argumentação. Argumentação e discurso. Estudo da retórica e textos jurídicos, estudo das unidades retóricas dos textos jurídicos. O Direito como discurso. Modalidades discursivas. Comunicação jurídica. O discurso judicial e ciência do direito. Características do discurso normativo: enunciação e discurso. Tipologias discursivas: descrição, narração e dissertação. O emprego textual do vocabulário jurídico. O discurso jurídico e a prática forense. Estruturas lingüísticas das peças judiciais e dos instrumentos jurídicos. Retórica. Lógica Jurídica. Eloqüência e Oratória Jurídica. Estilística. A interpretação do Direito e o papel da linguagem. Regras de interpretação, leitura e linguagem dos textos legais.

Bibliografia

- ARISTÓTELES . Arte Retórica e Arte Poética. São Paulo. Ediouro, 1967.
- BARROS, D. L. P. & FIORIN, J. L. (organiz.) . Dialogismo, Polifonia em Intertextualidade. São Paulo, EDUSP, 1994.
- DUCROT, O. . Provar e Dizer São Paulo, Global 1981.
- MOSCA, L. do L. S. . Retóricas de Ontem e de Hoje. São Paulo, Humanistas, 1997.

Bibliografia Complementar

- KOCH, Ingedore V. Argumentação e Linguagem. São Paulo, Cortez, 1991.
- GUIMARÃES, E. Texto e Argumentação. Campinas-SP, Pontes, 1987.
- VOGT, C. Linguagem Pragmática e Ideologia. Campinas, Hulcitech, 1980

## **Teoria Política e Constitucional**

75 HORAS

FDP043

Objetivo

Visa oferecer ao corpo discente: noções básicas sobre a ordem social, a natureza e o papel do Estado, sua organização e o funcionamento do Estado em face dos interesses sociais e posição do indivíduo em relação ao Estado, para que este seja a expressão da vontade de seus componentes. Tudo isso objetivando a preparação dos alunos para o estudo do direito positivo com uma clara consciência de seus componentes. Noção clara e precisa da organização constitucional brasileira; habilitá-lo a interpretar as normas constitucionais e ministrar-lhe os subsídios necessários ao exercício profissional no campo constitucional e particularmente nos das Liberdades Públicas. Contemporizar e ampliar os conhecimentos dos alunos quanto à realidade brasileira, com a colaboração de docentes especializados nos diversos temas a serem tratados.

Ementa

TGE e CP Conceitos Básicos. Idéia do político na História. Teorias Políticas sobre o Estado Moderno. Formas de Estado e Federalismo. Formas e Regime de Governo: Parlamentarismo e Presidencialismo. Partidos Políticos. A realidade do Estado no Brasil. Sistema econômico e formas de governo. O liberalismo, o socialismo moderno. A democracia. O Estado e a economia. Estado absoluto. Estado, Objetividade Científica e Positivismo. Direitos e Deveres Fundamentais dos Estados. Intervenção de Estados. Responsabilidade dos Estados. A República Federativa do Brasil. Noções de Cidadania. Tendências Atuais Sobre a Concepção e Função do Estado.

#### Bibliografia

- CHATELET, François; DURAMEL, Olivier; & PISIER, KOUCHNER, Eveline. História das Idéias Políticas. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política. Rio de Janeiro, Campos, 2000.
- PRIORI, Maria Del. Revisão do Paraíso, os brasileiros e o Estado em 500 anos de História. Rio de Janeiro, Campos, 2000.
- BONAVIDES, Paulo. Ciência política. 13ª Ed. São Paulo, Malheiros, 1996.

#### Bibliografia Complementar

- ARISTÓTELES, A Política. Rio de Janeiro, Ediouro
- BOBBIO, Norberto. A teoria das formas de governo. 10ª ed. Distrito Federal UNB, 1998.
- COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 1999.
- CRETELLA JÚNIOR, José. Comentários à Constituição de 1988. São Paulo: Forense, 1993.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do estado. São Paulo: Saraiva, 1991.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 1997.
- JAEGER, Werner Paidéia. A Formação do Homem Grego. São Paulo, Martins Fontes, 1995.
- JELLINEX, George. Teoria geral do direito e do estado brasileiro. 2 ed. Martins Fontes, 1992
- MALUF, Sahid. Teoria geral do estado. São Paulo: Saraiva, 1990
- RIBEIRO JUNIOR, João. Pessoa, estado & direito. Editora da Universidade de São Francisco, 1992.

### **Sociologia Geral e Jurídica**

75 HORAS

IHS401

#### Objetivo

Dar ao aluno a formação sociológica geral e jurídica para identificar a efetividade do sistema jurídico-legal, analisar as propostas legislativa surgidas com as mudanças econômicas e sociais.

#### Ementa

Natureza e Objeto da Sociologia. Panorama Histórico e Princípios Metodológicos. Principais Enfoques Teóricos. Política e Sociedade. Fundamentos da Sociologia do Direito. Condição social do homem . contexto histórico da Sociologia . Sociologia como ciência da sociedade industrial . estratificação social-mobilidade social . sociedade civil e sociedade política . fetichismo da forma jurídica. Investigação do papel do direito como instrumento de organização, controle e direção social, mediante o exame de suas categorias, procedimentos e instituições; Exame das relações

entre o direito e a sociedade no sentido inverso, verificando os novos tipos de conflito surgidos com o avanço da crescente complexidade social, política e econômica do mundo contemporâneo e os desafios que propõem ao direito, enquanto instrumento de organização, direção e controle social; Identificação dos novos "campos de ação", as novas fontes e as novas formas de produção do direito advindas com a universalização e do acirramento da concorrência, a integração dos mercados e a subseqüente relativização do princípio da soberania, a concentração do poder econômico e a ruptura da exclusividade do direito positivo; Avaliação do impacto dessas mudanças nas profissões jurídicas e no próprio ensino do direito.

#### Bibliografia

- MACHADO NETO, A. L. Sociologia jurídica. São Paulo: Saraiva.
- SOUTO, Cláudio; SOUTO, Solange. Sociologia do direito: uma visão substantiva. 2. ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1997.
- SOUTO, Cláudio; FALCÃO, Joaquim. Sociologia e direito: textos básicos para a disciplina Sociologia Jurídica. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.
- GURVITH, George. Sociologia jurídica. Rio de Janeiro: Kosmos.

#### Bibliografia Complementar

- FARIA, José Eduardo; CAMPILONGO, Celso Fernandes. A sociologia jurídica no Brasil. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1991.
- LOPES, José Reinaldo de Lima. Direito e transformação social: ensaio multidisciplinar das mudanças no direito. Belo Horizonte: Nova Alvorada, 1997.
- MARTINS, José de Souza. A sociabilidade do homem simples. São Paulo: Hucitec, 2000.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade social entre os homens. In: Obras de Jean-Jacques Rousseau I. Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Paulo: Globo, 1958.
- SCHILLING, Flávia. Corrupção: ilegalidade intolerável? São Paulo: IBCCrim, 1999.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. Volume 1: Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática. São Paulo: Cortez, 2000.

**Metodologia do Estudo em Direito**      30 HORAS      FDU304

#### Objetivo

Apresentar as características peculiares da Metodologia Jurídica. Princípios de Hermenêutica. Métodos de interpretação e argumentação. Técnicas de leitura, estudo, coleta e análise de dados. Com esses temas, objetiva-se dar ao aluno instrumentos básicos para sua atividade profissional na interpretação do direito.

#### Ementa

Epistemologia. Investigação empírica e elaboração teórica. Função de pesquisa. Elaboração e teste de hipóteses científicas. Elaboração de um problema jurídico; A especificidade do campo jurídico e do seu método. Construção de modelos pressupostos e ampliação. Técnicas de leitura, estudo, fichamento e coleta de dados; Formas de citação e apresentação de referências bibliográficas.- Apresentação de um trabalho.Planejamento da pesquisa: fase inicial: escolha a reformulação de projetos, questões e dilemas; fase da elaboração. Normas de elaboração de relatórios e trabalhos científicos direcionados a área jurídica, com destaque para monografia.

## Bibliografia

- DONOFRIO, Salvatore. Metodologia do trabalho intelectual. São Paulo: Atlas, 1999.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Metodologia do trabalho científico. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- LARENZ, Karl. Metodologia da ciência do direito. 2ª ed. Tradução de José Lamego. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.
- LEITE. A monografia jurídica. RT.
- RUIZ, J. A. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- DURAN, Gilbert. Mito, símbolo e metodologia. Lisboa: Presença, 1982.

## Bibliografia Complementar

- ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico. Atlas.
- ASTI VERA. Metodologia da pesquisa científica. Globo.
- BRUYNE, P. et al. Dinâmica de pesquisa científica. São Paulo: Francisco Alves.
- DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. Cortez.
- ECO, Umberto. Como se faz uma tese. Perspectiva.
- HEGENBERG, L. Explicações científicas. São Paulo: EPU.
- PINTO, Álvaro Vieira. Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- RUIZ, João Álvaro. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1999.
- SALOMON, D. V. Como fazer uma monografia: elementos de metodologia do trabalho científico. 5 ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1977.
- SEVERIANO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 12 ed. São Paulo: Cortez, 1985.
- WEBER. Metodologia das ciências sociais. Cortez.

## Hermenêutica Jurídica

30 HORAS

FDU303

### Objetivo

Informar aos alunos o instrumental teórico para a análise e interpretação da Norma Jurídica, com enfoque especial às diversas Escolas do Pensamento Jurídico.

### Ementa

Do Direito como ciência. Norma jurídica e lei. Aplicação da norma jurídica. Direito Positivo e alternativo. Hermenêutica jurídica. Metodologia de interpretação. Escolas. Hermenêutica e o direito positivo brasileiro. Conceito de ciência. Classificação binária das ciências. Classificação da ciência do Direito. Da norma jurídica e lei. Aplicação. Norma jurídica propriamente dita. O substrato da norma jurídica. Estrutura da norma jurídica. A norma jurídica e a ciência do Direito. Hermenêutica jurídica. Conceito. Evolução histórica e suas relações com outras ciências. Principais escolas hermenêuticas. Interpretação. Autêntica, doutrinária e judicial. Quanto aos meios: gramatical, racional, sistemática, histórica e teleológica. Quanto aos resultados: declarativa, extensiva, restritiva. Hermenêutica e o Direito positivo brasileiro. Teoria Tridimensional de Miguel Reale. Lei de introdução ao código Civil Brasileiro. A lógica do razoável de Luis Recasens Siches e sua repercussão no Brasil. Princípio de presunção de inocência. Constituição Federal, art. 5º, inciso LVII. Interpretação no Direito Positivo: Constitucional, Civil. Pericial. Tributário. Administrativo. Trabalho e Comercial.

## Bibliografia

- DINIZ, Maria Helena. Conceito da Norma Jurídica como Problema de Essência. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.
- DINIZ, Maria Helena. Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro interpretada. São Paulo Saraiva, 1994.
- FERNANDEZ, Atahualpa. Argumentação Jurídica e hermenêutica. Campinas: Impactus, 2006. 305 P.
- MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do direito. 18. ed. R. Janeiro: Forense, 1999.
- BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
- CITELLI, Adilson. Linguagem e Persuasão. São Paulo: Ática.
- FIORIN, José Luiz. Linguagem e Ideologia. São Paulo: Ática.
- FRANÇA, Rubens Limongi. Hermenêutica Jurídica. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.
- GOMES, Sergio Alves. Hermenêutica jurídica e constituição no estado de direito democrático. Rio de Janeiro: Forense, 2002. 78 p.
- HALLIDAY, Tereza Lúcia. O Que é Retórica. São Paulo: Brasiliense, Primeiros Passos.
- MONTESQUIEU. Trad. Pedro Vieira Mota. O Espírito das Leis. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.
- SALDANHA, Nelson. Da teologia à metodologia: secularização e crise do pensamento jurídico. 2.ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005. 138 p.
- CARNELUTTI, Francesco. Metodologia del Derecho. México-U.T.E.H.A.
- SICHES, Luis Recasens. Nueva Filosofía de la Interpretación del Derecho. México: Editorial Porrúa.

## II) DISCIPLINAS DO 2º PERÍODO

### **Direito Constitucional I**

75 HORAS

FDU305

#### Objetivo

As disciplinas Direito Constitucional I e II, em seu conjunto, objetivam proporcionar uma ampla visão do sistema constitucional brasileiro, a partir de uma base doutrinária advinda da Teoria Política e Constitucional. No âmbito do Direito Constitucional I se principia pela abordagem de aspectos epistemológicos relevantes, associados à delimitação do objeto desse segmento da Ciência Jurídica e ao método utilizado para sua abordagem. Em complemento, são examinadas certas peculiaridades da normatividade constitucional e a teoria do Poder Constituinte. Na seqüência, ingressa-se no direito positivo brasileiro, sem se apartar por completo da Teoria Geral, com o estudo do sistema político, da forma de Estado e do sistema de governo.

#### Ementa

O Constitucionalismo. Conceito de Constituição. Princípios constitucionais. A eficácia das normas constitucionais. Interpretação e aplicação de normas constitucionais. A teoria do Poder Constituinte. A evolução histórica do Constitucionalismo brasileiro. O sistema político: A democracia e a representação política. Valores e fatores condicionantes da democracia. A separação dos Poderes. Supremacia Constitucional. Normas Constitucionais. O Poder Legislativo e suas competências. Organização e garantias do Legislativo. O processo legislativo.

O Poder Executivo: organização e competências.

#### Bibliografia

- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 18ª ed. São Paulo, Malheiros, 2000.
- BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. São Paulo, Malheiros, 1998.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 1999.
- MENDES, Gilmar. Curso de Direito Constitucional, Saraiva, 2008.
- MORAIS, Alexandre de. Direito Constitucional. 8ª ed. São Paulo. Atlas, 1997.

#### Bibliografia Complementar

- CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de direito constitucional tributário. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.
- FERREIRA, Pinto. Curso de Direito Constitucional. São Paulo, Saraiva, 1978.
- BASTOS, Celso Ribeiro, Curso de Direito Constitucional. São Paulo, Saraiva, 1990.

### Direito Civil I

75 HORAS

FDI031

#### Objetivo

O ensino de Direito Civil tem por finalidade habilitar o futuro bacharel ao exercício consciente e responsável da profissão, mediante conhecimento de cada um dos dispositivos do Código Civil e leis complementares, dos textos fundamentais da doutrina nacional e estrangeira, da jurisprudência, em particular no que pertine a presente disciplina, no estudo da parte introdutório da legislação civil em seus aspectos principais: pessoas e bens.

#### Ementa

Conceito e Objetivos. Eficácia da Lei no Tempo e no Espaço. Direito Objetivo e Subjetivo. Sujeito e Objeto de Direito. Capacidade das Pessoas. Domínio. Classificação dos Bens. Atos Jurídicos.: modalidades, forma, defeitos e eficácia, prescrição e decadência.

#### Bibliografia:

- WALD, Arnaldo. Curso de direito civil brasileiro: introdução e parte geral. 8ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.
- GOMES, Orlando. Introdução ao direito civil. 18ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. v.1.19ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

#### Bibliografia Complementar

- MOTA PINTO, Carlos A. da. Teoria Geral do Direito Civil. Coimbra, Coimbra Editora, 1992.
- PERLINGIERI, Pietro. Perfis do Direito Civil . Introdução ao Direito Civil Constitucional. 2 ed. Rio de Janeiro, Renovar, 1999.
- MELO, Marcos Bernardes. Teoria do Fato Jurídico. São Paulo, Saraiva, 1993.

- ANDRADE, Manuel de. Teoria Geral da Relação Jurídica. (Vols. 1 e 2) Coimbra, Coimbra Editora, 1992.
- BITTAR, Carlos Alberto. Curso de direito civil. v.1. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.
- BITTAR, Carlos Alberto. Os direitos da personalidade. 7 v.4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- BITTAR, Carlos Alberto. Teoria geral do direito civil. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- BRASIL. Código civil e legislação civil em vigor. São Paulo: Saraiva 1996.
- DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. v.1.17ª ed São Paulo: Saraiva, 2001.
- MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil. v.1. 37ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- RODRIGUES, Sílvio. Direito civil. v.1. 30ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- VENOSA, Sílvio de S. Direito civil: v.1. Parte geral. São Paulo: Atlas. 2001.

## Direito Penal I

75 HORAS

FDU306

### Objetivo

Procurar contextualizar o aluno no âmbito do binômio Estado e Direito, dando, em seguida, noções acerca dos dois grandes ramos do Direito. Inserir exposição a respeito dos prolegômenos do Direito Penal, conferindo certa ênfase à Dogmática Jurídico-penal, bem como às Fontes e à Interpretação do Direito Penal. Analisar a Evolução Histórica da Disciplina. Discutir a Aplicação da Lei Penal no Tempo e no Espaço. Estudar o fenômeno do Crime, seus Estratos e respectivas Excludentes (Hipóteses Legais e Supralegais de Atipia, de Justificação e de Exculpação), perscrutando, também, as inovações propostas pelas Teorias da Imputação Objetiva e da Tipicidade Conglobante.

### Ementa

O Estado. O Direito: o Direito Público e o Direito Privado. O Direito Penal. A Evolução Histórica das Idéias Jurídico-penais. A Aplicação da Lei Penal. O Crime: o Fato, a Tipicidade, a Antijuridicidade, a Culpabilidade, a Imputação Objetiva do Resultado e a Tipicidade Conglobante.

### Bibliografia

- BARROS, Flávio Augusto Monteiro de. Direito Penal, parte geral: vol. 1 . 6[. ed. rev. e atual. . São Paulo: Saraiva . 2008.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal, parte geral: v. 1 . 11[. ed. atual. . São Paulo: Saraiva . 2007.
- COSTA JÚNIOR, Paulo José da. Curso de Direito Penal . 9ª. ed. rev. e atual. . São Paulo: Saraiva . 2008.
- DELMANTO, Celso et al. Código Penal Comentado . 6[. ed. atual. e ampl. . Rio de Janeiro: Renovar . 2002.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal, parte geral e parte especial . 2. ed. rev., atual. e ampl. . São Paulo: Editora Revista dos Tribunais . 2006.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Manual de Direito Penal Brasileiro, parte geral . São Paulo: Editora Revista dos Tribunais . 1997.

### Bibliografia Complementar

- DOTTI, René Ariel. Curso de Direito Penal, parte geral . 2ª. ed. rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro: Forense . 2005.

- FRAGOSO, Heleio Claudio. Lições de Direito Penal, parte geral . 16ª. ed. rev. por Fernando Fragoso. . Rio de Janeiro: Forense . 2003.
- NORONHA, E. Magalhães. Direito Penal: vol. 1 . 30ª. ed. atual. por Adalberto José Q. T. de Camargo Aranha. . São Paulo: Saraiva . 1993.
- PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro, parte geral: vol. 1 . 6ª. ed. rev., atual. e ampl. . São Paulo: Editora Revista dos Tribunais . 2006.

## Filosofia Geral e do Direito

75 HORAS

IHF224

### Objetivo

O Ensino da Filosofia do Direito encerra, entre outras, três funções principais intimamente correlacionadas: 1. Levar o estudante a aprender o sentido unitário da experiência jurídica em todas as suas manifestações específicas, em conexão com vários problemas fundamentais inclusive quanto às razões da unidade concreta e dinâmica da ordem jurídica positiva, cuja compreensão é indispensável à formação do jurista, e que nenhuma disciplina jurídica positiva particular poderia propiciar; 2. Realizar a crítica dos pressupostos ou das condições lógicas e metodológicas das demais ciências jurídicas, que nenhuma destas poderia ter como objeto; 3. Determinar o fundamento ético da fenomenologia jurídica e do comportamento do jurista nos múltiplos campos de sua atividade.

### Ementa

Investigação das várias áreas de pesquisa filosófica: Filosofia da Natureza, Filosofia do Espírito, Lógica e Elementos do Sistema de Ciências Filosóficas. O Curso examinará a construção do paradigma da Filosofia do Direito como um campo do conhecimento, discutirá a dicotomia pensar o Direito/conhecer o Direito e explorará os novos desafios que o mundo contemporâneo estão colocando na agenda jusfilosófica.

### Bibliografia

- HEGEL, Enciclopédia das Ciências Filosóficas. Ed. Loyola, São Paulo, 1986.
- CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. Ed. Ática, São Paulo, 1997.
- OLIVEIRA, Manfredo. Ética e Sociabilidade. Ed. Loyola, São Paulo, 1993.
- REALE, Miguel. Introdução à Filosofia, 3ª ed., São Paulo, Saraiva, 1994.
- \_\_\_\_\_. REALE, Miguel. Filosofia do Direito, 20ª ed., São Paulo, Saraiva, 2002.
- \_\_\_\_\_. REALE, Miguel. Lições Preliminares do Direito, 26ª ed., São Paulo, Saraiva, 2002
- \_\_\_\_\_. REALE, Miguel. Teoria Tridimensional do Direito, 5ª ed. revista e reestruturada, São Paulo, Saraiva, 1994
- \_\_\_\_\_. REALE, Miguel. Pluralismo e Liberdade, 2ª ed., Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1998
- \_\_\_\_\_. REALE, Miguel. O Direito como Experiência: introdução à epistemologia jurídica, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1992
- \_\_\_\_\_. REALE, Miguel. Fontes e Modelos do Direito: para um novo paradigma hermenêutico, São Paulo, Saraiva, 1994.

### Bibliografia Complementar

- HEGEL, Princípios da Filosofia do Direto. Martins Fontes, Lisboa, 1976.
- TEIXEIRA, Francisco J. S. Pensando com Marx. (uma leitura crítico-comentada de O Capital) Ed. Ensaio, São Paulo, 1995.
- OLIVEIRA, Manfredo. Ética e Práxis Histórica. Ed. Ática, São Paulo, 1995.
- HERRERO, Xavier. Ontologia, Antropologia, Ética . Síntese, nova fase nº 71, vol. 22.

- LIMA, Cirne. A Dialética para principiantes. PUCRS, Porto Alegre, 1996.
- 

**Introd. Economia Política e da Amazônia**      30 HORAS      FAE210

Objetivo

Transmitir ao corpo discente os conceitos econômicos básicos, sob uma perspectiva histórica, tendo em vista as relações entre Economia e Direito.

Ementa

Economia Política. Noção e Objeto da Economia Política, As Relações entre Economia e Direito. Concepção e Formação do Sistema Econômico Capitalista. História das Teorias Econômicas. Estudo das características do complexo georegional e geopolítico da Amazônia. A reorganização do espaço político e econômico amazônico.

Bibliografia

- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello, Ensaio sobre o Capitalismo no Século XX, São Paulo/Campinas, EdUNESP/Instituto de Economia da UNICAMP, 2004
- CANO, Wilson, Introdução à Economia: Uma Abordagem Crítica, São Paulo, EdUNESP, 1998
- CARNEIRO, Ricardo, Os Clássicos da Economia, 2 vols, São Paulo, Ática, 1997
- CASTRO, Antônio Barros de & LESSA, Carlos Francisco, Introdução à Economia (Uma Abordagem Estruturalista), 34ª ed, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1992.
- FURTADO, Celso, Formação Econômica do Brasil, 34ª ed, São Paulo, Companhia das Letras, 2007,
- \_\_\_\_ Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico, 10ª ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000
- HUNT, E. K., História do Pensamento Econômico: Uma Perspectiva Crítica, 2ª ed, Rio de Janeiro, Elsevier, 2005
- MOREIRA, Vital, A Ordem Jurídica do Capitalismo, 3ª ed, Coimbra, Centelha, 1978.
- NUNES, Antônio José Avelãs, Uma Introdução à Economia Política, São Paulo, Quartier Latin, 2007
- NUSDEO, Fábio, Curso de Economia: Introdução ao Direito Econômico, 3ª ed, São Paulo, RT, 2001.
- PRADO Jr., Caio, História Econômica do Brasil, 40ª ed, São Paulo, Brasiliense, 1993.

Bibliografia Complementar

- HELLER, Hermann, Teoría del Estado, México/Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1992
- KEYNES, John Maynard, Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, São Paulo, Atlas, 1988
- MARX, Karl, El Capital: Crítica de la Economía Política, 3 vols, 3ª ed, México, Fondo de Cultura Económica, 2000
- POLANYI, Karl, A Grande Transformação: As Origens da Nossa Época, 3ª ed, Rio de Janeiro, Campus, 2000.
- RICARDO, David, Princípios de Economia Política e de Tributação, 3ª ed, Lisboa, Calouste Gulbenkian, 1983.

## Antropologia Geral e Jurídica

30 HORAS

IHS402

### Objetivo

A disciplina tem por objetivo introduzir o aluno ao estudo da Antropologia . do Olhar Antropológico+ e da Antropologia Jurídica. À constituição dos campos de estudo e pesquisa da Antropologia jurídica. Propiciar fundamentação teórica básica à compreensão dos processos sociais presente nas organizações jurídicas através do estudo e discussão das principais correntes Antropológicas; com esse olhar, estabelecer correlações entre direito, justiça, lei e costumes nas sociedades primitivas a partir de textos antropológicos clássicos.

### Ementa

Estudo do Direito sob o ponto de vista Antropológico: A natureza da ação jurídica. A constituição dos campos de estudo e pesquisa - o alcance e o universo de estudo da Antropologia Jurídica. Análise de processos, resoluções, disputas e situações de conflito em diferentes sociedades e/ou contextos culturais específicos e diferenciados, a partir da perspectiva interpretativa. A disciplina enfoca o modo antropológico de pensar o Direito, enfatizando as relações entre saber e conhecimento, sociedade, Estado de Direito, democracia, direitos humanos, justiça e controle social.

### Bibliografia

- DAVIS, Shelton. H. Antropologia do Direito. Rio de Janeiro: Zahar,1973
- SHIRLEY,Robert W. Antropologia Jurídica. São Paulo: Saraiva,1987.
- DAMATTA,Roberto. Relativizando: Uma introdução %a Antropologia Social+. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- GERTZ, Clifford. Um Jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa. In: A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro:Zahar,1978.
- LARAIA, Roque de Bar ros. Cultura: um conceito Antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- LIMA, Kant de & NOVAES, Regi na Reyes (Org.). Antropologia e Direitos Humanos 37(Vol.1). Niterói/ Rio de Janeiro: EdUFF, 2005.
- MALINOWSKI, Bronislaw. Crime e costume na soci edade selvagem. Brasília?São Paulo: Ed. UnB/ Imprensa Oficial do Estado,2003.
- MAUSS, Marcel . Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas.In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: EDUSP,
- MONTERO, Paula. Da doença a desordem: a magia na umbanda . Rio de Janeiro: Graal,1995.
- ROCHA, Everardo. O que é Etnocentri smo? (Coleção Primeiros Passos,124). São Paulo: Brasiliense,1994
- UZIEL, Anna Paula. %Homossexualidade e parentalidade: ecos de uma conj ugação+/In HEILBORN, Maria Luiza (Org.). Família e Sexualidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 87-117.

### III) DISCIPLINAS DO 3º PERÍODO

#### **Direito Constitucional II**

75 HORAS

FDU029

#### Objetivo

As disciplinas Direito Constitucional I e II e Direitos Fundamentais, em seu conjunto, objetivam proporcionar uma ampla visão do sistema constitucional brasileiro, a partir de uma base doutrinária advinda da Teoria Política e Constitucional. O curso de Direito Constitucional II é centrado na estrutura de Poderes existente no âmbito da União, iniciando-se com o estudo do Poder Legislativo, com destaque para o processo legislativo. A seguir se examina o Poder Executivo e, por último, o Poder Judiciário. Ao se abordar o Poder Judiciário, é dedicada atenção especial ao papel institucional do Supremo Tribunal Federal, mormente o de guardião da Constituição. Assim sendo, em desdobramento, é estudado, em suas linhas gerais, o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade das leis e omissões legislativas. O semestre é concluído com um breve estudo acerca da ordem econômica e da ordem social na Constituição Brasileira.

#### Ementa

Princípios constitucionais da Administração Pública. O poder regulamentar. As Forças Armadas e sua missão constitucional. O Poder Judiciário e suas garantias. A organização da Justiça Brasileira. O Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça. As funções essenciais à Justiça. O controle de constitucionalidade e seu impacto no sistema jurídico. O controle incidental e o controle abstrato de normas. A constituição econômica: a atuação do Estado no domínio econômico e seus limites. A ordem social: controle jurisdicional de políticas públicas.

#### Bibliografia

- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 18ª ed. São Paulo, Malheiros, 2000.
- BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. São Paulo, Malheiros, 1998.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 1999.
- MENDES, Gilmar. Curso de Direito Constitucional, Saraiva, 2008.
- MORAIS, Alexandre de. Direito Constitucional. 8ª ed. São Paulo. Atlas, 1997.

#### Bibliografia Complementar

- CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de direito constitucional tributário. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.
- FERREIRA, Pinto. Curso de Direito Constitucional. São Paulo, Saraiva, 1978.
- BASTOS, Celso Ribeiro, Curso de Direito Constitucional. São Paulo, Saraiva, 1990.

#### **Direito Civil II**

75 HORAS

FDI031

#### Objetivo

O ensino de Direito Civil tem por finalidade habilitar o futuro bacharel ao exercício consciente e responsável da profissão, mediante conhecimento de cada um dos dispositivos do Código Civil e leis complementares, dos textos fundamentais da doutrina nacional e estrangeira, da jurisprudência, em particular no que pertine a presente disciplina, no estudo da parte da legislação civil em seus aspectos principais: as fontes das obrigações.

#### Ementa

Obrigações em geral. Modalidades das Obrigações. Efeito e Extinção das Obrigações. Inexecução das Obrigações e suas conseqüências. Causas das Obrigações. Declarações Unilaterais de Vontade.

#### Bibliografia

- WALD, Arnaldo. Curso de direito civil brasileiro: introdução e parte geral. 8ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.
- GOMES, Orlando. Introdução ao direito civil. 18ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. v.1.19ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

#### Bibliografia Complementar

- MOTA PINTO, Carlos A. da. Teoria Geral do Direito Civil. Coimbra, Coimbra Editora, 1992.
- PERLINGIERI, Pietro. Perfis do Direito Civil . Introdução ao Direito Civil Constitucional. 2 ed. Rio de Janeiro, Renovar, 1999.
- MELO, Marcos Bernardes. Teoria do Fato Jurídico. São Paulo, Saraiva, 1993.
- ANDRADE, Manuel de. Teoria Geral da Relação Jurídica. (Vols. 1 e 2) Coimbra, Coimbra Editora, 1992.
- BITTAR, Carlos Alberto. Curso de direito civil. v.1. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.
- BITTAR, Carlos Alberto. Os direitos da personalidade. 7 v.4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- BITTAR, Carlos Alberto. Teoria geral do direito civil. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- BRASIL. Código civil e legislação civil em vigor. São Paulo: Saraiva, 1996.
- DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. v.1.17ª ed São Paulo: Saraiva, 2001.
- MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil. v.1. 37ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- RODRIGUES, Sílvio. Direito civil. v.1. 30ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- VENOSA, Sílvio de S. Direito civil: v.1. Parte geral. São Paulo: Atlas. 2001.

#### Direito Penal II

75 HORAS

FDU041

#### Objetivo

Principiar este período letivo percorrendo sobre a instituição do Concurso de Pessoas, suas Teorias e Espécies. Estudar o fenômeno da Pena, com enfoque em todos os seus prolegômenos, analisando, ao demais, a Pena Privativa de Liberdade, a Pena Restritiva de Direitos, a Pena Pecuniária, as Fases da Pena (o chamado Dinamismo Penal), a Agravante da Reincidência, o Concurso de Crimes, o Erro na Execução, o Limite para o Cumprimento da Pena Privativa de

Liberdade, o Sursis, o Livramento Condicional, sem, entretanto, aprofundar muito, já que o Sursis e o Livramento Condicional, na verdade, encartam-se na Disciplina Direito de Execução Penal, os Efeitos da Sentença Condenatória e o instituto da Reabilitação. Discutir a outra Espécie do Gênero Sanção Penal, que é, justamente, a Medida de Segurança: a Internação em Hospital de Custódia e o Tratamento Ambulatorial. Estudar a Ação Penal, enfatizando a Ação Penal Pública e seus desdobramentos, bem como a Ação Penal Privada e seus desdobramentos, sem, entretanto, aprofundar muito, já que o assunto, na verdade, pertence ao Direito Processual Penal. Abordar a Extinção da Punibilidade, verificando as Causas Extintivas, ressaltando as mais importantes: a Prescrição, a Decadência e a Perempção.

#### EMENTA

O Concurso de Pessoas. A Pena: os seus prolegômenos, a Pena Privativa de Liberdade, a Pena Restritiva de Direitos, a Pena de Multa, a Cominação da Pena, a Aplicação da Pena, uma notícia sobre a Execução da Pena, a Reincidência, o Concurso de Crimes, o Erro na Execução, o Limite para o Cumprimento da Pena Privativa de Liberdade, a Suspensão Condicional da Pena, o Livramento Condicional, os Efeitos da Condenação e a Reabilitação. A Medida de Segurança. A Ação Penal. A Extinção da Punibilidade e suas Causas.

#### BIBLIOGRAFIA

- BARROS, Flávio Augusto Monteiro de. Direito Penal, parte geral: vol. 1 . 6[. ed. rev. e atual. . São Paulo: Saraiva . 2008.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal, parte geral: vol. 1 . 11. ed. atual. . São Paulo: Saraiva . 2007.
- COSTA JÚNIOR, Paulo José da. Curso de Direito Penal 9ª. ed. rev. e atual. . São Paulo: Saraiva . 2008.
- DELMANTO, Celso et al. Código Penal Comentado . 6ª. ed. atual. e ampl. . Rio de Janeiro: Renovar . 2002.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal, parte geral e parte especial . 2[. ed. rev., atual. e ampl. . São Paulo: Editora Revista dos Tribunais . 2006.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- DOTTI, René Ariel. Curso de Direito Penal, parte geral . 2. ed. rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro: Forense . 2005.
- FRAGOSO, Heleno Cláudio. Lições de Direito Penal, parte geral . 16ª. ed. rev. por Fernando Fragoso. . Rio de Janeiro: Forense . 2003.
- LOZANO JÚNIOR, José Júlio. Prescrição Penal . São Paulo: Saraiva . 2002.
- NORONHA, E. Magalhães. Direito Penal: vol. 1 . 30ª. ed. atual. por Adalberto José Q. T. de Camargo Aranha. . São Paulo: Saraiva . 1993.
- PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro, parte geral: vol. 1 . 6[. ed. rev., atual. e ampl. . São Paulo: Editora Revista dos Tribunais . 2006.
- REALE JÚNIOR, Miguel et al. Penas e Medidas de Segurança no Novo Código . 2ª ed. . Rio de Janeiro: Forense . 1987.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Manual de Direito Penal Brasileiro, parte geral . São Paulo: Editora Revista dos Tribunais . 1997.

**Direito Internacional Público**

**75 HORAS**

**FDU042**

#### Objetivo

Proporcionar aos alunos a compreensão de sistemas de regulação jurídica das relações

internacionais de natureza pública face a multiplicidade de ordens jurídicas independentes, a formação de blocos econômicos, bem como fornecer o instrumental teórico para o entendimento dos mecanismos de solução de conflitos dessa natureza. Com base em temas específicos, pretende-se explorar situações de um mundo com crescente intercâmbio de bens e interação entre pessoas.

#### Ementa

Aplicação e Relevância do Direito Internacional.. Fundamentos e Fontes do Direito Internacional. Globalização e Conjuntura Normativa Internacional. Estado Nacional e Soberania. Sujeitos de Direito Internacional Público: Estados Soberanos e Organizações Internacionais. Estados Soberanos: Elementos, Nascimento, Sucessão, Extinção e Responsabilidade. Organizações Internacionais: Histórico, Generalidades e Atuação. Organizações e Organismos Internacionais em Espécie: ONU, OMC, FMI, BIRD, CIJ, UNCTAD, UNCITRAL, OCDE, OEA, ACNUR, ICRC, ONGs. Funcionários Internacionais e Órgãos do Estado nas Relações Internacionais. Corpo Diplomático. Processo de Integração Econômica. Estágios de Integração Econômica. Formação de Blocos Econômicos. União Européia. Integração econômica nas Américas: Mercosul, Nafta e Alca. O Fenômeno Convencional. Classificação dos Tratados. Competência Negocial. Expressão do Consentimento. Vigência e Efeitos dos Tratados sobre as Partes e sobre Terceiros. Extinção dos Tratados. Uso da Força. Proibição Geral para o Uso da Força. Direito de Autodefesa. Forças de Paz da ONU. Controle de Armas. Armas Convencionais, Químicas e Biológicas. Armas Nucleares. Solução de Controvérsias Internacionais. Meios Diplomáticos, Políticos e Jurisdicionais. Solução Violenta de Controvérsias: a Guerra. Declaração de Guerra. Guerra Terrestre, Marítima e Aérea. Suspensão de Armas. Armistício. Direito Humanitário. Terrorismo. Persecução Penal de Crimes contra a Humanidade. Tribunais de Guerra: Nuremberg, Iugoslávia, Ruanda, Tribunal Penal Internacional (Roma).

#### Bibliografia

- PEREIRA, Bruno Yepes. Curso de Direito Internacional Público, São Paulo, Ed.Saraiva,2006.
- REZEK, J.F. Direito Internacional Público - Curso Elementar, 10ª.Ed, Ed.Saraiva,2006.
- SOUSA, Fernanda Nepomuceno de. Tribunais de Guerra, Belo Horizonte, Ed.Del Rey, 2005.

#### Bibliografia Complementar

- ACCIOLY, Hildebrando e SILVA, G.E. do Nascimento. Manual de Direito Internacional Público,15ª.Ed, Ed.Saraiva,2002.
- BORGES, José Souto Maior. Direito Comunitário, São Paulo, Saraiva, 2005.
- BURGENTHAL, Thomas & MURPHY, Sean D. Public International Law, 3<sup>rd</sup> Edition, West Group, 2002.
- DINIZ, Maria Helena. Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada, adaptada a Lei n.10.406/2002, Saraiva, 2005.
- FERRAJOLI, Luigi. A Soberania no Mundo Moderno, Martins Fontes, 2002.
- MAIA, Jayme de Mariz. Economia Internacional e Comércio Exterior, 9ª.Ed, Atlas, 2004.
- MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público, Vol. I e II. 13.ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- MELLO, Celso D. de Albuquerque. Direito Constitucional Internacional. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.
- VANDEVELDE, Kenneth J. Pensando Como Um Advogado, Martins Fontes, 2000.
- VARIOUS. The Oxbridge Guide to Law, St.Georges Press, 2003.

## **Psicologia Geral e Jurídica**

75 HORAS

FEF087

### Objetivo

Oferecer subsídios para que o aluno analise e compreenda: a) Alguns conceitos básicos de psicologia; b) Algumas relações básicas entre a Psicologia e o Direito; c) O papel do psicólogo na aplicação do Direito.

### Ementa

Personalidade. Teoria do aparelho psíquico, de Freud. Psicologia aplicada ao Direito de Família. Psicologia aplicada ao Direito da Infância e Juventude. Medidas sócio-educativas. Psicologia do Testemunho. Psicologia da Confissão.

### Bibliografia

- BRITO, Leila M. T. (Org.) Jovens em conflito com a Lei. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2000.
- \_\_\_\_\_. Se-pa-ran-do: Um estudo sobre a atuação do psicólogo nas varas de família. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.
- \_\_\_\_\_. Temas de Psicologia Jurídica. Rio de Janeiro: Dumara, 2000.
- CLEMENTE, Miguel Fundamento da Psicologia Jurídica. Madrid: Pirâmide, 1998.
- PERVIN, Lawrence A. Personalidade: teoria, avaliação e pesquisa. São Paulo, E.P.U., 1978.
- SHINE, Sidney. Avaliação psicológica e lei: adoção, vitimização, separação conjugal, dano psíquico e outros temas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- VARGAS, Heber Soares. Manual de Psiquiatria Forense. Freitas Bastos, Rio de Janeiro, 1990.

### Bibliografia Complementar

- ALMEIDA Jr., A. & COSTA Jr., J.B. de O. e. Lições de Medicina Legal. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 20ª ed., 1991.
- ALTAVILLA, E. Psicologia Judiciária; trad. de Fernando de Miranda. 3ª. edição. Coimbra: Armênio Amado - Editor, Successor, 1981.
- FREEDMAN, J.L.; CARLSMITH, J.M. & SEARS, D.C. Psicologia Social. São Paulo, Cultrix.
- PEPE, M. J. Personalidade, "in" Saúde Mental, Crime e Justiça (Cohen, C., Ferraz, F.C. e Segre, M., org.). São Paulo: EDUSP, 1996, p. 187-196.
- VOLPI, Mário. O Adolescente e o ato infracional. São Paulo: Cortez, 2002.

## IV) DISCIPLINAS DO 4º PERÍODO

### **Direito Ambiental**

75 HORAS

FDU043

### Objetivo

Oferecer aos alunos noções gerais e específicas das normas de disciplinam a proteção dos recursos naturais e culturais.

## Ementa

Introdução. Conceito. Fontes Internacionais e Internas. Correlação com outras Ciências. Legislação. Embasamento Constitucional. Histórico. Preceitos na Constituição Federal de 1988. Ordem Pública. Competências. Direito Ambiental na Constituição Federal. Estudo do impacto ambiental (EIA). Relatório de impacto ambiental (RIMA). Bens ambientais. Área de preservação ambiental permanente. Tombamento. Urbanismo e meio ambiente. Meio ambiente natural, urbano, rural, cultural e do trabalho. O sistema Nacional do Meio Ambiente. Responsabilidade civil pelo dano ambiental. Proteção judicial do meio ambiente (ação popular constitucional. Mandado de segurança coletivo e ação civil pública). Sistema Nacional do Meio ambiente. Órgãos Colegiados, Estrutura e Competências. Administração Federal: A execução da Política Nacional. Política Nacional do Meio Ambiente. Procedimentos Administrativos. Zoneamento. Impacto Ambiental. RIMA. Licenciamentos. Sanções. Responsabilidades. Agente Poluidor. Dano. Responsabilidade Civil Objetiva. Obrigação de Reparar. Providências Processuais. A Condenação Jurisprudência Comparada. Direito Penal Ecológico. Direito Urbanístico. Exigências Obrigatórias. Autonomia Municipal. Loteamentos. Praças Públicas e Espaços Livres. O Interesse Público. Poluição. A Biosfera. A Rio + 5 e o Papel da Sociedade Civil. Áreas de Preservação Permanente. Preservação, Proteção, Gerenciamento. A Biota e a Zona Costeira. Usinas Nucleares. Medidas Preservativas. Zoneamento. Estações Ecológicas. Impacto Ambiental. Fiscalização pela Administração Pública e Órgãos Especiais. Alternativa e Planejamentos.

## Bibliografia

MILARÉ, Edis. Direito do ambiente: doutrinas, prática, jurisprudência, glossário /Edis milaré.- ed. Ver. Atlas. E amp. . S. Paulo: Editora Revista do tribunais, 2001.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. Malheiros, editores Ltda. S. Paulo, 1ª ed., 2002.

JÚNIOR, Luis Carlos Aceti. Direito Ambiental e Direito Empresarial. Textos jurídicos e jurisprudência selecionada. , Rio de Janeiro: América jurídica, 2002.

### Bibliografia complementar:

ANTUNES, Paulo de Bessa. Curso de Direito Ambiental. Ed. Renovar, 1990.

BOELA, M. T. E. Impacto Ambiental de Centrais Nucleares. Madrid: CIFCA, 1978.

BENJAMIM, César (editor), Diálogo sobre a ecologia, ciência e política, 1993.

COSTA JÚNIOR. Paulo José & GIORGIO, Gregori. Direito Penal Ecológico, CETESB, 1991.

CUSTÓDIO, Helenita Barreira. Autonomia do municípios na preservação ambiental. Resenha Universitária, 1976.

FELLENBERGER, G. Introdução aos problemas da poluição ambiental. EPU/EDUSP, 1980.

FERREIRA, Ivete Senise. Direito Penal ambiental. In Revista da AASP, nº 35, out/91, p.57 a 60.

FREITAS, V. Passos de & FREITAS, G. Passos. Crimes contra a natureza. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980. GIANPIETRO, Franco. La responsabilita per danno all'ambiente. Milão: Giuffre, 1988.

KISS, Alexandre Charles. Droit International de L'Environnement. Pedone, 1989.

\_\_\_\_\_. La notion de patrimoine comum de L'humanite. In Recueil de Cours, Academie de Droit International, t.175, Haia, 1985.

LEME MACHADO, Paulo Afonso. Direito Ambiental Brasileiro. 3ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Interesses Difusos. São Paulo: Ver. Dos Tribunais,

1988.

\_\_\_\_\_. Ação Civil Pública. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

MARQUES, José Roque Nunes. Direito Ambiental . Aspectos Jurídicos da Exploração Madeireira na amazônia, São Paulo, Editora Ltr, 1998

MUKAI, Toshio. Administração Pública na Constituição de 1988. São Paulo, Saraiva, 1989.

\_\_\_\_\_. Direito e Legislação Urbanística no Brasil, São Paulo: Saraiva, 1988.

\_\_\_\_\_. Direito Ambiental Sistematizado. São Paulo: Forense, 1992.

SILVA, José Afonso da. Direito Urbanístico Brasileiro. São Paulo: Ver. Dos Tribunais, 1981.

SOARES, Guido F. Silva. As Responsabilidades no Direito Internacional Ambiental. Komed, 1995.

## Teoria Geral do Processo

75 HORAS

FDP044

### Objetivo

Apresentar o paradigma contemporâneo de direito processual, em consonância com o modelo constitucional do processo, a partir das regras e dos princípios gerais dos institutos fundamentais da jurisdição, do processo, da ação e da defesa.

### Ementa

Estado Democrático de Direito. Direito processual. Conceito. Objeto. Normas processuais. Relação entre o direito material e o direito processual. A constitucionalização do processo. Jurisdição. Competência. Ação como direito fundamental. Defesa. Processo. Formas processuais. Partes e terceiros. Deveres e direitos das partes. Litigância de má-fé. Contempt of court.

### Bibliografia

- ALVIM, Arruda. Manual de direito processual civil. V.1. Editora Revista dos Tribunais.
- BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Direito e processo: influência do direito material sobre o processo. Editora Revista dos Tribunais.
- CALMON, Petrônio. Comentários à lei de informatização do processo judicial. Editora Forense.
- CARNEIRO, Athon Gusmão. Jurisdição e competência. Editora Saraiva.
- CINTRA, Antonio Carlos Araújo et alli. Teoria geral do processo. Editora Malheiros.
- DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de direito processual civil. V.1. Editora Jus Podium.
- \_\_\_\_\_. Pressupostos processuais e condições da ação: o juízo de admissibilidade do processo. Editora Saraiva.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. A instrumentalidade do processo. Editora Malheiros.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de direito processual civil. V.1. Editora Malheiros.

### Bibliografia Complementar

- GAJARDONI, Fernando da Fonseca. Flexibilização procedimental. Editora Atlas.
- MARINONI, Luiz Guilherme. Curso de processo civil: teoria geral do processo. V.1.

Editora Revista dos Tribunais.

- NERY JÚNIOR, Nelson. Princípios do processo civil na constituição federal. Editora Revista dos Tribunais.
- SCARPINELLA BUENO, Cassio. Curso sistematizado de direito processual civil. V.1. Editora Saraiva.
- SILVA, Ovídio A. Baptista da; GOMES, Fábio Luiz. Teoria geral do processo civil. Editora Revista dos Tribunais.
- WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Nulidades do processo e da sentença. Editora Revista dos Tribunais.
- WATANABE, Kazuo. Da cognição no processo civil. Editora DPJ.

### Direito Civil III

75 HORAS

FDI033

#### Objetivo

O ensino de Direito Civil tem por finalidade habilitar o futuro bacharel ao exercício consciente e responsável da profissão, mediante conhecimento de cada um dos dispositivos do Código Civil e leis complementares, dos textos fundamentais da doutrina nacional e estrangeira, da jurisprudência, em particular no que pertine a presente disciplina, no estudo da parte da legislação civil em seus aspectos principais: os contratos.

#### Ementa

Teoria Geral dos Contratos: Análise Econômica da Liberdade Contratual. Condições de Validade dos Contratos. Autonomia da Vontade. Novos Princípios Contratuais. Interpretação dos Contratos. Classificação dos Contratos. O Contrato e os Terceiros. Formação, Revisão e Extinção dos Contratos. Institutos Conexos aos Contratos. Responsabilidade Pré-Contratual. Contrato Preliminar ou Promessa de Contrato. Contrato Atípico. Início à análise das espécies contratuais.

#### Bibliografia

- BENSON, Peter. The Theory of Contract Law . New Essays, Cambridge University Press, 2003.
- GAGLIANO, Pablo Stolze e FILHO, Rodolfo Pamplona. Novo Curso de Direito Civil . Vol.V . Tomo I: Teoria Geral . Contratos, Saraiva, 2006.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva e FICHTNER, Regis (Atualizador). Instituições de Direito Civil . Vol.III . Contratos, 11.a. Ed, Forense, 2004.

#### Bibliografia Complementar

- ARAÚJO, Nádia. Contratos Internacionais . Autonomia da Vontade, Mercosul e Convenções Internacionais, 3.a. Ed, Renovar, 2004.
- CAENEGEM, R.C. Van. Uma Introdução Histórica ao Direito Privado, Martins Fontes, 2000.
- DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado, Saraiva, 2004.
- \_\_\_\_\_. Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada, adaptada a Lei n.10.406/2002, Saraiva, 2003.
- \_\_\_\_\_. Curso de Direito Civil brasileiro, vol. 3, Teoria Geral das Obrigações,, 15ª ed., S. Paulo, Saraiva, 1999.
- FIUZA, Ricardo (Coordenador). Novo Código Civil Comentado, Saraiva, 2003.

- FRANÇA, R. Limonge instituições de Direito civil. 4ª ed. , S. Paulo, Saraiva, 1996.
- GOMES, Orlando, contratos, Rio de Janeiro, Forense, 2000.
- GRINBERG, Keila. Código Civil e Cidadania (Série Descobrimos o Brasil), Jorge Zahar Ed., 2001.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito das Obrigações: Parte Especial . Tomo I . Contratos (Sinopses Jurídicas), Saraiva, 2002.
- LOPES, M. M. de Serpa. Curso de direito civil. V.2-3, 6. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1999.
- RODRIGUES, Sílvio, Direito Civil, vol. 3, 26ª ed., S. Paulo, Saraiva, 1996
- VENOSA, Sílvio de Sálvio. Direito civil. v. 2 e 3. São Paulo, Atlas, 2001.
- WAUD, Arnoldo. Curso de Direito Civil Brasileiro. (vol. 2) Obrigações e Contratos. 14ª ed. São Paulo,

### Direito Penal III

75 HORAS

FDU030

#### Objetivo

Contextualizar o aluno no âmbito das discussões acerca da Parte Especial do Código Penal, dando peculiar enfoque ao que, hodiernamente, se vem chamando de *Teoria Geral da Parte Especial*.

Analisar a estrutura dos Tipos de Crimes previstos nos Títulos de I a VIII, todos da Parte Especial do Código Penal, com ênfase à abordagem dos seguintes aspectos: Objetividade Jurídica do Tipo, Sujeitos Ativo e Passivo, Elementos Objetivos, Subjetivos e Normativos do Tipo, Qualificação Doutrinária, Consumação, Tentativa e Pena.

#### Ementa

A Parte Especial do Código Penal: Teoria Geral. Os Crimes contra a Pessoa. Os Crimes contra o Patrimônio. Os Crimes contra a Propriedade Imaterial. Os Crimes contra a Organização do Trabalho. Os Crimes contra o Sentimento Religioso. Os Crimes contra o Sentimento de Respeito aos Mortos. Os Crimes contra os Costumes. Os Crimes contra a Família. Os Crimes contra a Incolumidade Pública.

#### Bibliografia

- ANDREUCCI, Ricardo Antonio. Manual de Direito Penal . 4ª. ed. reform. . São Paulo: Saraiva . 2008.
- BARROS, Flávio Augusto Monteiro de. Direito Penal, parte especial: vol. 2 . 2ª. ed. reform. . São Paulo: Saraiva . 2009.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. Código Penal Comentado . São Paulo: Saraiva . 2002.
- COSTA JÚNIOR, Paulo José. Curso de Direito Penal . 9[. ed. rev. e atual. . São Paulo: Saraiva . 2008.
- DELMANTO, Celso et al. Código Penal Comentado . 6ª. ed. atual. e ampl. . Rio de Janeiro: Renovar . 2002.
- NORONHA, E. Magalhães. Direito Penal: vol. 2 . 25ª. ed. atual. por Dirceu de Mello e Eliana Passarelli Lepera. . São Paulo: Saraiva . 1991.
- NORONHA, E. Magalhães. Direito Penal: vol. 3 . 20ª. ed. atual. por Adalberto José Q. T. de Camargo Aranha. . São Paulo: Saraiva . 1992.
- NORONHA, E. Magalhães. Direito Penal: vol. 4 . 19ª. ed. atual. Por Adalberto José Q. T. de Camargo Aranha. . São Paulo: Saraiva . 1992.

#### Bibliografia Complementar

- JESUS, Damásio E. de. Direito Penal, parte especial: vol. 2 . 13ª. ed. rev. e atual. . São Paulo: Saraiva . 1991.
- JESUS, Damásio E. de. Direito Penal, parte especial: vol. 3 . 7ª. ed. rev. e atual. . São Paulo: Saraiva . 1991.
- MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de Direito Penal, parte especial: vol. 2 . 18ª. ed. rev. e atual. . São Paulo: Atlas . 2001.
- MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de Direito Penal, parte especial: vol. 3 . 16ª. ed. rev. e atual. . São Paulo: Atlas . 2001.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal Comentado . 5ª. ed. rev., atual. e ampl. . São Paulo: Editora Revista dos Tribunais . 2005.
- PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal Brasileiro, parte especial . São Paulo: Editora Revista dos Tribunais . 2005.
- TELES, Ney Moura. Direito Penal, parte especial: vol. 2 . 2ª. ed. . São Paulo: Atlas . 2006.
- TELES, Ney Moura. Direito Penal, parte especial: vol. 3 . 2ª. ed. . São Paulo: Atlas . 2006.

## Direito Empresarial I

75 HORAS

FDI028

### Objetivo

Destacar a especialidade do Direito Comercial no campo do Direito Privado pelo que se parte de sua origem histórica, o desenvolvimento das atividades mercantis, a noção de empresa, o exercício coletivo por intermédio das sociedades e a unificação parcial do direito privado no Brasil. Discutir os princípios do direito comercial como disciplina autônoma e as suas fontes, assim como os vértices do sistema de direito comercial. Tratar as relações da empresa no mercado, as formas de exercício da atividade empresarial, a ordem jurídica do mercado e as transformações gerais do direito empresarial. Ao final do curso, o aluno deve estar apto à compreensão crítica do sistema de direito comercial, dominando sua lógica peculiar, ligada à empresa e ao mercado. Ministrará os fundamentos do direito societário. Examinará a seguir as associações e cada um dos tipos de sociedades, a partir das sociedades simples, colocada como eixo do sistema no Código Civil. Estudará a dissolução total das sociedades e associações e o fenômeno da resolução parcial do vínculo societário. Por final, analisará a coligação societária e as sociedades dependentes de autorização, bem como as operações de reorganização societária.

### Ementa

Origens do Direito Empresarial. Evolução Histórica. Teoria dos Atos de Comércio X Teoria da Empresa. Empresário: conceito, capacidade, impedimentos. Estabelecimento. Nome Empresarial. Sociedades Empresárias. Sociedades personificadas: sociedade em nome coletivo, sociedade em comandita simples, sociedade limitada, sociedade anônima, sociedade em comandita por ações. Sociedades despersonificadas: sociedade em comum, sociedade em conta de participação. Sociedades coligadas. Grupos de Sociedades. Transformação, incorporação, fusão e cisão de sociedades. Direito Falimentar. Falência. Recuperação judicial de empresas. Recuperação extrajudicial de empresas. Crimes falimentares.

### Bibliografia

- BORBA, José Edwaldo Tavares. Direito Societário. 9ª.ed, Renovar, 2004.
- BULGARELLI, Waldírio. Sociedades comerciais. 7ª. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- COELHO, Fábio Ulhôa. Curso de Direito Comercial.( 3 vol.) 4ª ed. São Paulo, Saraiva, 2000.
- MARTINS, Fran. Curso de direito comercial. 26ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. 19ª. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

#### Bibliografia Complementar

- ALVAREZ, Walter T. Curso de direito comercial. São Paulo: Sugestão Literárias.
- ANDRADE. Manual de falências e concordatas. Atlas. (2)
- BULGARELLI. Direito comercial. 14ª ed. São Paulo, Atlas, 1999.
- FERREIRA, Valdemar. Instituições de Direito Comercial. Rio de Janeiro. Livraria Freitas Bastos.
- MENDONÇA, José X. de. Tratado de Direito Comercial Brasileiro.

#### V) DISCIPLINAS DO 5º PERÍODO

##### **Direito Processual Civil I**

75 HORAS

FDP045

##### Objetivo

Apresentar o procedimento ordinário do CPC como modelo processual básico de tutela jurisdicional de direitos.

##### Ementa

Procedimento ordinário. Procedimento sumário. Petição inicial. Pedido. Antecipação dos efeitos da tutela. Citação. Respostas do réu. Saneamento do processo. Prova. Sentença. Coisa julgada. Liquidação da sentença

##### Bibliografia

- ALVIM, Arruda. Manual de direito processual civil. V.2. Editora Revista dos Tribunais.
- BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Poderes instrutórios do juiz. Editora Revista dos Tribunais.
- CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil. V.1. Editora Lumen Juris.
- DIDIER Jr., Fredie. Curso de direito processual civil. V.1. Editora Jus Podium.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. Capítulos de sentença. Editora Malheiros.
- \_\_\_\_\_. Instituições de direito processual civil. V.2. Editora Malheiros.
- MARINONI, Luiz Guilherme. Antecipação da tutela. Editora Revista dos Tribunais.
- \_\_\_\_\_. Curso de processo civil: processo de conhecimento. V.2. Editora Revista dos Tribunais.
- MOREIRA, José Carlos Barbosa. O novo processo civil brasileiro: exposição sistemática do procedimento. Editora Forense.

- NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de processo civil comentado e legislação extravagante. Editora Revista dos Tribunais.

#### Bibliografia Complementar

- SCARPINELLA BUENO, Cassio. Curso sistematizado de direito processual civil. V.2. T.1. Editora Saraiva.
- \_\_\_\_\_. Tutela antecipada. Editora Saraiva.
- TALAMINI, Eduardo. Coisa julgada e sua revisão. Editora Revista dos Tribunais.
- TUCCI, José Rogério Cruz e. A causa petendi no processo civil. Editora Revista dos Tribunais.
- WAMBIER, Luiz Rodrigues et al. Curso avançado de processo civil. V.1. Editora Revista dos Tribunais.
- WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; MEDINA, José Miguel Garcia. O dogma da coisa julgada: hipóteses de relativização. Editora Revista dos Tribunais.

### Direito Civil IV

75 HORAS

FDI034

#### Objetivo

O ensino de Direito Civil tem por finalidade habilitar o futuro bacharel ao exercício consciente e responsável da profissão, mediante conhecimento de cada um dos dispositivos do Código Civil e leis complementares, dos textos fundamentais da doutrina nacional e estrangeira, da jurisprudência, em particular no que pertine a presente disciplina, no estudo da parte da legislação civil em seus aspectos principais: os contratos em espécie e a responsabilidade civil.

#### Ementa

Análise das espécies contratuais. Contrato de Alienação: Compra e Venda, Doação. Contrato Internacional de Compra e Venda. Contratos de Arrendamento Mercantil (Leasing). Locação de Serviços e Coisas. Mandato e Gestão de Negócios. Contrato de Agência ou de Representação Comercial. Distribuição. Mediação. Fiança. Shopping Center. Contratos Eletrônicos. Contratos Bancários. Contratos Intelectuais. Declaração Unilateral de Vontade. A Responsabilidade Civil e suas Implicações Contratuais. Estudo da Responsabilidade Civil: responsabilidade objetiva e subjetiva. Culpa: conceito e espécies. Responsabilidade Extracontratual. Visão Prática da Negociação Contratual. Técnicas de Elaboração Contratual.

#### Bibliografia

- BENSON, Peter. The Theory of Contract Law . New Essays, Cambridge University Press, 2003.
- FILHO, Sérgio Cavalieri. Programa de Responsabilidade Civil, 3.a. Ed., Malheiros, 2004.
- GAGLIANO, Pablo Stolze e FILHO, Rodolfo Pamplona. Novo Curso de Direito Civil . Vol.V . Tomo I: Teoria Geral . Contratos, Saraiva, 2006.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva e FICHTNER, Regis (Atualizador). Instituições de Direito Civil . Vol.III . Contratos, 11.a. Ed, Forense, 2004.
- QUEIROGA, Antônio Elias de. Responsabilidade Civil e o Novo Código Civil, 2.a. Ed., Renovar, 2003.

#### Bibliografia Complementar

- ARAÚJO, Nádia. Contratos Internacionais . Autonomia da Vontade, Mercosul e Convenções Internacionais, 3.a. Ed, Renovar, 2004.
- CAENEGEM, R.C. Van. Uma Introdução Histórica ao Direito Privado, Martins Fontes, 2000.
- DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado, Saraiva, 2004.
- \_\_\_\_\_ . Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada, adaptada a Lei n.10.406/2002, Saraiva, 2003.
- FIUZA, Ricardo (Coordenador). Novo Código Civil Comentado: Saraiva, 2003.
- FRANÇA, R. Limonge instituições de Direito civil. 4ª ed., S. Paulo, Saraiva, 1996.
- GOMES, Orlando, contratos, Rio de Janeiro, Forense, 2000.
- GRINBERG, Keila. Código Civil e Cidadania (Série Descobrimos o Brasil), Jorge Zahar Ed., 2001.
- LOPES, M. M. de Serpa. Curso de direito civil. V.2-3, 6. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1999.
- MARQUES, Cláudia Lima. Contratos no Código de Defesa do Consumidor . O novo regime das relações contratuais, 4.a. Ed, Revista dos Tribunais, 2002.
- RODRIGUES, Sílvio, Direito Civil, vol. 3, 26ª ed., S. Paulo, Saraiva, 1996
- VENOSA, Sílvio de Sálvio. Direito civil. v. 2 e 3. São Paulo, Atlas, 2001.
- WAUD, Arnoldo. Curso de Direito Civil Brasileiro. (vol. 2) Obrigações e Contratos. 14ª ed. São Paulo,

#### Direito Penal IV

75 HORAS

FDU033

#### Objetivo

Discutir os Títulos de IX a XI, todos da Parte Especial do Código Penal, e prosseguir com a análise de certos Tipos de Crimes previstos no âmbito da Legislação Penal Extravagante, dando ênfase à abordagem dos seguintes aspectos: Objetividade Jurídica do Tipo, Sujeitos Ativo e Passivo, Elementos Objetivos, Subjetivos e Normativos do Tipo, Qualificação Doutrinária, Consumação, Tentativa e Pena.

#### Ementa

Os Crimes contra a Paz Pública. Os Crimes contra a Fé Pública. Os Crimes contra a Administração Pública. O Direito Penal Extravagante: as Contravenções Penais, os Crimes de Responsabilidade de Agentes Políticos, os Crimes Eleitorais, os Crimes de Abuso de Autoridade, os Crimes de Imprensa, os Crimes contra a Segurança Nacional, os Crimes contra o Sistema Financeiro, os Crimes de Racismo, os Crimes Hediondos, os Crimes contra a Ordem Econômica, Tributária e Relações de Consumo, os Crimes de Tortura, os Crimes de Trânsito, os Crimes Ambientais, os Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores, os Crimes contra o Sistema Nacional de Armas, os Crimes Falimentares e os Crimes de Uso e Tráfico de Droga.

#### Bibliografia

- ANDREUCCI, Ricardo Antonio. Manual de Direito Penal . 4ª. ed. reform. . São Paulo: Saraiva . 2008.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. Código Penal Comentado . São Paulo: Saraiva . 2002.
- COSTA JÚNIOR, Paulo José. Curso de Direito Penal . 9ª. ed. rev. e atual. . São Paulo: Saraiva . 2008.
- DELMANTO, Celso et al. Código Penal Comentado . 6ª. ed. atual. e ampl. . Rio de Janeiro: Renovar . 2002.
- DELMANTO, Roberto et al. Leis Penais Especiais Comentadas . Rio de Janeiro: Renovar

- . 2006.
- MÉDICI, Sérgio de Oliveira. *Contravenções Penais* . 4ª. ed. rev. e atual. . São Paulo: Edipro . 1991.
- NORONHA, E. Magalhães. *Direito Penal: vol. 4* . 19ª. ed. atual. por Adalberto José Q. T. de Camargo Aranha. . São Paulo: Saraiva . 1992.
- SILVA, José Geraldo de et al. *Leis Penais Especiais Anotadas*. . Campinas/SP: Millennium . 2001.
- TORON, Alberto Zacharias. *Crimes Hediondos: o Mito da Repressão Penal* . São Paulo: Editora Revista dos Tribunais . 1996.

#### Bibliografia Complementar

- JESUS, Damásio E. de. *Direito Penal, parte especial: vol. 3* . 7ª. ed. rev. e atual. . São Paulo: Saraiva . 1991.
- JESUS, Damásio E. de. *Direito Penal, parte especial: vol. 4* . 2ª. ed. . São Paulo: Saraiva . 1989.
- MIRABETE, Julio Fabbrini. *Manual de Direito Penal, parte especial: vol. 3* . 16ª. ed. rev. e atual. . São Paulo: Atlas . 2001.
- NUCCI, Guilherme de Souza. *Código Penal Comentado* . 5ª. ed. rev., atual. e ampl. . São Paulo: Editora Revista dos Tribunais . 2005.
- TELES, Ney Moura. *Direito Penal, parte especial: vol. 3* . 2ª. ed. . São Paulo: Atlas . 2006.

#### Direito do Trabalho I

75 HORAS

FDI035

#### Objetivo

Levar aos alunos as principais categorias jurídicas de Direito do Trabalho e da Segurança Social e sua problemática quanto à atuação de tais institutos. Preparar adequadamente o aluno para a vida profissional na área trabalhista judicial e extrajudicial, por meio de aulas, estágios e outros trabalhos. Tentar obter a participação direta do aluno no processo da aprendizagem e manter o interesse dele durante o desenvolvimento das atividades docentes e discentes.

#### Ementa

Direito Individual do Trabalho e o seu objeto. Natureza jurídica da relação de trabalho. Contrato de trabalho. Conceito e figura afins. Sujeitos do contrato individual de trabalho (empregador, empregado, trabalhador autônomo, eventual e avulso). Empregador: grupo de empresas, locadores de mão-de-obra e empresas de trabalho temporário. Poderes do empregador. Admissão do empregado. Formação do contrato. Contrato de experiência. Ficha de Registros e CTPS. Contrato de trabalho: desenvolvimento. Empregado doméstico, trabalhador rural, servidor público, diretor de sociedade, sócio, empregado em domicílio. Trabalho de adolescentes: aprendizagem. Outras formas de relações de trabalho: temporários, autônomos, eventuais, cooperativas de trabalho. Salário e remuneração. Conceito. Componentes da remuneração. Modalidades da estipulação do salário. 13º salário. Gratificações. Adicionais, utilidades. Gorjetas. Prêmios. Comissões. Parcelas não salariais. Salário mínimo. Piso salarial. Regras de proteção ao salário. Equiparação salarial. Reajustes e aumento salariais. Trabalho da mulher, da criança e do adolescente. Saúde e segurança do trabalho. Insalubridade. Periculosidade. Reflexos remuneratórios. Jornadas de trabalho. Repouso semanal remunerado. Trabalhos em dias de repouso. Revezamento. Conseqüências remuneratórias. Controle de freqüência. Justificação de

ausências. Regime de compensação. Banco de horas. Horas extraordinárias. Férias anuais remuneradas. Aquisição do direito. Concessão de férias. Férias coletivas. Remuneração. Férias e rescisão contratual. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Formas de extinção do contrato de trabalho. Garantias de emprego. Estabilidade. Homologação da rescisão contratual. Direitos do empregado em cada tipo de extinção do contrato. Aviso prévio, 13º salário proporcional e férias proporcionais. Participação nos lucros ou resultados. Indenizações.

#### Bibliografia

- CAMPANHOLE, Adriano. Consolidação das leis da previdência social. São Paulo: Atlas.
- COSTA, A. C.; FERRARI, Iryny. Consolidação das leis do trabalho. São Paulo: LTR, 1991.
- DAIBERT, Jefferson. Direito previdenciário e acidentário do trabalho urbano. Rio de Janeiro: Forense.
- GOTTSCHALK, Elson; GOMES, Orlando. Curso de direito do trabalho. São Paulo: Saraiva. 2 v.

#### Bibliografia Complementar

- MAGANO, Otávio Bueno de. Manual de direito do trabalho. LTR.
- MAGANO, Otávio Bueno; MALLET, Estevão. O direito o trabalho na Constituição. Rio de Janeiro: Forense.
- MANUS, P. P. T. Direito do trabalho. São Paulo: Atlas, 1993.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro do. Iniciação do direito do trabalho. São Paulo: LTR.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro do. Curso de direito do trabalho. São Paulo: Saraiva.
- RUSSOMANO. Comentários a CLT. Forense.
- RUSSOMANO. Princípios gerais de direito sindical. Forense.
- GUEDES. Manual prático do direito do trabalho. Forense.

### Direito Empresarial II

75 HORAS

FDI044

#### Objetivo

Situar a disciplina dos Títulos de Crédito no regime geral do direito obrigacional. Destacar a importância dos títulos de crédito e a criação de novos instrumentos cambiários ou cambiariformes requer o domínio das regras gerais informadoras da disciplina. Por isso, partindo da teoria geral visa-se a dar aos alunos conhecimentos que permitam apreender a complexidade e diversidade de institutos como a circulação dos documentos as regras relativas à abstração, das obrigações cambiárias contrastando-as com os títulos causais e, sobretudo, enfatizando aspectos que excepcionam o direito comum.

#### Ementa

Títulos de crédito: teoria geral do direito cambiário; letra de câmbio, nota promissória, cheque, duplicata mercantil, conhecimento e warrant. Contratos tipicamente empresariais: representação comercial, arrendamento mercantil, franquia, faturização, cartão de crédito. Noções de propriedade industrial: patentes, registros e direitos conexos.

#### Bibliografia

-

- ALMEIDA, Amador P. TÍTULOS de Crédito. São Paulo, Saraiva.
- BULGARELLI, Waldírio. Títulos
- REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. (Vol. 2) São Paulo, Saraiva, 1998.

#### Bibliografia Complementar

- MARTINS, Fran. Curso de direito comercial. Rio de Janeiro: Forense.
- MARTINS. Contratos e obrigações comerciais. Forense.

### VI) DISCIPLINAS DO 6º PERÍODO

#### Direito Processual Civil II

75 HORAS

FDP046

#### Objetivo

Apresentar as diversas modalidades de tutela jurisdicional executiva e cautelar do CPC e da legislação extravagante.

#### Ementa

Execução. Princípios fundamentais da execução. Responsabilidade patrimonial. Meios executivos. Competência e legitimidade. Títulos executivos judiciais e extrajudiciais. Execução de título judicial. Execução Provisória. Execução de título extrajudicial. Execução de obrigação de pagar quantia certa. Execução de obrigação de fazer e de não fazer. Execução de obrigação de entregar coisa. Defesa do executado e de terceiros. Execuções especiais. Tutela preventiva. Processo e ação cautelar. Poder geral de cautela. Medidas cautelares nominadas e inominadas.

#### Bibliografia

- ASSIS, Araken de. Cumprimento da sentença. Editora Forense.
- \_\_\_\_\_. Manual da execução. Editora Revista dos Tribunais.
- CÂMARA, Alexandre Freitas. A nova execução de sentença. Editora Lumen Juris.
- \_\_\_\_\_. Lições de direito processual civil. V.2. Editora Lumen Juris.
- DIDIER JUNIOR, Fredie et al. Curso de direito processual civil. V.2. Editora Jus Podium.
- MARINONI, Luiz Guilherme. Curso de processo civil: execução. V.3. Editora Revista dos Tribunais.
- \_\_\_\_\_. Curso de processo civil: processo cautelar. V.4. Editora Revista dos Tribunais.
- \_\_\_\_\_. Tutela inibitória. Editora Revista dos Tribunais.

#### Bibliografia Complementar

- MARTINS, Sandro Gilbert. A defesa do executado por meio das ações autônomas: defesa heterotópica. Editora Revista dos Tribunais.
- MEDINA, José Miguel Garcia. Execução. Editora Revista dos Tribunais.
- SCARPINELLA BUENO, Cassio. Curso sistematizado de direito processual civil. V.3. Editora Saraiva.
- TALAMINI, Eduardo. Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer. Editora Revista dos Tribunais.

- WAMBIER, LUIZ RODRIGUES et al. Curso avançado de processo civil. V.1. Editora Revista dos Tribunais.
- \_\_\_\_\_. Sentença civil: liquidação e cumprimento. Editora Revista dos Tribunais.

## Direito Civil V

75 HORAS

FDI036

### Objetivo

O ensino de Direito Civil tem por finalidade habilitar o futuro bacharel ao exercício consciente e responsável da profissão, mediante conhecimento de cada um dos dispositivos do Código Civil e leis complementares, dos textos fundamentais da doutrina nacional e estrangeira, da jurisprudência, em particular no que pertine a presente disciplina, no estudo da parte da legislação civil em seus aspectos principais: a propriedade.

### Ementa

Direito Civil e Direito das Coisas. Direitos Reais e Pessoais. Teorias da Posse. Posse no Direito Brasileiro. Natureza Jurídica da Posse. Aquisição do Direito de posse. Titulares do Direito de posse. Objeto do Direito de posse. Perda e extinção do Direito de posse. Efeitos decorrentes do Direito de posse. Efeitos decorrentes do Direito de posse. Defesa da posse. Introdução ao Direito de Propriedade. Constituição e propriedade. Aquisição da propriedade móvel. Aquisição da propriedade imóvel. Aquisição da propriedade imobiliária. Perda da propriedade. Propriedade Condominial. Propriedades Especiais (resolúvel, literária, científica, industrial). Restrições ao Direito de Propriedade. Defesa do Direito de Propriedade. Direitos Reais sobre Coisas Alheias.

### Bibliografia

- BARBOSA, Denis Borges. Propriedade Intelectual, Lumen Juris, 2003.
- DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado, Saraiva, 2004.
- \_\_\_\_\_. Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada, adaptada a Lei n.10.406/2002, Saraiva, 2003.
- FIUZA, Ricardo (Coordenador). Novo Código Civil Comentado, Saraiva, 2003.
- GIORDANI, José Acir Lessa. Curso Básico de Direito Civil: Direito das Coisas. Tomo I. Introdução e Posse de acordo com o NCC, 2ª. Ed, Lumen Juris, 2005.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito das Coisas - Sinopses Jurídicas Vol.3, Saraiva, 2004.
- IHERING, Rudolf Von. Teoria Simplificada da Posse. Edipro, 2002.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva e FILHO, Carlos Edison R. M. (Atualizador). Instituições de Direito Civil. Vol.IV. Direito das Coisas, 11ª. Ed, Forense, 2004.
- PUGLIESE, Roberto J. Direito das Coisas. LEUD, 2005.
- ROSA, Pedro Henrique de Miranda. Direito Civil: Direito das Coisas, Renovar, 2005.

### Bibliografia Complementar

- BATISTA, Antenor. Posse, Possessória, Usucapião e Ação Rescisória, 2ª. Ed., Juarez de Oliveira.
- BRITO, Rodrigo Azevedo Toscano de. Incorporação Imobiliária à Luz do CDC, 1ª. Ed, Saraiva, 2002.
- DINIZ, Maria Helena. Sistema de Registro de Imóveis, 5ª. Ed, Saraiva, 2004.
- MALUF, Carlos Alberto Dabus. O Condomínio Edifício e o Novo Código Civil Brasileiro,

2ª. Ed, Saraiva, 2005.

- MONTEIRO, Washington de B.- Curso de Direito civil, direito das coisas (vol,3). S. Paulo, Saraiva, 2000.

## Direito Administrativo I

75 HORAS

FDU034

### Objetivo

Oferecer ao aluno as noções básicas do direito administrativo, apontando a sua origem, o seu objeto, o regime jurídico predominantemente público a que se submete a Administração Pública, sem descuidar do exame do regime jurídico privado que também pode ser utilizado. Partindo da idéia de que o objeto do direito administrativo é a Administração Pública em seus vários aspectos (sujeitos que a compõem, funções que exerce, bens públicos que administra, relações jurídicas de que participa), serão analisadas as entidades que a integram e as atividades que compõem a função administrativa como uma das três funções do Estado. A disciplina também tem por objetivo apontar os fundamentos constitucionais do direito administrativo. O desenvolvimento do conteúdo da disciplina preparará para a análise de temas específicos a serem desenvolvidos no semestre subsequente, na disciplina Direito Administrativo II e levará em conta as tendências atuais do direito administrativo, decorrentes da globalização e da reforma do aparelhamento administrativo do Estado, que tem trazido inúmeras inovações nessa disciplina.

### Ementa

Direito Administrativo: origem, objeto e conceito. Constituição e Direito Administrativo. Princípios informativos do Direito Administrativo. Interpretação do Direito Administrativo. Administração Pública. Divisão funcional da Administração. Atividade Administrativa e seu Exercício. Ato Administrativo. Poderes administrativos. Licitação. Contratos administrativos.

### Bibliografia

- ALEXANDRINO, MARCELO; PAULO VICENTE. Direito Administrativo; 13ª ed. Niterói, RJ. Editora Impetus, 2007.
- ARAÚJO, Edmir Neto de. Curso de Direito Administrativo; 3ª ed revista, ampliada e atualizada. São Paulo. Saraiva, 2007.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 11ª ed., Rio de Janeiro : Lúmen Júris, 2004.
- Constituição da República Federativa do Brasil
- JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo.
- São Paulo: Saraiva, 2005.
- MEDAUR, Odete. Direito Administrativo Moderno. 9ª ed. , Revistas dos Tribunais, 2005.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 24ª ed., Malheiros, 1999.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 11ª ed., Malheiros, 1999.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo, 12ª ed., Atlas, 1999.
- GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo, 8ª ed.- Saraiva, 2003.

### Bibliografia Complementar

- BASTOS, C. R. Curso de direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 1994.
- CRETELLA JÚNIOR, José. Manual de direito administrativo: curso moderno de graduação. 1991.

- CRETELLA JUNIOR, José. Direito administrativo brasileiro. 2 v. Rio de Janeiro: Forense.
- DIOGO, Figueiredo Júnior. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Forense.
- ENTERRIA, Eduardo Garcia de; FERNANDEZ, Tomás Ramón. Curso de direito administrativo. São Paulo: RT, 1992.

## Direito Processual Penal I

75 HORAS

FDP047

### Objetivo

Procurar inserir exposição a respeito dos prolegômenos do Direito Processual Penal, dando ênfase à Dogmática Jurídico-processual Penal, bem como às Fontes e à Interpretação do Direito Processual Penal. Analisar a Evolução Histórica da Disciplina. Perscrutar os Princípios norteadores do Direito Processual Penal, a exemplo dos seguintes: Devido Processo Legal, Contraditório, Ampla e Plena Defesa, Imparcialidade do Juiz, Promotor Natural, In Dubio Pro Reo, Presunção do Estado de Inocência, Favor Rei e outros. Discutir a Aplicação da Lei Processual Penal no Tempo e no Espaço. Analisar o Inquérito Policial, suas Características, Atos e Prazos. Estudar a Ação Penal, seus Princípios, Classificações e Espécies (e desdobramentos), a Denúncia, a Queixa (seus Requisitos e Causas de Rejeição). Dar ao alunado informações sobre a Jurisdição, seus Princípios, Características, Classificação e Espécies. Verificar o instituto da Competência e suas Causas de Determinação, Modificação e Prorrogação, com enfoque nos seguintes Critérios: Ratione Loci, Ratione Materiae, Ratione Personae, Distribuição, Prevenção, Conexão e Continência. Abordar as Questões Prejudiciais Obrigatórias e as Facultativas. Analisar, no contexto dos Incidentes Processuais, as Exceções, as Incompatibilidades e os Impedimentos, os Conflitos de Jurisdição, a Restituição de Coisas Apreendidas, as Medidas Assecuratórias, o Incidente de Falsidade e o de Insanidade Mental do Indiciado ou do Acusado. Discorrer acerca da Prova, seus prolegômenos, Espécies e implicações.

### Ementa

O Direito Processual Penal. A Evolução Histórica das Idéias Jurídico-processuais Penais. Os Princípios Informativos do Direito Processual Penal. A Aplicação da Lei Processual Penal. O Inquérito Policial. A Ação Penal. A Jurisdição. A Competência. As Questões Prejudiciais. Os Processos Incidentes. A Prova.

### Bibliografia

- ACOSTA, Walter P. O Processo Penal . 22<sup>a</sup>. ed. - Rio de Janeiro: Editora do Autor Ltda. . 1995.
- GRECO FILHO, Vicente. Manual de Processo Penal . 4<sup>a</sup>. ed. atual. e ampl. - São Paulo: Saraiva . 1997.
- JARDIM, Afrânio Silva. Direito Processual Penal; estudos e pareceres . 4<sup>a</sup>. ed. rev. e atual. - Rio de Janeiro: Forense . 1992.
- NORONHA, E. Magalhães. Curso de Direito Processual Penal . 21<sup>a</sup>. ed. atual. por Adalberto José Q. T. de Camargo Aranha. . São Paulo: Saraiva . 1992.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo Penal e Execução Penal . 3<sup>a</sup>. ed. rev., atual. e ampl. . São Paulo: Editora Revista dos Tribunais . 2007.
- TORNAGHI, Hélio. Curso de Processo Penal . 8<sup>a</sup>. ed. de acordo com a Constituição de 1988 . São Paulo: Saraiva . 1991.

## Bibliografia Complementar

- MIRABETE, Julio Fabbrini. Processo Penal . 2ª. ed. . São Paulo: Atlas . 1992.
- NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Curso Completo de Processo Penal . 11ª. ed. rev., atual. e ampl. . São Paulo: Saraiva . 2000.
- RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal . 3ª. ed. rev., atual. e ampl. . Rio de Janeiro: Lumen Juris . 2000.
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal . 6ª. ed. rev., atual. e aum. . São Paulo: Saraiva . 2004.
- TUCCI, Rogério Lauria. Direitos e Garantias Individuais no Processo Penal Brasileiro . 2ª. ed. rev. e atual. . São Paulo: Editora Revista dos Tribunais . 2004.

### Direito do Trabalho II

75 HORAS

FDI037

#### Objetivo

Levar aos alunos as principais categorias jurídicas de Direito do Trabalho e da Segurança Social e sua problemática quanto à atuação de tais institutos. Preparar adequadamente o aluno para a vida profissional na área trabalhista judicial e extrajudicial, por meio de aulas, estágios e outros trabalhos. Obter a participação direta do aluno no processo da aprendizagem e manter o interesse dele durante o desenvolvimento das atividades docentes e discentes.

#### Ementa

Direito Administrativo do Trabalho: fiscalização trabalhista, auto de infração. Ministério do Trabalho. Acidentes do trabalho: conceito, beneficiáveis, benefícios, procedimento administrativo e judicial. Direito sindical: conceito e história. Relações individuais e relações coletivas de trabalho. O movimento associacionista. Organização sindical: modelos de organização sindical e estrutura sindical brasileira. Conceito e natureza judicial do sindicato. Criação, administração e dissolução de sindicatos. Funções do sindicato. Entidades sindicais de grau superior. Centrais sindicais. Conflitos Coletivos de Trabalho. Convenção Coletiva de Trabalho. Acordo Coletivo. Contrato Coletivo. A greve no Direito: evolução histórica da greve no Brasil, natureza jurídica, efeitos sobre o conceito de trabalho. Representação dos trabalhadores na empresa. Arbitragem.

#### Bibliografia

- CAMPANHOLE, Adriano. Consolidação das leis da previdência social. São Paulo: Atlas.
- COSTA, A. C.; FERRARI, Irandy. Consolidação das leis do trabalho. São Paulo: LTR, 1991.
- DAIBERT, Jefferson. Direito previdenciário e acidentário do trabalho urbano. Rio de Janeiro: Forense.
- GOTTSCHALK, Elson; GOMES, Orlando. Curso de direito do trabalho. São Paulo: Saraiva. 2 v.

## Bibliografia Complementar

- MAGANO, Otávio Bueno de. Manual de direito do trabalho. LTR.
- MAGANO, Otávio Bueno; MALLETT, Estevão. O direito o trabalho na Constituição. Rio de Janeiro: Forense.
- MANUS, P. P. T. Direito do trabalho. São Paulo: Atlas, 1993.

- NASCIMENTO, Amauri Mascaro do. Iniciação do direito do trabalho. São Paulo: LTR.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro do. Curso de direito do trabalho. São Paulo: Saraiva.
- RUSSOMANO. Comentários a CLT. Forense.
- RUSSOMANO. Princípios gerais de direito sindical. Forense.
- GUEDES. Manual prático do direito do trabalho. Forense.

## VII) DISCIPLINAS DO 7º PERÍODO

### Direito Processual Civil III

75 HORAS

FDP048

#### Objetivo

Apresentar a teoria geral dos recursos e os diversos meios de impugnação às decisões judiciais; apresentar os procedimentos especiais do CPC e da legislação extravagante, diferenciando-os do procedimento ordinário.

#### Ementa

Meios de impugnação às decisões judiciais. Princípios recursais. Decisões recorríveis. Efeitos dos recursos. Apelação. Agravo. Embargos de declaração. Embargos infringentes. Recurso ordinário constitucional. Recursos excepcionais (estrito direito). Recurso de terceiro. Ação rescisória. Ação anulatória. Mandado de segurança contra decisão judicial. Reclamação constitucional. Processo nos tribunais. Incidente e pedido de uniformização de jurisprudência. Teoria dos procedimentos especiais. Procedimento monitório. Ações possessórias. Ação de consignação em pagamento. Ação de usucapião. Habilitação. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Procedimento sumariíssimo. Juizados especiais cíveis estaduais e federais. Mandado de segurança individual e coletivo. Ação de improbidade administrativa. Ação popular. Ação de desapropriação. Ações locatícias. Ações coletivas.

#### Bibliografia

- ASSIS, Araken de. Manual dos recursos. Editora Revista dos Tribunais.
- CÂMARA, Alexandre Freitas. Juizados especiais cíveis estaduais e federais. Editora Lumen Juris.
- \_\_\_\_\_. Lições de direito processual civil. V.3. Editora Lumen Juris.
- DIDIER JUNIOR, Fredie. Recurso de terceiro: juízo de admissibilidade. Editora Revista dos Tribunais.
- DIDIER JUNIOR, Fredie; CUNHA, Leonardo José Carneiro da. Curso de direito processual civil. V.3. Editora Jus Podium.
- CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil. V.2. Editora Lumen Juris.
- CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem e processo. Editora Atlas.
- FARIAS, Cristiano Chaves de et al. Procedimentos especiais cíveis: legislação extravagante. Editora Saraiva.
- FERREIRA, William Santos. Tutela antecipada no âmbito recursal. Editora Revista dos Tribunais.
- MARCATO, Antonio Carlos. Procedimentos especiais. Editora Malheiros.
- MEDINA, José Miguel Garcia. O prequestionamento nos recursos extraordinário e recurso especial. Editora Revista dos Tribunais.
- MEDINA, José Miguel Garcia; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Recursos e ações

autônomas de impugnação. Editora Revista dos Tribunais.

- MONTENEGRO FILHO, Misael. Ações possessórias. Editora Atlas.
- MORATO, Leonardo. Reclamação e sua aplicação para o respeito da súmula vinculante. Editora Revista dos Tribunais.
- MOREIRA, José Carlos Barbosa. Comentários ao código de processo civil. V.5. Editora Forense.

#### Bibliografia Complementar

- NERY JÚNIOR, Nelson. Teoria geral dos recursos. Editora Revista dos Tribunais.
- MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Divergência jurisprudencial e súmula vinculante. Editora Revista dos Tribunais.
- \_\_\_\_\_. Recurso extraordinário e recurso especial. Editora Revista dos Tribunais.
- SCARPINELLA BUENO, Cassio. Curso sistematizado de direito processual civil. V.5. Editora Saraiva.
- \_\_\_\_\_. Mandado de segurança. Editora Saraiva.
- WAMBIER, Luiz Rodrigues et al. Curso avançado de processo civil. V.3. Editora Revista dos Tribunais.
- WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Omissão judicial e embargos de declaração. Editora Revista dos Tribunais.
- \_\_\_\_\_. Os agravos no código de processo civil brasileiro. Editora Revista dos Tribunais.
- \_\_\_\_\_. Recurso especial, recurso extraordinário e ação rescisória. Editora Revista dos Tribunais.
- YARSHELL, Flávio Luiz. Ação rescisória: juízos rescindente e rescisório. Editora Malheiros.
- ZAVASCKI, Teori Albino. Processo coletivo: tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos. Editora Revista dos Tribunais.

#### Direito Civil VI

75 HORAS

FDI038

#### Objetivo

O ensino de Direito Civil tem por finalidade habilitar o futuro bacharel ao exercício consciente e responsável da profissão, mediante conhecimento de cada um dos dispositivos do Código Civil e leis complementares, dos textos fundamentais da doutrina nacional e estrangeira, da jurisprudência, em particular no que pertine a presente disciplina, no estudo da parte da legislação civil em seus aspectos principais: a família.

#### Ementa

Direito de família: Conceito. Natureza de suas normas. Casamento. Definição. Natureza jurídica. Formalidades preliminares. Habilitação, impedimentos e oposição ao matrimônio. Da celebração do casamento. Das provas do casamento. Do casamento nulo e anulável. Do casamento putativo. Disposições penais em matéria de casamento. Efeitos jurídicos do casamento. Direitos e deveres do marido. Da condição, dos direitos e deveres da mulher casada. Do regime de bens entre os cônjuges. Noções gerais. Dos vários regimes de bens. Das doações antenupciais. Do desquite e do divórcio. Guarda e proteção à pessoa dos filhos. Do concubinato. Alguns dos seus efeitos. Sua dissolução. Do parentesco em geral. Da filiação legítima. Do reconhecimento dos filhos ilegítimos. Da adoção. Do pátrio poder. Dos alimentos. Da tutela. Da curatela. Da ausência. Sucessão: Acepção jurídica. Modalidades sucessórias. Inter vivos e mortis causa. Sucessão, de ausente, conceitos, efeitos sucessórios, sucessão provisória, sucessão definitiva, reaparecimento

do ausente. Herança, conceito, função específica. Inventário.

#### Bibliografia

- DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado, Saraiva, 2004.
- \_\_\_\_\_. Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada, adaptada a Lei n.10.406/2002, Saraiva, 2003.
- FIUZA, Ricardo (Coordenador). Novo Código Civil Comentado: Saraiva, 2003.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva e FILHO, Carlos Edison R. M. (Atualizador). Instituições de Direito Civil . Vol. V . Direito de Família, 11<sup>a</sup>. Ed, Forense, 2004.

#### Bibliografia Complementar

- MONTEIRO, Washington de B.- Curso de Direito civil, direito de família (vol,4). S. Paulo, Saraiva, 2000.
- RODRIGUES, Sílvio. *Direito civil*. v.4. Direito de Família. 30<sup>a</sup> ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- VENOSA, Sílvio de S. *Direito civil*: v.4. Direito de Família. São Paulo: Atlas. 2001.

### Direito Administrativo II

75 HORAS

FDU035

#### Objetivo

Compreender o ramo Direito Administrativo; conceituando e identificando as principais instituições e institutos da administração pública; compreender o fenômeno administração pública e compreender as formas de manifestação estatal e de controle da atuação e intervenção do Estado na sociedade.

#### Ementa

Servidores públicos. Cargos Públicos. Agentes Públicos. Concurso Público. Serviços Públicos: execução centralizada e descentralizada. Serviços de utilidade pública. Domínio público. Intervenção na propriedade e atuação no domínio econômico. Responsabilidade Civil do Estado. Controle da Administração Pública. Os tribunais de contas. Privilégios da Administração Pública em juízo. Organização administrativa brasileira.

#### Bibliografia

- MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*, 25<sup>a</sup> ed., atualizada. Malheiros Editores, SP, 2000.
- CRETELLA JR., José. *Curso de Direito Administrativo*, Editora Forense, RJ.
- GASPARINI, Diógenes. *Direito Administrativo* Editora Saraiva, SP, 4<sup>a</sup> ed., revista e atualizada, 1995.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*+13<sup>a</sup> ed., Editora Atlas, SP, 2001.
- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*+, 12<sup>a</sup> ed., revista e atualizada, Malheiros Editores, SP, 2000.
- MEDAUAR, ODETE, *Direito Administrativo Moderno*. 9<sup>a</sup> ed. Revista e atualizada, Editora Revista dos Tribunais. SP, 2005.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 11<sup>a</sup> ed. Revista, ampliada e atualizada. Lúmen Júris, Ed. Rio de Janeiro, 2004.
- JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de Direito Administrativo*. Editora Saraiva, SP, 2005.
- ARAÚJO, EDMIR NETTO DE. *Curso de Direito Administrativo*. 3<sup>a</sup> edição revista, ampliada e

## Bibliografia Complementar

- BANDEIRA DE MELO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 1994.
- BASTOS, C. R. Curso de direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 1994.
- CRETELLA JÚNIOR, José. Manual de direito administrativo: curso moderno de graduação. 1991.
- CRETELLA JÚNIOR, José. Direito administrativo brasileiro. 2 v. Rio de Janeiro: Forense.
- DIOGO, Figueiredo Júnior. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Forense.
- ENTERRIA, Eduardo Garcia de; FERNANDEZ, Tomás Ramón. Curso de direito administrativo. São Paulo: RT, 1992.

### Direito Processual Penal II

75 HORAS

FDP049

#### Objetivo

Analisar os Sujeitos da Relação Processual Penal, com enfocando o Juiz, as Partes e o Assistente do Ministério Público. Abordar o instituto da Prisão Provisória, perscrutando seus aspectos gerais, bem como suas Espécies, quais, a Prisão em Flagrante, a Prisão Preventiva e a Prisão Temporária. Estudar a Liberdade Provisória, seus prolegômenos e suas Espécies: Liberdade Provisória Vinculada e sem Fiança, Liberdade Provisória Vinculada com Fiança e Liberdade Provisória não Vinculada e sem Fiança. Verificar os Atos Processuais de Comunicação, inserindo o aluno no contexto dos debates atinentes à Citação, à Intimação e à Notificação. Abordar a Sentença, dando ênfase à análise dos Atos Processuais Decisórios. Discutir os Processos em Espécie: o Processo Comum Ordinário, o Processo Comum Sumário, o Processo Sumaríssimo, o Processo da Competência do Tribunal do Júri, além de alguns Processos Extravagantes, quer do Código, quer de Leis esparsas, a exemplo dos seguintes: Responsabilidade de Funcionários Públicos, Crimes de Calúnia, Difamação e Injúria, Propriedade Imaterial, Abuso de Autoridade, Crimes de Imprensa, Procedimento Apuratório de Organizações Criminosas, Uso e Tráfico de Droga e outros. Analisar o instituto das Nulidades. Esquadrinhar os Recursos, seus Fundamentos, Princípios, Condições, Pressupostos, Espécies, Prazos, Hipóteses de Interposição, além de outras implicações. Observar as Ações Autônomas de Impugnação, com enfoque nas suas Espécies, Hipóteses de Intentação, além de outras implicações. Discutir a respeito da Execução Penal, sem, entretanto, aprofundar muito, já que, na verdade, o assunto pertence à novel Disciplina Direito de Execução Penal. Abordar as Relações com Autoridades Alienígenas, enfatizando o instituto da Carta Rogatória e o da Homologação de Sentença Estrangeira. Verificar as Regras de contagem dos Prazos de natureza Processual, bem como às custas devidas no Processo Penal.

#### Ementa

Os Sujeitos Processuais: o Juiz, as Partes, o Assistente, os Funcionários, os Serventuários da Justiça, os Peritos e os Intérpretes. A Prisão Cautelar e a Liberdade Provisória. A Fiança. Os Atos de Comunicação Processual: a Citação, a Intimação e a Notificação. A Sentença. Os Processos em Espécie: o Processo Comum Ordinário, o Processo Comum Sumário, o Processo Sumaríssimo, o Processo da Competência do Tribunal do Júri, os Processos Extravagantes. As Nulidades. Os Recursos. As Ações Autônomas de Impugnação. A Execução Penal. As Relações Jurisdicionais com Autoridade Estrangeira. Os Prazos e as Custas Processuais.

#### Bibliografia

- ACOSTA, Walter P. O Processo Penal - 22ª. ed. . Rio de Janeiro: Editora do Autor Ltda. . 1995.
- GRECO FILHO, Vicente. Manual de Processo Penal . 4ª. ed. atual. e ampl. . São Paulo: Saraiva . 1997.
- JARDIM, Afrânio Silva. Direito Processual Penal; estudos e pareceres . 4ª. ed. rev. e atual. . Rio de Janeiro: Forense . 1992.
- NORONHA, E. Magalhães. Curso de Direito Processual Penal . 21ª. ed. atual. por Adalberto José Q. T. de Camargo Aranha. . São Paulo: Saraiva . 1992.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo Penal e Execução Penal . 3ª. ed. rev., atual. e ampl. . São Paulo: Editora Revista dos Tribunais . 2007.
- TORNAGHI, Hélio. Curso de Processo Penal . 8ª. ed. de acordo com a Constituição de 1988 . São Paulo: Saraiva . 1991.

#### Bibliografia complementar

- ARANHA, Adalberto José Q. T. de Camargo. Dos Recursos no Processo Penal . 2ª. ed. reform. . São Paulo: Saraiva . 2006.
- BRANCO, Tales Castelo. Da Prisão em Flagrante . 5ª. ed. rev., aum. e atual. . São Paulo: Saraiva . 2001.
- BRANCO, Tales Castelo. Teoria e Prática dos Recursos Criminais . São Paulo: Saraiva . 2003.
- DELMANTO JUNIOR, Roberto. As Modalidades de Prisão Provisória e seu Prazo de Duração . Rio de Janeiro: Renovar . 1998.
- GRINOVER, Ada Pellegrini et al. As Nulidades no Processo Penal . 7ª. ed. rev. e atual. . São Paulo: Editora Revista dos Tribunais . 2001.
- MIRABETE, Julio Fabbrini. Processo Penal . 2. ed. . São Paulo: Atlas . 1992.
- MIRABETE, Julio Fabbrini. Execução Penal . 6ª. ed. rev. e atual. . São Paulo: Atlas . 1996.
- NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Curso Completo de Processo Penal . 11ª. ed. rev., atual. e ampl. . São Paulo: Saraiva . 2000.
- RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal . 3ª. ed. rev., atual. e ampl. . Rio de Janeiro: Lumen Juris . 2000.
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal . 6ª. ed. rev., atual. e aum. . São Paulo: Saraiva . 2004.

#### Direito Processual do Trabalho

75 HORAS

FDI039

#### Objetivo

Levar aos alunos as principais categorias jurídicas de Direito do Trabalho e da Segurança Social e sua problemática quanto à atuação de tais institutos. Preparar adequadamente o aluno para a vida profissional na área trabalhista judicial e extrajudicial, por meio de aulas, estágios e outros trabalhos. Tentar obter a participação direta do aluno no processo da aprendizagem e manter o interesse dele durante o desenvolvimento das atividades docentes e discentes.

#### Ementa

Teoria Geral do Processo do Trabalho. Princípios informativos do Direito Processual do Trabalho. Organização e funcionamento da Justiça do Trabalho. Competência. Atos, termos e prazos processuais. Partes e procuradores. Jus postulandi. Representação. Substituição. Litisconsórcio. Nulidades. Dissídios individuais do trabalho. Petição inicial. Antecipação de tutela. Audiência de instrução e julgamento. Arquivamento. Revelia. Conciliação. Alçada. Defesa. Exceção.

Reconvenção. Contestação. Provas. Sentença e coisa julgada. Rito Sumaríssimo. Recursos Trabalhistas. Liquidação de Sentença. Execução. Sistemas informativos Bacenjud, Infojud, Renajud. Embargos à Execução. Praça. Arrematação. Execução das contribuições previdenciárias. Procedimentos especiais. Dissídios coletivos de trabalho.

#### Bibliografia

- CAMPANHOLE, Adriano. Consolidação das leis da previdência social. São Paulo: Atlas.
- COSTA, A. C.; FERRARI, Iryny. Consolidação das leis do trabalho. São Paulo: LTR, 1991.
- DAIBERT, Jefferson. Direito previdenciário e acidentário do trabalho urbano. Rio de Janeiro: Forense.
- GOTTSCHALK, Elson; GOMES, Orlando. Curso de direito do trabalho. São Paulo: Saraiva. 2 v.

#### Bibliografia Complementar

- MAGANO, Otávio Bueno de. Manual de direito do trabalho. LTR.
- MAGANO, Otávio Bueno; MALLET, Estevão. O direito o trabalho na Constituição. Rio de Janeiro: Forense.
- MANUS, P. P. T. Direito do trabalho. São Paulo: Atlas, 1993.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro do. Iniciação do direito do trabalho. São Paulo: LTR.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro do. Curso de direito do trabalho. São Paulo: Saraiva.
- RUSSOMANO. Comentários a CLT. Forense.
- RUSSOMANO. Princípios gerais de direito sindical. Forense.
- GUEDES. Manual prático do direito do trabalho. Forense.

#### VIII) DISCIPLINAS DO 8º PERÍODO

##### **Direito Financeiro**

75 HORAS

FDU036

##### Objetivo

Fornecer ao aluno uma visão abrangente quanto ao aspecto jurídico da atividade financeira do Estado, incluindo as questões relacionadas à receita e despesa pública, ao orçamento e respectivo sistema de fiscalização, bem como noções sobre o crédito público e a legislação orçamentária.

##### Ementa

Atividade Financeira Estatal e o Direito Financeiro. O Direito Financeiro e suas Fontes. Os Direitos Fundamentais e as Finanças Públicas. Princípios Orientadores do Direito Financeiro. Legislação Financeira: Eficácia. Orçamento. A Lei Geral de Orçamento . Lei 4.320/64. A Receita e Despesa Públicas. Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária e Financeira. As Cortes de Contas e o Banco Central. O Crédito Público. Os Fundos Públicos. A Ilícitude Financeira.

#### Bibliografia

- SILVA, Jose Afonso da. Comentário Contextual a Constituição, 2ª.ed, Malheiros, 2006.

- TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário, Rio de Janeiro, 13ª.ed, Renovar, 2006.

#### Bibliografia Complementar

- BANDEIRA DE MELO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 1994.
- BALEEIRO, Aliomar. Uma Introdução a Ciência das Finanças, São Paulo, Forense, 16ª.ed, 2003.
- BASTOS, C. R. Curso de direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 1994.
- HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário, São Paulo, 15ª.ed, Atlas, 2006.
- JR, Luiz Emygdio F.da Rosa. Manual de Direito Financeiro e Tributário, Rio de Janeiro, 19ª..ed, Renovar, 2006.
- OLIVEIRA, Regis Fernandes de. Curso de Direito Financeiro, São Paulo, RT, 2006.

### Direito Civil VII

75 HORAS

FDI040

#### Objetivo

O ensino de Direito Civil tem por finalidade habilitar o futuro bacharel ao exercício consciente e responsável da profissão, mediante conhecimento de cada um dos dispositivos do Código Civil e leis complementares, dos textos fundamentais da doutrina nacional e estrangeira, da jurisprudência, em particular no que pertine a presente disciplina, no estudo da parte da legislação civil em seus aspectos principais: sucessões.

#### Ementa

Direito das sucessões: conceito, autonomia, fundamentos. Herdeiro e legatário. Herdeiros legítimos e testamentários. Herdeiro necessário. Transmissão hereditária. Princípio de %aisine+. Posse hereditária. Morte, prova desta. Comoriência. Pacto sucessório. Objeto da transmissão hereditária. Direitos extra-patrimoniais. Direitos patrimoniais intransmissíveis. Direitos do autor. Indenizações por ato ilícito. Doação ao casal. Inalienabilidade. Comunhão hereditária. Patrimônio separado. Quota hereditária. Pré-indiviso, contratos com herdeiro. Créditos, dívidas, meação. Herdeiro devedor. Herdeiro credor, Aceitação: formas, incompatibilidade. Indignidade e deserdação. Capacidade do aceitante. Renúncia: capacidade do renunciante, oposição dos credores. Credores do legatário renunciante. Direito de representação. Direito de acrescer. Promessa de renúncia. Cessão de Direitos hereditários: forma, preferência dos co-herdeiros, não registrabilidade do instrumento, juntada no inventário, evicção, anuência conjugal. Capacidade para suceder: pressupostos, nascituro, filho não concebido. Indignidade e deserdação. Petição de herança. Sucessão legítima. Cálculo. Clausularão. Ação de redução, efeitos desta. Doação. Partilha e testamentária. Vocação hereditária. Direito de representação. Testamentos.

#### Bibliografia

- DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado, Saraiva, 2004.
- \_\_\_\_\_. Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada, adaptada a Lei n.10.406/2002, Saraiva, 2003.
- FIUZA, Ricardo (Coordenador). Novo Código Civil Comentado, Saraiva, 2003.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva e FILHO, Carlos Edison R. M. (Atualizador). Instituições de Direito Civil . Vol.VI . Direito das Sucessões, 11ª. Ed, Forense, 2004.

---

## Bibliografia Complementar

- MONTEIRO, Washington de B.- Curso de Direito civil, direito das Sucessões (vol,5). S. Paulo, Saraiva, 2000.
- RODRIGUES, Sívio. Direito civil. v.5. Direito das Sucessões. 30ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- VENOSA, Sívio de S. Direito civil: v.5. Direito das Sucessões. São Paulo: Atlas. 2001.

### **Prática Simulada I (Civil)**

75 HORAS

FDP050

#### Objetivo

Preparar adequadamente o aluno para a vida profissional na área cível judicial e extrajudicial, por meio de aulas, estágios e outros trabalhos.

#### Ementa

Aplicação dos institutos processuais civis: ação, defesa, processo e jurisdição. Processos de conhecimento e execução.

#### Bibliografia

### **Prática Simulada II (Trabalho)**

75 HORAS

FDP051

#### Objetivo

Preparar adequadamente o aluno para a vida profissional na área trabalhista judicial e extrajudicial, por meio de aulas, estágios e outros trabalhos.

#### Ementa

Institutos processuais trabalhistas: aplicação. Dissídio individual: fases de conhecimento e de execução. Recursos. Dissídio coletivo.

#### Bibliografia

### **Prática Simulada III (Penal)**

75 HORAS

FDP052

#### Objetivo

Preparar adequadamente o aluno para a vida profissional na área Penal judicial e extrajudicial, por meio de aulas, estágios e outros trabalhos.

#### Ementa

Aplicação de institutos processuais penais: ação penal, defesa, processo e jurisdição. Recursos e execução da pena.

#### Bibliografia

## IX) DISCIPLINAS DO 9º PERÍODO

Objetivo

Indicar o direito adequado à apreciação dos fatos "mistos" ou "multinacionais", ou seja, para os conflitos de leis no espaço em matéria de direito privado. O direito a ser aplicado a esses casos pode ser tanto o direito nacional como o direito estrangeiro, assim cabe examinar como se dá essa aplicação, quais os recursos cabíveis contra a não-aplicação, a aplicação errônea e a má interpretação do direito estrangeiro. Neste contexto a disciplina terá os seguintes objetivos específicos: a) Ministrando conhecimentos básicos sobre as normas e instituições jurídicas da sociedade internacional, assim como sobre os princípios e leis que solucionam os conflitos de normas no espaço; b) Fornecer diretrizes sobre utilização das fontes de direito internacional e de direito interno em relação a problemas que transcendem o interesse exclusivo de uma única ordem jurídica estatal; c) Dar informações sobre as funções e competência de nosso país na ordem jurídica internacional; d) Fornecer os elementos de análise e compreensão que possibilitem ao aluno resolver problemas de repercussão internacional, de acordo com o direito positivo pátrio e tratados internacionais pertinentes; e) Dar diretrizes sobre a utilização das fontes de direito estrangeiro;

Ementa

O Direito Internacional Privado. Métodos de Escolha da Lei Aplicável. Os Limites à Aplicação da Lei Estrangeira. Fontes do Direito Internacional Privado e seus Conflitos. As regras de conexão e os princípios da disciplina (ordem pública e direitos adquiridos). A LICC e tratados ratificados pelo Brasil contendo regras de conexão. Nacionalidade: aquisição. Perda e mudança da nacionalidade. Naturalização. Espécies, condições, processo, efeitos. A Justiça Federal e o processo de naturalização. Regime Jurídico do Estrangeiro. A Lei n 6815/80. Entrada, permanência e saída do estrangeiro do território nacional. Processo Civil Internacional: Competência Internacional do Brasil. A cláusula de eleição de foro estrangeiro. A litispendência internacional (art. 90 do CPC). Tratados ratificados pelo Brasil sobre esses temas. Imunidade de Jurisdição. Aplicação e prova do direito estrangeiro. Cooperação jurídica internacional. Modalidades, tendências e instrumentos incluindo as cartas rogatórias e homologação de sentenças estrangeiras. Legislação sobre cartas rogatórias e sentenças estrangeiras. Contratos internacionais. Direito de Família no Direito Internacional Privado. Sucessão Internacional. Arbitragem Internacional

Bibliografia

- ARAUJO, Nádya de. Direito Internacional Privado: Teoria e Prática Brasileira, 3ª.ed, Renovar, 2006.
- AMORIM, E. C. Direito internacional privado. São Paulo: Forense, 1994.
- DINIZ, Maria Helena. Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada, adaptada a Lei.
- DOLINGER, Jacob. Direito Internacional Privado, 8ª.ed, Renovar, 2004.
- TRINDADE, Antônio Augusto Cansado. Princípios de direito internacional contemporâneo. Universidade de Brasília.
- CASTRO, Amílcar de. Direito internacional privado.

---

## Bibliografia Complementar

- BRIERLY, J. L. Direito internacional. Fundação Gulbenkian.
- LITRENTO, Oliveira L. Manual de direito internacional público. Rio de Janeiro: Forense.
- MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de direito internacional público. Renovar. 2 v.
- REZEK, José Francisco. Direito Internacional público: curso elementar. São Paulo: Saraiva.
- ROQUE, Sebastião José. Direito internacional público. São Paulo: Forense. 1991.
- VANDEVELDE, Kenneth J. Pensando Como Um Advogado, Martins Fontes, 2000.
- VARIOUS. The Oxbridge Guide to Law, St. George's Press, 2003.

### Direito Tributário I

75 HORAS

FDU037

#### Objetivo

Possibilitar ao aluno a compreensão dos princípios norteadores do sistema econômico e financeiro do país e de sua influência no Direito Tributário, fornecendo instrumentos práticos para uma análise crítica do sistema tributário nacional.

#### Ementa

Direito Tributário: introdução, princípios constitucionais. Competência impositiva. Limitações ao poder de tributar. Sistema Tributário Nacional. Codificação. Tributos: Gêneros . Espécies. Normas gerais de Direito Tributário. Obrigação tributária. Fato gerador. Responsabilidade tributária. Crédito Tributário. Obrigação Tributária. Dívida ativa. Direito Tributário Processual. Contribuições. Empréstimo compulsório. Impostos de Competência da União. Impostos de competência dos estados e do Distrito Federal. Impostos de competência dos municípios.

#### Bibliografia

- AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro, 12<sup>a</sup>.ed, Saraiva, 2006.
- SILVA, Jose Afonso da. Comentário Contextual a Constituição, 2<sup>a</sup>.ed, Malheiros, 2006.
- TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário, Rio de Janeiro, 13<sup>a</sup>.ed, Renovar, 2006.

#### Bibliografia Complementar

- ATALIBA, Geraldo. Hipótese de Incidência Tributária, 6<sup>a</sup>. ed, Malheiros, 2004.
- BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro, São Paulo, Forense, 11<sup>a</sup>.ed, 1999.
- CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário, 22<sup>a</sup>.ed, Malheiros, 2006.
- CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário, 17<sup>a</sup>.ed, Saraiva, 2005.
- COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro, 9<sup>a</sup>.ed, Forense, 2006.
- \_\_\_\_\_. Comentário à Constituição de 1988: sistema tributário. Rio de Janeiro: Forense
- GRECO, Marcos A. Planejamento fiscal e interpretação da lei tributária. São Paulo: Dialética, 1998.
- HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário, São Paulo, 15<sup>a</sup>.ed, Atlas, 2006.

- JR, LUIZ Emygdaio F.da Rosa. Manual de Direito Financeiro e Tributário, Rio de Janeiro, 19ª.ed, Renovar, 2006.
- MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário, 27ª.ed, Malheiros, 2006.
- TORRES, Heleno. Pluritributação internacional sobre a renda das empresas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.
- VAZ, Carlos. Evasão tributária. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

## Direito da Execução Criminal

75 HORAS

FDP053

### Objetivo

Conceber o Direito de Execução Penal não mais como simples Direito Penitenciário, pois o presente ramo do saber jurídico não é mero apêndice do Direito Administrativo, transcendendo as questões ou fatos puramente penitenciários. Procurar inserir exposição a respeito dos prolegômenos do Direito de Execução Penal, dando ênfase à respectiva Dogmática, discutindo acerca da autonomia legislativa, científica, didática e jurisdicional, além de focar as Fontes e a Interpretação deste novel setor do Direito. Analisar a Evolução Histórica da Disciplina. Estudar os Princípios Informativos do Direito de Execução Penal, a exemplo dos seguintes: Legalidade, Jurisdicionalidade, Devido Processo Legal, Contraditório, Ampla Defesa, Igualdade, Proporcionalidade, Razoabilidade e outros. Abordar a Aplicação e o Objeto da Lei de Execução Penal. Perscrutar as disposições que versam o Condenado, o Internado, os Órgãos e os Estabelecimentos da Execução. Verificar a Execução da Pena e a da Medida de Segurança. Esquadrinhar o problema dos Incidentes Executórios. Teorizar em torno do Procedimento Judicial, dando ao aluno uma visão sobre a complexidade da natureza que envolve o processo de execução que, exatamente por isso, não é apenas administrativo, senão, também, e até principalmente, jurisdicional.

### Ementa

O Direito de Execução Penal. A Evolução Histórica das Idéias Jurídicas com repercussão no campo da Execução Penal. Os Princípios Informativos do Direito de Execução Penal. A Aplicação da Lei de Execução Penal. O Objeto da Lei de Execução Penal. O Condenado e o Internado: a Assistência, o Trabalho, os Direitos, os Deveres e a Disciplina. Os Órgãos da Execução Penal. Os Estabelecimentos da Execução Penal. A Execução da Pena: a Execução da Pena Privativa de Liberdade, a Execução da Pena Restritiva de Direitos e a Execução da Pena de Multa. A Execução da Medida de Segurança: a Execução da Internação em Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico e a Execução do Tratamento Ambulatorial. Os Incidentes da Execução: a Anistia, a Graça, o Indulto, as Conversões, o Excesso e o Desvio. O Procedimento Judicial.

### Bibliografia

- ALBERGARIA, Jason. Comentários à Lei de Execução Penal. Rio de Janeiro: Aide . 1987.
- CASTILHO, Ela Wiecko V. de. Controle da Legalidade na Execução Penal . Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor . 1988.
- DOTTI, René Ariel. Curso de Direito Penal, parte geral . 2ª. ed. rev., atual. e ampl. . Rio de Janeiro: Forense . 2005.
- MIRABETE, Julio Fabbrini. Execução Penal . 6ª. ed. rev. e atual. . São Paulo: Atlas . 1996.
- MARCÃO, Renato. Curso de Execução Penal . 5ª. ed. rev. e atual. . São Paulo: Saraiva

- NORONHA, E. Magalhães. Curso de Direito Processual Penal . 21ª. ed. atual. por Adalberto José Q. T. de Camargo Aranha. . São Paulo: Saraiva . 1992.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo Penal e Execução Penal . 3ª. ed. rev., atual. e ampl. . São Paulo: Editora Revista dos Tribunais . 2007.
- RODRIGUES, Anabela Miranda. Novo Olhar Sobre a Questão Penitenciária . São Paulo: Editora Revista dos Tribunais . 2001.
- SILVA, Odir Odilon Pinto da. BOSCHI, José Antonio Paganella. Comentários à Lei de Execução Penal . 1. ed. . Rio de Janeiro: Aide . 1987.
- TORNAGHI, Hélio. Curso de Processo Penal: vol. 2 . 9ª. ed. atual. . São Paulo: Saraiva . 1995.

#### Bibliografia Complementar

- CINTRA, Antonio Carlos de Araújo et al. Teoria Geral do Processo . 16ª. ed. rev. e atual. . São Paulo: Malheiros . 2000.
- GRINOVER, Ada Pellegrini. Novas Tendências do Direito Processual . 2ª. ed. . Rio de Janeiro: Forense Universitária . 1990.
- GRINOVER, Ada Pellegrini. O Processo em Evolução - Rio de Janeiro: Forense Universitária . 1996.
- JARDIM, Afrânio Silva. Direito Processual Penal; estudos e pareceres . 4ª. ed. rev. e atual. . Rio de Janeiro: Forense . 1992.
- OZAKI, Daniel Prado da Silveira Hideo. Prática de Execução Criminal . São Paulo: Saraiva . 1991.
- PADUANI, Célio César. Da Remição na Lei de Execução Penal . Belo Horizonte: Del Rey . 2002.
- REALE JÚNIOR, Miguel et al. Penas e Medidas de Segurança no Novo Código . 2ª. ed. . Rio de Janeiro: Forense . 1987.
- SILVA, Haroldo Caetano da. Manual da Execução Penal . Campinas/SP: Bookseller . 2001.
- THOMPSON, Augusto. A Questão Penitenciária . 3ª. ed. rev. e atual. . Rio de Janeiro: Forense . 1991.

#### Direitos Humanos

30 HORAS

FDU038

#### Objetivo

Proporcionar aos alunos uma reflexão ética sobre a técnica jurídica como condição de realização da justiça. Desenvolver a capacidade crítica e filosófica dos alunos sobre os direitos humanos, com vistas à orientação decisória. Explicitar os limites da análise dogmática e da reflexão na perspectiva da Teoria Geral e da Filosofia do Direito.

#### Ementa

Definição de direitos humanos. Princípios. Características. Sujeitos. Objeto. Fontes. A lei Mater e os direitos humanos. Sentido e evolução dos direitos humanos. Classificação dos direitos humanos. Os direitos humanos como princípios gerais de direito. O Mínimo Existencial. A Fundamentação do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Direitos Humanos e Justiça Social. A Legitimação dos Direitos Humanos e os Princípios da Ponderação e da Razoabilidade. Os direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro. O direito internacional dos direitos

humanos. Fundamentos da proteção internacional dos direitos humanos. A Constituição de 1988 e os Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos. Instrumentos básicos de proteção internacional dos direitos humanos. Sistema interamericano de direitos humanos. Os Tribunais supranacionais. A incorporação do direito internacional dos direitos humanos pelo ordenamento jurídico brasileiro. Política Nacional de Direitos Humanos. Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana . CDDPH. A Advocacia, Magistratura e o Ministério Público na defesa dos direitos humanos.

#### Bibliografia

- ALVES, Elisabeth. Construindo cidadania. Curitiba: Pastoral da Criança, 1997.
- CIDADANIA e educação. Araraquara: Unesp, 1999.
- COSTA, Emília Viotti. O STF e a Construção da Cidadania, UNESP, 2006.
- DIMENSTEIN, Gilberto. O cidadão de papel. São Paulo: Ática, 1999.
- PIOVESAN, Flavia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional, 5ª.ed, Max Limonad, 2002.
- TERRA, João E. Martins. Direitos de deus e direitos humanos. Paulinas, 1979. 18425
- TERRA, João E. Martins. Direitos humanos na Bíblia. São Paulo: Loyola, 1978. 5041
- TORRES, Ricardo Lobo (Org). Legitimação dos Direitos Humanos, Renovar, 2002.

#### Bibliografia Complementar

- ALEXY, Robert. Theorie der Grundrechte. Frankfurt am Main (Suhrkamp), 1986.
- ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco.
- BARRET-KRIEGEL, Blandine. Les droits de l'homme et le droit naturel, Paris : Presses Universitaires de France, 1989.
- BOBBIO, Norberto. Il positivismo Giuridico, Turim, 1979.
- BRUNNER, Georg. Die Problematik der sozialen Grundrechte, Tubingen (J.C.B. Mohar), 1971.
- CANOTILHO, J.J. Gomes. Direito Constitucional, Coimbra : Almedina, 1991.CASSIRER, Ernest. Ensaio sobre o Homem, Martins Fontes.
- COMPARATO, Fábio Konder. A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos, São Paulo, Saraiva, 2003.
- DWORKIN, Ronald, Law's Empire, Cambridge, Mass, 1986.
- \_\_\_\_\_ Taking Rights Seriously, Londres, Gerald Duckworth & Co. Ltd., 1995.
- FERRAZ JR, Tércio. Estudos de Filosofia do Direito: Reflexões sobre o Poder, a liberdade, a Justiça e o direito. São Paulo, Atlas 2002.
- REALE, Miguel. Filosofia do Direito, São Paulo, Saraiva. 2000.
- SÓFOCLES. Antígona.

**Direito Previdenciário**

75 HORAS

FDU044

Objetivo

Transmitir aos alunos a conceituação teórica e jurídica do Direito Previdenciário, apresentar sua sistemática e arcabouço legal. Conduzir discussão crítica acerca da eficiência e eficácia dos sistemas previdenciários diante da pluralidade e dinamicidade dos casos concretos.

Ementa

Definição de seguridade social. Histórico da seguridade social. A seguridade na constituição federal. Legislação previdenciária. Segurados do RGPS. Tomadores de serviço. Salário de contribuição. Contribuição dos segurados. Contribuições dos tomadores de serviços. Outras receitas da seguridade social. Retenção de 11% sobre a nota fiscal dos prestadores de serviços. Reembolso, compensação e restituição. Certidão negativa de débito. Competências do INSS, da SRFB e do AFRFB. Obrigações Fiscais. Parcelamento de contribuições. Processo administrativo Previdenciário. Crimes contra a seguridade social. Benefícios da previdência social. Serviços da previdência social. Benefícios da assistência social. Prescrição e decadência. Previdência complementar.

#### Bibliografia

- JÚNIOR, Miguel Horvath. Direito Previdenciário, 6ª.ed, Quartier Latin, 2006.
- MARTINS, Sergio Pinto. Direito da Seguridade Social, 23ª ed., Atlas, 2005.
- TAVARES, Marcelo Leonardo. Direito Previdenciário, Lúmen Iuris, 2002.

#### Projeto de Pesquisa

30 HORAS

FDP054

#### Objetivo

Orientar os acadêmicos na preparação do projeto de pesquisa nos termos das regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas . ABNT.

#### Ementa

A pesquisa jurídica. Etapas: Levantamento de Dados; Revisão Bibliográfica; Registro de informações e Relatório. Normas Técnicas de Elaboração de Trabalhos Científicos. A elaboração de um Projeto de Pesquisa Estrutura e Conteúdo.

#### Bibliografia

- DONOFRIO, Salvatore. Metodologia do trabalho intelectual. São Paulo: Atlas, 1999.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Metodologia do trabalho científico. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- LARENZ, Karl. Metodologia da ciência do direito. 2ª ed. Tradução de José Lamego. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.
- LEITE. A monografia jurídica. RT.
- RUIZ, J. A. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- DURAN, Gilbert. Mito, símbolo e metodologia. Lisboa: Presença, 1982.

#### Bibliografia Complementar

- ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico. Atlas.
- ASTI VERA. Metodologia da pesquisa científica. Globo.
- BRUYNE, P. et al. Dinâmica de pesquisa científica. São Paulo: Francisco Alves.
- DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. Cortez.
- ECO, Umberto. Como se faz uma tese. Perspectiva.
- HEGENBERG, L. Explicações científicas. São Paulo: EPU.
- PINTO, Álvaro Vieira. Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

- RUIZ, Joao Aivaró. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1999.
- SALOMON, D. V. Como fazer uma monografia: elementos de metodologia do trabalho científico. 5 ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1977.
- SEVERIANO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 12 ed. São Paulo: Cortez, 1985.
- WEBER. Metodologia das ciências sociais. Cortez.

### **Prática Jurídica Real I**

90 HORAS

FDP055

Conforme o Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica - Ufam

### X) DISCIPLINAS DO 10º PERÍODO

### **Direito Tributário II**

75 HORAS

FDU039

#### Objetivo

Possibilitar ao aluno a compreensão dos princípios norteadores do sistema econômico e financeiro do país e de sua influência no Direito Tributário, fornecendo instrumentos práticos para uma análise crítica do sistema tributário nacional.

#### Ementa

Os Principais Tributos em Espécie: Tributos federais, estaduais e municipais: fundamentos constitucionais, fatos geradores, alíquotas, bases de cálculo, contribuintes e aspectos mais importantes. Administração tributária: fiscalização, dívida ativa e certidões negativas. Estratégia e planejamento tributários. Evolução dos tributos no Brasil. Análise crítica e interpretativa do sistema tributário nacional. Direito Tributário Internacional: soberania tributária, pluritributação internacional, tributação e globalização; tratados internacionais sobre matéria tributária; O Ilícito Tributário;

#### Bibliografia

- AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro, 12ª.ed, Saraiva, 2006.
- SILVA, Jose Afonso da. Comentário Contextual a Constituição, 2ª.ed, Malheiros, 2006.
- TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário, Rio de Janeiro, 13ª.ed, Renovar, 2006.

#### Bibliografia Complementar

- ATALIBA, Geraldo. Hipótese de Incidência Tributária, 6ª. ed, Malheiros, 2004.
- BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro, São Paulo, Forense, 11ª. ed, 1999.
- CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário, 22ª. ed, Malheiros, 2006.
- CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário, 17ª.ed, Saraiva, 2005.
- COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro, 9ª.ed, Forense, 2006.
- \_\_\_\_\_. Comentário à Constituição de 1988: sistema tributário. Rio de Janeiro:

#### Forense

- GRECO, Marcos A. Planejamento fiscal e interpretação da lei tributária. São Paulo: Dialética, 1998.
- HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário, São Paulo, 15ª.ed, Atlas, 2006.
- JR, Luiz Emygdio F.da Rosa. Manual de Direito Financeiro e Tributário, Rio de Janeiro, 19ª.ed, Renovar, 2006.
- MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário, 27ª.ed, Malheiros, 2006.
- TORRES, Heleno. Pluritributação internacional sobre a renda das empresas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.
- VAZ, Carlos. Evasão tributária. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

### **Direito Agrário**

75 HORAS

FDI042

#### Objetivo

Propiciar ao aluno conhecimento sobre o Direito Agrário, em especial: Estatuto da Terra e legislação complementar; critérios de parcelamento; tributação do imóvel rural; contratos agrários, usucapião especial rural, a estrutura do crédito rural e os títulos de créditos rurais.

#### Ementa

Teoria. Reforma agrária. Institutos básicos. Imóvel Rural. Contratos agrários. Posse agrária. Usucapião Especial. Zoneamento e Cadastro. Colonização. Tributação da Terra. Legitimação de Posse. Assistência à Economia Rural. Cooperativismo. Crédito Rural. Águas, Florestas, Caça e Pesca. Proteção ao Meio - Ambiente.

#### Bibliografia

- ALVARENGA, Otávio Mello. Manual de direito agrário. Rio de Janeiro: Forense.
- ARAÚJO, Telga de. Estudos de direito agrário. Pernambuco: Universidade de Pernambuco.
- MOLINA, Monica Castagna. Direito agrário e a crise de paradigmas: ignorá-la ou entregar-se a ela? Campinas: ABRA 1991.

#### Bibliografia complementar

- OPTIZ, Oswaldo; OPTIZ, Silvia. Tratado de direito agrário brasileiro. São Paulo.
- OPTIZ, Oswaldo. Direito agrário brasileiro. São Paulo.
- TENÓRIO, Igor. Curso de direito agrário brasileiro. São Paulo: Saraiva.
- FERREIRA. Curso de direito agrário. Saraiva.
- LEMA. Direito agrário. Renovar.
- DIREITO agrário e meio ambiente. Renovar.

### **Ética Profissional**

30 HORAS

FDU040

#### Objetivo

Trata-se de propiciar ao aluno de graduação o acesso a conhecimentos preparatórios para as carreiras jurídicas, do ponto de vista das normativas dos códigos de ética específicos, bem como, um conjunto de reflexões que sirvam de instrumento para a condução de reflexões críticas a

respeito da responsabilidade individual do profissional do direito, compreendida aí a função social de defesa do estado Democrático de Direito.

#### Ementa

Ética: conceito e classificação; A Ética e a Religião. A Ética do Estudante de Direito; A Ética e a Profissão Forense; A Ética na profissão jurídica: a Deontologia forense; Os princípios gerais da Deontologia forense; A Ética do Advogado; A Ética do Promotor de Justiça; A Ética do Magistrado; A Ordem dos Advogados do Brasil;

#### Bibliografia

- BARBOSA, Rui. O Dever do Advogado, 3ª.ed.rev., Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2002.
- DERSHOWITZ, Alan. Letters to a young lawyer, New York, Basic Books, 2001
- LÔBO, Paulo. Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB, 4ª.ed, Saraiva, 2007.
- JOLY, Eva. Justice under siege, Arcadia Books, London, 2006.
- NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional, São Paulo, 6ª.ed, RT, 2008.
- SCHLESSINGER, Laura. Os Dez Mandamentos, Record, 2001.

#### Bibliografia Complementar

- BENETI, Sidnei Agostinho. Da Conduta do Juiz, São Paulo, Saraiva, 3ª.ed, 2003.
- CALAMANDREI, Piero. Eles, os Juízes, vistos por um Advogado, São Paulo, Martins Fontes, 2000.
- DERSHOWITZ, Alan. Rights from Wrongs, New York, Basic Books, 2001
- DIREITO, Carlos Gustavo Viana. Do Controle Disciplinar do Juiz, Rio de Janeiro, 2003.
- JR, Frederick Sale. Você e Deus no Trabalho, CPAD, Rio de Janeiro, 2001.
- NALINI, José Renato. A Rebelião da Toga, São Paulo, 2ª.ed, Millenium Editora, 2008.
- NALINI, José Renato. Ética e Justiça, São Paulo, Oliveira Mendes Editora, 1998.
- MUSSNICH, Francisco. Cartas a um jovem Advogado, Elsevier, 2007.
- RAMOS, Saulo. Código da Vida, Planeta, 2007
- RICOEUR, Paul. O Justo, São Paulo, Martins Fontes, 2008.
- ROBERT, Henri. O Advogado, São Paulo, Martins Fontes, 2002.
- SIMON, William H. A Prática da Justiça, São Paulo, Martins Fontes, 2001.

#### **Solução Alternativa de Conflitos**

30 HORAS

FDPO56

#### Objetivo

Possibilitar aos alunos a compreensão das condições balizadoras dos processos de solução alternativa de conflitos.

#### Ementa

Noção geral. Os mecanismos de "ADR - Alternative Dispute Resolution". A aplicação dos mecanismos de ADR no direito brasileiro. Métodos não adversariais de solução de conflitos:

mediação, Conciliação e Arbitragem. Jogos de negociações. Conceito, natureza e objetivos da Arbitragem. A Arbitragem no Brasil. A disciplina da Arbitragem perante a lei 9.307/96 Generalidades. Características. Espécies. Convenção de Arbitragem e seus Efeitos. Os Árbitros. O procedimento arbitral. A Sentença Arbitral. Sentenças Arbitrais e Estrangeiras.

#### Bibliografia

- BASSO, Maristela. Mercosul, seus efeitos jurídicos, econômicos e políticos nos Estados-membros. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.
- CASELLA, Paulo B. Contratos internacionais e direito econômico no Mercosul. São Paulo: LTr, 1996.
- COSTA, L. & GRISI, Celso (coord.). Negociações internacionais e a globalização. São Paulo: Ltr, 1999.
- CZINKOTA, Michael. International business. Orlando: Dryden Press, 1996.

#### Bibliografia Complementar

- BHALA, Raj. International trade law: Cases and materials. Charlottesville, Virginia: Michie Law Publishers, 1996.
- DAVIES, Paul. Gower's principles of modern company law. London: Sweet and Maxwell, 1997.
- DUXIT, A. & NALEBUFF, Barry. Thinking Strategically: The competitive edge in business, politics, and everyday life. New York: Norton 1991.
- FREUND, James. Smart negotiating : How to make good deals in the real world. New York: Simon & Schuster, 1992.
- GOLDBERG, S, SANDER, F. & ROGERS, Nancy. Dispute resolution: Negotiation, mediation and other processes. New York: Aspen, 1999.
- HARRIS, D.J. Cases and materials on international law. London: Sweet & Maxwell, 1998.
- KISSINGER, Henry. Diplomacy. New York: Touchstone . Simon & Schuster, 1994.
- LAX, D. & SEBENIUS, J. The manager as negotiator: Bargaining for cooperation and competitive gain. New York: Free Press, 1986.
- MNOOKIN, R., PEPPET, S & TULUMELLO, A. Beyond winning : Negotiating to create value in deals and disputes. Cambridge: Belknap Harvard, 2000.
- SHIGUEMATUSU, Plínio José Lopes. Formas Alternativas de Solução de Conflitos no Brasil: O caso de especial da arbitragem comercial internacional. RDC, 75:95.

**Direito do Consumidor**

30 HORAS

FDU050

Objetivo

Possibilitar aos alunos informações relevantes acerca da legislação brasileira relativa a Direitos do Consumidor, sua aplicação e principais entraves de sua eficácia.

Ementa

Código de proteção e Defesa do Consumidor. Consumidor e fornecedor, produtos e serviços. Vícios e defeitos. Propaganda abusiva e enganosa. Proteção contratual. Infrações e sanções.

Sistema de defesa do consumidor. Direito das relações de consumo. Política das relações de consumo. Direitos básicos do consumidor. Da qualidade dos produtos e serviços e a reparação de danos. Das práticas comerciais (oferta), publicidade e práticas abusivas. Da proteção contratual (cláusulas contratuais abusivas em contratos de adesão).

#### Bibliografia

- ACQUAVIVA, Marcos C., Código de Defesa do Consumidor anotado. Paulo, Hemus, 1991.
- ALMEIDA, João Batista de Almeida. Proteção jurídica do consumidor.
- BITTAR, Carlos Alberto. Direitos do consumidor: código de defesa do consumidor.
- FILHO, Sérgio Cavalieri. Programa de Responsabilidade Civil, 3.a. Ed., Malheiros, 2004.

#### Bibliografia complementar

- GADE, Christiane. Psicologia do consumidor.
- MARQUES, Cláudia Lima. Contratos no Código de Defesa do Consumidor . O novo regime das relações contratuais, 4.a. Ed, Revista dos Tribunais, 2002.
- NUNES, Luiz Antônio . Curso Prático de Direito do Consumidor. S. Paulo, RT, 1992.
- QUEIROGA, Antônio Elias de. Responsabilidade Civil e o Novo Código Civil, 2.a. Ed., Renovar, 2003.
- SAAD, Eduardo Gabriel . Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. S. Paulo, LTr., 1999.
- FILOMENO, José G.B. . Manual de direito do consumidor. S. Paulo, Atlas.
- GOMES, Orlando . Contratos. 18º ed., Rio de Janeiro, Forense, 1999.
- JACOBINA, Paulo V. . A publicidade no direito do consumidor. Rio de Janeiro, Forense, 1996.
- WALD, Arnaldo . Obrigações e contratos (vol II). 14ª ed., S. Paulo, RT, 2000.

#### Trabalho de Conclusão de Curso

75 HORAS

FDP057

#### Objetivo

Auxiliar os alunos nas atividades relacionadas: à redação final do Trabalho de Conclusão de Curso; montagem das bancas e defesa da monografia.

#### Ementa

Apresentação das Normas alusivas à confecção, entrega e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso. Critérios de montagem das Bancas Examinadoras. Prazos e Calendário de Defesas das Monografias.

#### Bibliografia

- Regulamento das Atividades do Projeto de Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso
- DONOFRIO, Salvatore. Metodologia do trabalho intelectual. São Paulo: Atlas, 1999.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Metodologia do trabalho científico. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- LARENZ, Karl. Metodologia da ciência do direito. 2ª ed. Tradução de José Lamago. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.
- LEITE. A monografia jurídica. RT.
- RUIZ, J. A. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos. 3ª ed. São Paulo: Atlas,

1991.

- DURAN, Gilbert. Mito, símbolo e metodologia. Lisboa: Presença, 1982.

#### Bibliografia Complementar

- ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico. Atlas.
- ASTI VERA. Metodologia da pesquisa científica. Globo.
- BRUYNE, P. et al. Dinâmica de pesquisa científica. São Paulo: Francisco Alves.
- DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. Cortez.

### Prática Jurídica Real II

90 HORAS

FDP058

CONFORME O REGULAMENTO E ATIVIDADES PROGRAMADAS NO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

#### XI) DISCIPLINAS OPTATIVAS

### Direito Comunitário

30 HORAS

FDP061

#### Objetivo

Apresentar as origens, a natureza e a evolução dos processos de integração regional; Conhecer inovações das estruturais institucionais comunitárias e institucionais políticas e jurídicas comunitárias; Conhecer novos princípios de representatividade; Desenvolvimento estrutural e objetivos comunitários: conceito de soberania na integração regional e o princípio da Supranacionalidade. O direito da integração ou comunitário; Objetivo do direito comunitário; Fontes e princípios do direito comunitário; O princípio da autonomia no direito: Perspectivas do direito comunitário; Processos de integração na Europa, América do Norte, América Central, América do Sul, na África e na Ásia.

#### Ementa

Natureza do Direito da Integração: fontes e âmbito de validade; as Organizações de Integração e personalidade jurídica internacional; os princípios gerais de um ordenamento jurídico comunitário; o controle da Legalidade. Interpretação uniforme e a solução das controvérsias nos processos de integração. Examina a experiência da União Européia, bem como o processo atual do MERCOSUL.

Parte Preliminar: A Europa Comunitária; Contexto internacional e especificidades européias. Estruturas européias. Formação e evolução das comunidades.

1ª Parte: Natureza Jurídica da Comunidade e de seu Ordenamento.

Natureza jurídica da comunidade. Ordenamento jurídico comunitário, Princípios constitucionais comunitários.

2ª Parte: Estrutura orgânica das Organizações de Integração. As organizações de integração e a personalidade jurídica internacional. Princípios essenciais de um ordenamento jurídico comunitário. Controle de legalidade. A interpretação uniforme e a solução de controvérsias nos processos de integração. A importância de um tribunal supranacional para o processo de integração. A ausência de um tribunal supranacional . o caso MERCOSUL. O mecanismo de solução de controvérsias do Protocolo de Brasília. A primeira das liberdades fundamentais de um mercado comum. A livre circulação de mercadorias. A livre circulação de mercadorias na União Européia e no MERCOSUL. O programa de Liberação Comercial e o Regime Comum de Origem. A implantação da TEC no sistema do MERCOSUL.

## Bibliografia

- CASELLA, Paulo Borba. Comunidade Européia e seu Ordenamento Jurídico. São Paulo, Ltr, 1994.
- BONNEFOI, Serge e Christine. Droit européen; institutions, principes, politiques, Paris, Delmas, 1<sup>a</sup> ed., 1989.
- NOEL, Emile. As Instituições da Comunidade Européia. Luxemburgo, SPOCE, 1988.
- BEBR, G. Rule of Law within the European Communities, Intitut d'Études Européennes de l'Université Libre de Bruxelles, Bruxelles, PUB, s/d.

## Bibliografia Complementar

- CAMPOS, João Mota. Direito Comunitário. Fundação C. Gulbenkian, 5 volumes.
- CARTOU, Louis. Introduction a l'étude du droit des Communautés Européennes, Paris, Dalloz.
- VALLÉE, Charles. L'É Droit des Communautés Européennes. Paris, PUF, Coll, Que sais-je?. N.2067, 1983.

## Direito do Comércio Internacional

30 HORAS

FDU046

### Objetivo

Apresentar aos alunos noções gerais relacionadas legislação e sistemática de ações de comércio internacional.

### Ementa

Políticas comerciais. Protecionismo e livre-cambismo. Comércio internacional e crescimento econômico. Barreiras tarifárias e não-tarifárias. O sistema multilateral de comércio. A Organização Mundial do Comércio (OMC): O sistema de solução de controvérsias da OMC. As negociações na OMC. Organizações e organismos internacionais relacionados ao comércio. A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). A Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL). A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). A Organização Mundial de Aduanas (OMA). Sistema Geral de Preferências (SGP). Sistema Global de Preferências Comerciais (SGPC). Instituições intervenientes no Comércio Exterior no Brasil. Câmara de Comércio Exterior (CAMEX). Receita Federal do Brasil (RFB). Secretaria de Comércio Exterior (SECEX). Banco Central do Brasil (BACEN). Ministério das Relações Exteriores (MRE). Contrato de Comércio Internacional de Compra e Venda das Mercadorias. Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias (Convenção de Viena). Termos Internacionais de Comércio (INCOTERMS 2000). Formas de pagamento no comércio internacional. Operações prontas e operações futuras. Arbitragem. Swaps. Modalidades de financiamento à exportação e à importação. Câmbio. Tipos de taxas cambiais. Contratação, prazos e liquidação. Garantias. Controle cambial no Brasil. Seguro no comércio internacional. Seguro de transporte da carga. Seguro de crédito à exportação. Resseguro.

## Bibliografia

- ACCIOLY, Hildebrando e SILVA, G.E. do Nascimento. Manual de Direito Internacional Público, 15<sup>a</sup>. Ed, Ed.Saraiva,2002.

- ARAUJO, Nadia. Contratos Internacionais . Autonomia da Vontade, Mercosul e Convenções Internacionais, 3ª. Ed, Renovar, 2004.
- BORGES, José Souto Maior. Direito Comunitário: Saraiva, 2005.
- CASTRO, José Augusto. Exportação . Aspectos Práticos e Operacionais, 6ª.Ed, Aduaneiras, 2004.
- \_\_\_\_\_ . Financiamento à exportação e seguro de crédito, 2ª.Ed, Aduaneiras, 2004.
- DINIZ, Maria Helena. Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada, adaptada a Lei n.10.406/2002, Saraiva, 2003.
- GUIMARÃES, Antônio Márcio da Cunha. Contratos Internacionais de Seguros, Ed.RT, 2002.
- MAIA, Jayme de Mariz. Economia Internacional e Comércio Exterior, 9ª.Ed, Atlas, 2004.
- RATTI, Bruno. Comércio internacional e câmbio, 10ª.Ed, Aduaneiras, 2004.
- REZEK, J.F. Direito Internacional Público- Curso Elementar, 10ª.Ed, Ed.Saraiva,2005.
- VAZQUEZ, José Lopes. Manual de Exportação, 2ª.Ed, Atlas, 2002.

## Direito Econômico

30 HORAS

FDI050

### Objetivo

Possibilitar aos alunos a compreensão dos Sistemas Econômicos à luz do ordenamento jurídico. Apresentar a função Econômica do Estado, suas implicações e diferenciações dentro das Teorias Econômicas.

### Ementa

Economia e Direito. Disciplina jurídica da atividade econômica. Conceito do Direito Econômico. Objeto. Competência legislativa. Princípios jurídicos gerais da atividade econômica. A livre concorrência. Teorias do Direito Econômico. Ordem Econômica e Constituição Econômica. Fontes do Direito Econômico. Capacidade Normativa de conjuntura e as normas de Direito Econômico. Relações jurídicas no âmbito do Direito Econômico. A propriedade na ordem econômica. Os investimentos de capital estrangeiro. O Estado como agente normativo e regulador da atividade econômica. Atuação estatal na economia em regime de monopólio. Liberdade de iniciativa econômica. Limitações e condicionamentos. Práticas comerciais restritivas: colusão ou acordo de cartelização. Cartéis internos. Concentração econômica. Monopólios privados, oligopólios e trustes. Abuso do poder econômico: instrumentos de repressão. Processo e procedimentos administrativos. Lei antitruste. CADE. Distribuição Constitucional do exercício da atividade econômica. Intervencionismo no domínio econômico. Agências reguladoras e executivas. Características. Natureza jurídica. Competência. Função. Direito Econômico Internacional.

### Bibliografia

ASCARELLI, Túlio. Ordinamento Giuridico e Processo Econômico, in Studi, in Memória di Lourenzo Mossa. Padia: CEDAM, v, 1, 1961.  
\_\_\_\_\_. Studii Giuridici sulla Moneta. In Nuovissimo Digesto Italiano, UTET, 1975.  
CARVALHOSA, Modesto. Direito Econômico. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973.

### Bibliografia complementar

COMPARATO, Fabio Konder. Aspectos Jurídicos da Macro-Empresa. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1970.

\_\_\_\_\_. O Necessário Direito Econômico. Artigo in Revista dos Tribunais, v. 353, São Paulo, 1965.

OLIVEIRA, Julio J. G. Derecho Econômico. Buenos Aires: Arayu, 1954.

REALE, Miguel. Direito e Planificação. Revista de Direito Público, nº 24, abril/junho de 1973.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. A Intervenção do Estado no Domínio Econômico. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1968.

VIDIGAL, Geraldo. Fundamentos do Direito Financeiro. São Paulo: Ver. Tribunais, 1973.

\_\_\_\_\_. Teoria Geral do Direito Econômico. São Paulo, Revista dos Tribunais.

\_\_\_\_\_. A Estrutura Bancária e a Economia Brasileira em 1969. in Revista do IDORT . Instituto de Organização Racional do Trabalho, 453/454, novembro/dezembro de 1969.

WALD, Arnold. A Cláusula de Escala Móvel, 2ª ed., Ed. Nacional de Direito, 1959.

## Mercado de Capitais

30 HORAS

FDI051

### Objetivo

Apresentar as diretrizes gerais do marco regulatório do Mercado Financeiro e de Capitais, Sistema de Jurídico de Organizações com Capital aberto. Possibilitar o entendimento da concepção jurídica que ampara e normatiza as operações financeiras dos Mercados de capitais.

### Ementa

Noções de Mercado de Capitais e sua importância no sistema econômico, ligações entre mercado de capitais e mercado financeiro. A evolução histórica do mercado de capitais. O sistema nacional do Mercado de Capitais. Organização geral do sistema e posição hierárquica dos diferentes órgãos. O Conselho Monetário Nacional como órgão de cúpula do mercado de capitais. Comissão de Valores Mobiliários: qualificação jurídica, situação hierárquica, composição e competência. O Banco Central do Brasil no mercado de capitais. As Bolsas de Valores: qualificação jurídica, composição e funções. Sociedades corretoras de valores mobiliários: regime jurídico. Fundos de investimento: regime jurídico. Atuação dos Bancos de Investimento, das Sociedades de Investimento e das Sociedades Seguradoras no mercado de capitais. As companhias abertas. Os títulos e as operações do Mercado de Capitais. Teoria dos valores mobiliários: qualificação jurídica e características específicas em relação aos demais títulos de crédito. Os valores mobiliários públicos. As ações de companhias e seus cupões. As debêntures e seus cupões. As partes beneficiárias e seus cupões. Os bônus de subscrição. Os certificados de depósito de valores mobiliários. Os títulos de responsabilidade de instituições financeiras: letras de câmbio, certificados de depósitos bancários. Emissão ou lançamento público de valores mobiliários: a emissão secundária. A distribuição de valores mobiliários no mercado de capitais. O contrato de *underwriting*: regime jurídico e modalidades. As ofertas públicas de aquisição de ações. As normas gerais de negociação de valores mobiliários em Bolsa e no balcão. Características gerais dos contratos de Bolsa. O contrato de reporte e o contrato de opção.

### Bibliografia

- CARVALHOSA, Modesto de Souza Barros. Oferta pública de aquisição de ações. Rio de Janeiro, IBMEC, 1979.
- CASTRO, Hélio O. Portocarrero de. Introdução ao mercado de capitais. Rio de Janeiro, IBMEC, 1979.

- CORRADO, Renato. *Il contratti di borsa*. Torino, Torinese, 1950 (Trattato civile de Vassali v.1, t.2, fase 1ª)
- SALLES, Marcos Paulo de Almeida. *Uma contribuição à análise das debêntures*. São Paulo, MPA Salles, 1986

#### Bibliografia Complementar

- EIZIRIK, Nelson Laks. *O papel do Estado na regulação do mercado de capitais*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Reforma das S.A. & do Mercado de Capitais*. São Paulo, Renovar, 1997.
- LEÃES, Luiz Gastão Paes de Barros. *Mercado de capitais & Insider Trading*. São Paulo, Ed. R.T., 1982.
- \_\_\_\_\_. *Do direito do acionista ao dividendo*. São Paulo, Obelisco, 1969.
- LES BOURSES de Valeurs dans lê Monde. In: *Institut d'Études Bancaires et Fanancières*. Paris. Dunod, 1964-65, 2v.
- LOSS, Louis. *Securities regulation*, Boston, Litle Brawn, 1951.

#### Bioética e Biodireito

30 HORAS

FDP062

#### Objetivo

Dar aos alunos noções de Bioética por meio da discussão de temas como: eutanásia, pena de morte, transexualismo, doação de órgãos e comercio de órgãos e tecidos humanos

#### Ementa

Biodireito; Bioética; Saúde, Pesquisa e Biotecnologia; Responsabilidade Profissional; Processos Administrativos e Judiciais.

#### Bibliografia

- ALBERA K; BONZIGLIAS; GIORDANO C; CAVALAT H. I disturbi dell equilibrio: Nuova proposta di metodologia valutativa in ambito médico-legale. *Acta Otorhinolaryngol Ital*; 22 (2): 57-65, 2002.
- DIAS, JOSÉ DE AGUIAR. *Da responsabilidade civil*, 10ª ed., São Paulo: Forense, 1997.
- GEVERS. *Mixing of medical and scientific responsibilities is undesirable*. *Ned Tijdschr Geneesk*; 144 (35): 1662-4, 2000.
- GIL, HERNÁNDEZ in *Revista de Derecho Procesal*, *Publicación Ibero-Americana en Filipinas*, n. II, 1957, p. 357 apud Eduardo Pallares in *Derecho Procesal Civil*, México: Editorial Porrúa, 1964.
- VIEIRA, Tereza Rodrigues. *Bioética: Temas atuais e seus aspectos jurídicos*, Consulex, 2006.

#### Bibliografia complementar

- PEREIRA, CAIO MÁRIO SILVA. *Responsabilidade Civil*, Ed. Forense, 1993.
- ROCHE, N; DURIEUX, P. *Clinical practice guidelines: from methodological to practical issues*. *Intensive Care Med*; 20 (8): 593-601, 1994.
- ROMANELLO NETO, JERÔNIMO. *Responsabilidade Civil dos Médicos*, Ed. Jurídica Brasileira, São Paulo: 1998.
- SILVA, JOSÉ AFONSO DA. *Curso de Direito Constitucional Positivo*, São Paulo: Malheiros, 9ª ed.
- SILVEIRA, REYNALDO ANDRADE. *Responsabilidade Civil do Médico* in *Revista dos*

Tribunais, 674, dezembro, 1991.

- ULSENHEINER K: "Guidelines, codes of practices standards". Risk or chance for physician and patient? Orthopade; 27 (3): 207-12, 1998.

## Direito no Cinema

30 HORAS

FDP063

### Objetivo

O ensino do direito com a utilização da linguagem cinematográfica visa, no primeiro momento, despertar a sensibilidade do aluno para questões centrais do mundo jurídico. Objetiva-se, outrossim, conduzir o aluno à reflexão, permitindo que os conhecimentos adquiridos nas aulas expositivas possam ser utilizados na análise das situações propostas nos filmes apresentados, cuja escolha foi feita a partir do critério da evolução do sistema jurídico.

### Cinematografia básica

- Amistad de Steven Spielberg;
- O Advogado do diabo.
- O Advogado do Terror.
- Os Dez Mandamentos de Cecil B. DeMille;
- Os Miseráveis de Bille August;
- Justiça;
- Julgamento em Nuremberg;
- Tropa de Elite;

### Cinematografia complementar

- A Intérprete;
- A Firma de Sydney Pollack;
- Em Nome do Pai;
- Farenheit 9/11 de Thomas Moore;
- Hotel Ruanda;
- Julgamentos de Guerra;
- O Homem que Fazia Chover de Francis Ford Coppola;
- O Sol é para todos;
- Sol Nascente de Philip Kaufman.
- Timor Lorosae . O massacre que o mundo não viu

## Teoria da Justiça

30 HORAS

FDU048

### Objetivo

Estudar a formação e evolução dos principais sistemas jurídicos do mundo ocidental (romano-germânico e anglo-saxão) e suas interações. Abordar aspectos fundamentais das instituições jurídicas dos modernos direitos ocidentais. Facilitar aos alunos o contato com as fontes histórico-jurídicas. Desenvolver o sentido crítico e a perspectiva histórica na análise dos fenômenos e dos problemas jurídicos modernos.

## Ementa

I . Introdução - O Poder Judiciário no Estado moderno. Poder Judiciário e atividade judiciária; Relacionamento institucional do Poder Judiciário com os demais Poderes do Estado. O sistema de freios e contra-pesos na atualidade. II - Noções históricas - Evolução histórica das instituições judiciárias (1ª parte); primórdios históricos, antigüidade e antigüidade clássica (Grécia e Roma). Evolução histórica das instituições judiciárias (2ª parte); Idade moderna e contemporânea. A atualidade. Evolução histórica das instituições judiciárias brasileiras (1ª parte): a Justiça dos povos autóctones e a Justiça colonial. O Império brasileiro. Evolução histórica das instituições judiciárias brasileiras (2ª parte): a Evolução judiciária na República. III - Noções - Instituições judiciárias no Direito Comparado: os grandes sistemas judiciários na atualidade: modelos da Europa continental e anglo-americano. Os modelos asiáticos. O modelo judiciário brasileiro em face do Direito Comparado. As instituições judiciárias brasileiras. O sistema judiciário brasileiro. Relações orgânicas e visão crítica. Os Juizados Especiais de causas cíveis de menor complexidade e de infrações penais de menor potencial ofensivo e a Justiça de paz. O Juiz (1ª parte): peculiaridades da investidura e da carreira. Responsabilidade e controle da Magistratura. O Juiz (2ª parte): formação da vontade judicial. Fatores legais, sociais e psico-lógicos. O Juiz (3ª parte): a Magistratura e as funções essenciais a Justiça: Advocacia e Ministério Público. Serviços auxiliares da Justiça. Ofícios de Justiça, foro extra-judicial, órgãos de encargo judicial e auxiliares da Justiça com o Poder Judiciário. Órgãos disciplinares da Magistratura: Corregedoria da Justiça, Conselho Superior da Magistratura e órgão Especial dos Tribunais. Acesso a Justiça. A questão do acesso à Justiça nas condições nacionais.

## Bibliografia

- DAVID, René. Os Grandes Sistemas do Direito Contemporâneo, Martins Fontes, 1998.
- LOSANO, Mario G. Os Grandes Sistemas Jurídicos.
- NOGUEIRA, Alberto. Sistemas Judiciais das Liberdades Públicas, Renovar, 2006.
- PRODI, Paolo. Uma história da Justiça, S. Paulo, Martins Fontes, 2000.
- RADBUCH, Gustav . Introdução à Ciência do Direito. S. Paulo, Martins Fontes, 1999.
- RAWLS, John. A theory of justice. Oxford, 2002.
- VIEIRA, Valter N. . Lições de história do Direito. 12ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2000.
- VILLEY, Michel. A formação do pensamento jurídico moderno.

## Bibliografia Complementar

- KELSEN, Hans . Teoria pura do Direito. 6ª ed., S. Paulo, Martins Fontes, 2000.
- ROCHA José <sup>a</sup> - Estudos sobre o Poder Judiciário. 8ª ed., S. Paulo, Martins Fontes, 2000.
- CRETELLA JR., José . Curso de Direito romano. 24ª ed., Rio de Janeiro, forense, 2000,.
- MACEDO, Sílvio de. História do Pensamento Jurídico. Editora: Sérgio A. Fabris Livraria Jurídica.
- KOYRE, Alexandre. Estudos de História do Pensamento Filosófico. Forense Universitária.

**Linguagem Brasileira de Sinais - LIBRAS** 60 Horas

FEN024

## Objetivo

Instrumentalizar o aluno para a comunicação e a inclusão social através do conhecimento da Língua Brasileira de Sinais.

## Ementa

Histórias de surdos; noções de língua portuguesa e lingüística; parâmetros em libras; noções lingüísticas de libras; sistema de transcrição; tipos de frases em libras; incorporação de negação; conteúdos básicos de libras; expressão corporal e facial; alfabeto manual; gramática de libras; sinais de nomes próprios; soletração de nomes; localização de nomes; percepção visual; profissões; funções e cargos; ambiente de trabalho; meios de comunicação; família; árvore genealógica; vestuário; alimentação; objetos; valores monetários; compras; vendas; medidas, meios de transporte, estados do Brasil e suas culturas; diálogos.

## Bibliografia

BRASIL. DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.

CASTELL, Manuel. O poder da identidade, A era da informação: economia, sociedade e cultura . SP. Paz e terra, Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 1999.

FERNANDES, Eulalia. Linguagem e surdez. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GOLDFELD, Márcia. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. 2ª ed. São Paulo: Plexus editora 2002.

Silva, Zilda Maria Gesueli, (organizadora). São Paulo: Plexus Editora, 2003.

KAUCHAKJE, Samira. Cidadania, surdez e linguagem: Desafios e realidade. Ivani Rodrigues

PERLIN, Gládis T.T, Identidades surdas. In. A surdez um olhar sobre a diferença, Carlos Slikiar (org.) . Porto Alegre: Mediação, 1998.

QUADROS, Ronice Muller de. Educação de surdos; a linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SÁ, Nidia Regina Limeira de. Educação de Surdos: a caminho do bilingüismo. Niterói: EDUFF, 1999.

SÁ, Nidia Regina Limeira de. Cultura, poder e educação de surdos. Manaus: EDUA, 2002.

SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre a diferença. (org). Porto Alegre: Mediação, 1998.

## CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

O Curso de Direito da Faculdade de direito da Universidade Federal do Amazonas tem por meta colocar à disposição do aluno dois tipos de conhecimento: o teórico e o prático.

Para tanto, implementará um currículo composto de disciplinas que favoreçam a aquisição e desenvolvimento de conhecimentos gerais e específicos com vista à

formação jurídica plena em todos os campos do direito e áreas afins (realidade social, cultural e econômica da região).

Organizado em **sistema de créditos** com **matrículas por disciplina**, aplicará o princípio da integralização curricular via adoção de pré-requisitos, de forma que o discente avance em busca do conhecimento, gradativamente, eliminando barreiras que lhe possibilitem dar um passo de cada vez na aquisição dos conhecimentos.

Vale dizer, nenhum conhecimento será buscado aleatoriamente, sem que sejam conhecidas suas raízes, antecipadamente.

Com isto, a FD/UFAM pretende disseminar um conhecimento homogêneo, com garantia de qualidade, o que possibilitará ao aluno um bom desempenho, mesmo em condições adversas.

A metodologia aplicada será a da **aula expositiva presencial** com ênfase para as **técnicas pedagógicas** modernas e o uso de equipamentos eletroeletrônicos tipo *data-show*, imagem holográfica computadorizada etc., além do quadro branco.

Cada Professor deverá estar ciente de seu papel decisivo no processo educativo e como tal deverá se nortear pelas seguintes reflexões:

1. Entender por que faz o que faz;
2. Ser capaz e modificar o que for necessário;
3. Aceitar o que não pode ser modificado;
4. Saber discriminar as diferenças de cada caso.

A partir destas reflexões, o Professor disseminará o conhecimento com a consciência de seu papel no aprendizado. O que estimulará o trabalho conjunto entre as diversas áreas do direito. Com isto, haverá a quebra das barreiras do conhecimento, ensejado atualmente pela compartimentalização que engessa a forma de ensino atual.

Finalmente, será reimplantado o uso do Diário de Classe via o qual o Professor registrará as situações do trabalho e do processo de aprendizado.

A idéia do uso deste Diário é possibilitar à Direção da FD/Ufam uma avaliação mais criteriosa das situações de trabalho dos métodos de ensino, bem como instituir um instrumento para reflexão individual de cada professor e de intercâmbio entre os professores de uma mesma área.

## **PRINCÍPIOS NORTEADORES DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

O método de avaliação da aprendizagem prevista no presente projeto pressupõe a articulação dos professores no planejamento e no encaminhamento das atividades, estabelecendo critérios, formas e instrumentos de avaliação da aprendizagem dos alunos.

Estes procedimentos tomarão por base os critérios de avaliação vigentes na UFAM, para os bacharelados e também nas Normas Complementares estabelecidas pela Resolução 012/93 - CONSUNI.

### **Avaliação Docente**

A avaliação docente ocorre em dois momentos. Semestralmente o professor responde uma auto-avaliação sobre as disciplinas ministradas por ele no período. Esta auto-avaliação está disponível no site da instituição. Paralelamente, os alunos respondem a uma avaliação sobre os docentes no mesmo portal, ao final da avaliação ambos os resultados ficam disponíveis para toda a comunidade acadêmica, podendo então, serem comparados.

### **Avaliação Discente**

As normas de avaliação discente da Universidade Federal do Amazonas podem ser sintetizadas como segue:

A avaliação do rendimento escolar será feita por disciplina abrangendo os aspectos de frequência e aproveitamento, ambos eliminatórios por si mesmos.

#### **a) Frequência**

É obrigatória a frequência às atividades curriculares com aulas teóricas e práticas, seminários, trabalhos práticos, provas ou exames. Será considerado reprovado e não obterá crédito o aluno que deixar de comparecer ao mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) das atividades programadas para cada disciplina. É expressamente vedado abonar faltas ou compensá-las por tarefas especiais, exceto nos casos previstos em lei:

- Decreto-lei nº 713/69 . situação dos reservistas;
- Decreto-lei nº 1.055/69 . portadores de determinadas afecções orgânicas;
- Decreto nº 69.053/71 e Portaria nº 283/72 . BSB: - participação em atividades esportivas e culturais de caráter oficial;
- Lei Federal nº 6.202/75 . aluna gestante.

O aluno poderá requerer a verificação de sua avaliação, quando lhe parecer existir lapso no cômputo de notas ou frequência. O pedido deverá ser feito nas Unidades Acadêmicas, por escrito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a publicação dos resultados.

b) Aproveitamento Escolar

Será considerado aprovado na disciplina o aluno que obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco vírgula zero). A média final na disciplina será a média ponderada entre a média obtida nas atividades escolares, com peso 2 (dois) e a nota do exame final com peso 1 (um).

**EXEMPLO:**

<b>EE1</b>	<b>EE2</b>	<b>EE3</b>	<b>PF</b>	<b>MEE</b>	<b>MF</b>
5,0	8,3	7,0	10,0	6,67	7,8

$$\text{MEE} \quad \frac{\text{EE1} + \text{EE2} + \text{EE3}}{3} = \frac{5,0 + 8,3 + 7,0}{3} = 6,67$$

$$\text{MF} \quad \frac{(\text{MEE} \times 2) + \text{PF}}{3} = \frac{(6,67 \times 2) + 10}{3} = \frac{13,35 + 10}{3} = 7,8$$

Legendas:

EE1/EE2/EE3 = Exercícios Escolares

PF = Prova Final

MEE = Média do Exercício Escolar

MF = Média Final

O aluno poderá requerer a verificação da nota de exercícios escolares, quanto

me parecer existirá nãso no computo de notas atribuídas às provas ou exercícios. O pedido deverá ser feito nas Unidades Acadêmicas, por escrito, no prazo de 58 (quarenta e oito) horas após a publicação dos resultados.

## RELAÇÃO ENSINO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO

Desde a sua concepção, o Projeto Pedagógico do Curso de Direito procurou romper com a tradição reducionista do ensino jurídico limitado à reprodução e transmissão de conhecimento, no espaço físico das salas de aula, sem qualquer vivência na instituição universitária e na comunidade em que está inserida.

Essa mudança de paradigma no PPD-100 tem início na própria reforma da estrutura curricular, com a inclusão de novas disciplinas na modalidade de obrigatória, com forte viés social, na como é o caso de Direitos Humanos, Direito da Execução Criminal, Defesa do Consumidor, que se associam aos outros ramos de direitos de terceira geração, como Direito Ambiental que é lecionado desde 1980.

Por esse caminho, abra-se a possibilidade de um contato direto dos nossos acadêmicos, com a sociedade, por meio de projetos de extensão destinados construção de uma maior articulação entre a academia e a vida cotidiana. Não se trata de mera divulgação de informações ao público, como destaca Thiollent (2002), mas de um...

...o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados-acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a ação integrada do social...+(NOGUEIRA, 2000: 11).

Nessa linha, o Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas, com instalações próprias no antigo prédio da Faculdade, na Praça dos Remédios, é a principal atividade acadêmica de natureza extensiva a ser desenvolvida pelos acadêmicos que estejam regularmente matriculados nos dois últimos semestres.

A defesa judicial e extrajudicial dos interesses de pessoas carentes, através do

Núcleo de Prática Jurídica, e uma via de mão dupla, pois, de um lado promove atividades práticas para completar a formação do aluno, nos termos das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação e da Comissão de Ensino Jurídico da Ordem dos Advogados do Brasil, do outro, o trabalho integra a instituição acadêmica com a sociedade, realizando um trabalho de cunho social onde todos saem fortalecidos.

Convém destacar que, o Projeto Pedagógico do Curso de Direito fomenta outras atividades de extensão, que podem ser desenvolvidas por meio dos Programas de Bolsa de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão.

A pesquisa se apresenta no novo Projeto Pedagógico como elemento da formação incentivador da criatividade, impulsionando o aluno na busca de soluções inovadoras para os problemas sociais, e da atitude crítica, que desenvolvem uma nova postura em relação ao saber e se tornam mais motivados para aprender. A pesquisa poderá ser realizada de forma individual ou coletiva, como atividade no âmbito das disciplinas oferecidas ou, dentro de um Programa de Iniciação Científica, na forma institucionalizada pela Universidade do Amazonas.

A pós-graduação, por sua vez, tem sua atividade circunscrita aos programas *lato sensu*, com a oferta permanente de cursos que atendem às diretrizes do Ministério da Educação e o interesse da comunidade acadêmica, tais como: Direito Tributário, Direito Penal e Processual Penal e Direito Processual Civil.

## INFRAESTRUTURA

### INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA

Para a consecução das finalidades do curso a FD/UFAM deverá ser dotada da infra-estrutura mínima, necessária, como seja:

- **Salas de Aula** - climatizadas, com carteiras e cadeiras confortáveis e dotadas de equipamentos eletro-eletrônicos além de um quadro branco;
- **Escritório Modelo** - composto de: Salas individuais de atendimento, dotadas de um computador completo com Internet, além de uma biblioteca básica de livros atualizados (códigos, de modelos etc.); uma Secretaria e uma Coordenação instaladas em salas individuais, dotadas de computador completo e Internet; e uma Sala de Espera com TV e uma cozinha básica

com mingobar, logão etc.;

- **Biblioteca Setorial** - com acervo bibliográfico de, no mínimo cinquenta mil títulos, assinaturas de jornais, revistas jurídicas e diários oficiais, além de computadores interligados na Internet como forma de complementação das pesquisas;
- **Restaurante** - básico e econômico com serviços de refeições rápidas, instalado numa **Área de Convivência** ampla e arejada;
- **Sala de Júri e atividades afins** - dotadas de estrutura básica compatível com um plenário, inclusive a estrutura de som.
- **Bloco Administrativo** - com infra-estrutura e equipamentos (computadores, impressoras, copiadoras, pontos de Internet e etc.), necessários ao desempenho das atividades administrativas, pedagógicas e apoio ao ensino e a pesquisa da Diretoria e Coordenação do Curso.
- **Laboratório de Informática** - nos moldes dos já existentes nas demais Unidades acadêmicas da Ufam.

## CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O **corpo docente** deverá ser composto por **juristas com formação pedagógica**, comprometidos com a educação, a partir da sugestão do Decreto 5.773 de 2006 que manda observar, para contratação de professores, os aspectos seguintes: seja portador de titulação em nível de pós-graduação *strictu sensu*; que possa assumir um regime de trabalho que assegure, preferencialmente, dedicação plena ao curso; com experiência docente na instituição ou em outras instituições similares.

O número de professores deverá ser adequado ao número de alunos, de forma a evitar superlotação de salas, grave entrave para aprendizado e didática. Também deverá ser compatível com o número de disciplinas oferecidas por período, excetuando-se aquelas inseridas em outros ramos do conhecimento (Português, Sociologia, Filosofia, Antropologia etc.), cujos professores estarão lotados nos respectivos cursos.

O corpo administrativo, também deverá ser composto por **técnicos**, de preferência com formação de segundo e terceiro grau, em número compatível com a demanda de serviço.

A carga horária sugerida é de seis horas ininterruptas ou oito horas intercaladas, para cada técnico.

Assim, segue o **Quadro Atual do Corpo Docente e Técnico**.

#### QUADRO ATUAL - CORPO DOCENTE

Nº.	PROFESSOR	REGIME	VÍNCULO	FORMAÇÃO
1	ANTONIA ANDRADE DE QUEIROZ	40H	SUBSTITUTO	ESPECIALISTA
2	ARISTARCHO ARAÚJO JORGE DE MELO	20H	EFETIVO	ESPECIALISTA
3	ADRIANO FERNANDES FERREIRA	20H	SUBSTITUTO	ESPECIALISTA
4	ANANIAS RIBEIRO DE OLIVEIRA JÚNIOR	20H	EFETIVO	MESTRE
5	ARMANDO CLÁUDIO DIAS DOS S. JÚNIOR	20H	SUBSTITUTO	ESPECIALISTA
6	ANDERSON FREITAS DA FONSECA	20H	P.T.V	MESTRE
7	ANDREI SICSÚ DE SOUZA	20H	SUBSTITUTO	ESPECIALISTA
8	ANTONIO CARLOS MARINHO BEZERRA	20	EFETIVO	ESPECIALISTA
9	CLYNIO DE ARAÚJO BRANDÃO	D.E	EFETIVO	ESPECIALISTA
10	CLARA M <sup>a</sup> LINDO DE LIMA	20H	EFETIVO	MESTRE
11	DEMÉTRIO DE SOUZA COSTA	20H	SUBSTITUTO	ESPECIALISTA
12	EVERALDO LUZ BONFIM FERNADES (À Disposição)	20H	EFETIVO	ESPECIALISTA
13	EISENHOWER PEREIRA CAMPOS	40H	SUBSTITUTO	ESPECIALISTA
14	EDSON DE OLIVEIRA	D.E	EFETIVO	MESTRE
15	ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA	20H	EFETIVO	ESPECIALISTA
16	ELIEZER LEÃO GONZALEZ	20h	SUBSTITUTO	ESPECIALISTA
17	ELIANA M <sup>a</sup> PEREIRA DA FONSECA	D.E	EFETIVO	ESPECIALISTA
18	FRANCY LITAIFF ABRAHIM	20H	EFETIVO	ESPECIALISTA
19	FRANCISCA RITA ALENCAR ALBUQUERQUE	20H	EFETIVO	MESTRE
20	JOSÉ DAS GRAÇAS BARROS DE CARVALHO	20H	EFETIVO	ESPECIALISTA
21	JOSÉ ROQUE NUNES MARQUES	20H	EFETIVO	MESTRE
22	JOÃO THOMAS LUCHSINGER	20H	EFETIVO	MESTRE
23	JOSÉ RIBAMAR MITOSO DE SOUZA	20H	EFETIVO	MESTRE
24	JUSCELINO KUBITSCHKE DE ARAÚJO	20H	EFETIVO	ESPECIALISTA
25	KÁTIA CRISTINA CRUZ SANTOS	D.E	EFETIVO	ESPECIALISTA
26	LEDA M. NASCIMENTO ALBUQUERQUE (LICENCIADA)	20H	EFETIVO	ESPECIALISTA
27	LOURENÇO DOS S. PEREIRA BRAGA	40H	EFETIVO	ESPECIALISTA
28	MARINA DAS GRAÇAS PAULA ARAÚJO	D.E	EFETIVO	ESPECIALISTA
29	MIGUEL ANGELO FEITOSA MELO	20H	SUBSTITUTO	ESPECIALISTA

30	NASSER ABRAMIM NASSER NETO	20H	EFETIVO	ESPECIALISTA
31	NELY ELIZABETH MANDEL LINS	20H	EFETIVO	ESPECIALISTA
32	OLDENEY SÁ VALENTE	D.E	EFETIVO	ESPECIALISTA
33	PATRÍCIA HELENA DOS S. CARNEIRO	20H	SUBSTITUTO	ESPECIALISTA
34	RAIMUNDO SILVA (TRANSFERIDO . CAMPUS ITACOATIARA)	20H	EFETIVO	ESPECIALISTA
35	RAIMUNDO PAIVA DE SOUZA	20H	SUBSTITUTO	GRADUADO
36	SONIA DEARC O. BARROS DE CARVALHO	20H	PTV	ESPECIALISTA
37	RAPHAEL CANDIDO DA SILVA	20H	SUBSTITUTO	GRADUADO
38	SEBASTIÃO MARCELICE GOMES	D.E	EFETIVO	MESTRE
39	YURI DANTAS BARROSO	20H	SUBSTITUTO	ESPECIALISTA

### QUADRO ATUAL - TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

Nº.	TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS	CARGO	VÍNCULO	FORMAÇÃO
1	ÂNGELA SOARES VIANA	COPEIRA	EFETIVO	ENS. MÉDIO
2	ELISA MARA PEREIRA COSTA	ADMINISTRADOR	EFETIVO	GRADUADA
3	FELICIANO B. CORREA	SERV. LIMPEZA	EFETIVO	ENS. MÉDIO
4	IÊDA M. M. PETROLA FEITOSA	ASSIST. ADM.	EFETIVO	GRADUADA
5	MAYSA MAIA ESCHER	ASSIST. ADM.	EFETIVO	GRADUADA
6	PEDRO DA SILVA TORRES	ASSIST. ADM.	EFETIVO	ENS. MÉDIO
7	ROSALINA DE QUEIROZ RIBEIRO	ASSIST. ADM.	EFETIVO	ENS. MÉDIO
8	SELMA CAVALCANTE FURTADO	TÉC. EM EDUC.	EFETIVO	GRADUADA
9	VITOR CÉSAR PICANÇO LOPES	ASSIST. ADM.	EFETIVO	MESTRANDO

### NECESSIDADE DE PESSOAL Ë CORPO DOCENTE

Na atual realidade o número de Professores Substitutos encontra-se acima do ideal, pelo que é necessário formalizar, via Concurso Público, o ingresso na carreira, de novos Professores. Destarte, a **demanda real** indica que são necessários:

DISCIPLINA	DEMANDA (EM Nº DE PROFESSORES)
DIREITO CIVIL	4
DIREITO PENAL	2
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	2
DIREITO PROCESSUAL PENAL	2
PRÁTICA JURÍDICA REAL	3
DIREITO TRIBUTÁRIO	3

DIREITO FINANCEIRO	3
DIREITO CONSTITUCIONAL	2
DIREITO DO TRABALHO	2
DIREITO INTERNACIONAL	2
INSTITUIÇÃO DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO	2
ÉTICA PROFISSIONAL	1
DIREITO EMPRESARIAL	2

Com este número de professores, serão evitadas as %substituições+ e a Instituição poderá funcionar com sua carga de 100% (cem por cento). Discipiendo é lembrar que vários professores efetivos foram aposentados (José Russo, João Braga, Afrânio Sá, José Braga, Benedito Lira); licenciados (Everaldo Fernandes, Leda Mara); removidos (Raimundo Silva, Vallisney Oliveira) e exonerados a pedido (Raimundo Barros de Carvalho). Ao todo são onze professores efetivos cujas vagas não foram preenchidas.

#### **NECESSIDADE DE PESSOAL E CORPO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO**

Outrossim, identifica-se a necessidade de complementação do quadro Técnico Administrativo, cujo, a exemplo do corpo docente, encontra-se defasado em face às exigências das atividades de apoio Pedagógico e Administrativo na Coordenação do Curso e no Núcleo de Prática Jurídica, nos três períodos de expediente. Suscitando a seguinte demanda:

<b>CARGO/FUNÇÃO</b>	<b>DEMANDA (EM Nº DE TÉCNICOS)</b>
TÉCNICO EM EDUCAÇÃO	2
ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	2



**PDF**  
Complete

*Your complimentary  
use period has ended.  
Thank you for using  
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to  
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

---

## ANEXOS

## ANEXO I - NORMAS E PROCEDIMENTOS DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES

**Considerando** o disposto na Portaria n.º 1886/94, Parecer n.º 005/2004 e Resolução n.º 9 de 29/09/2004, do Conselho Nacional de Educação, que disciplina as atividades complementares nos cursos jurídicos;

**Considerando** que as atividades complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, mediante avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, tanto as adquiridas no ambiente acadêmico quanto fora dele, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade;

**Considerando** que são objetivos das Atividades Complementares: propiciar o enriquecimento dos conteúdos curriculares através de atividades diversas; auxiliar a construção do perfil profissional do egresso; favorecer a integração vertical e horizontal de disciplinas do curso de Direito; favorecer a integração entre cursos de graduação; estimular a integração com os projetos de pesquisa e estimular a participação do aluno em programas de extensão comunitária;

**Considerando** ainda, a necessidade de aprimorar os mecanismos de controle do cumprimento das atividades complementares pelo corpo docente;

### R E S O L V E:

**Artigo 1º** - As Atividades Acadêmicas Complementares são partes integrantes do Currículo do Curso de Direito da Universidade Federal do Amazonas, e totalizam 180 horas (12 créditos), devendo ser cumpridas em conformidade com as disposições deste Regulamento.

**Artigo 2º.** A Coordenação das Atividades Acadêmicas Complementares ficará a cargo de uma Comissão (composta de três membros e coordenada por um deles), designada pelo Diretor da Faculdade de Direito, com as seguintes atribuições:

- I. Elaborar o calendário anual de atividades Acadêmicas Complementares da Faculdade de Direito;
- II. Coordenar as atividades programadas oferecidas pela Faculdade de Direito;
- III. Orientar os acadêmicos quanto às atividades complementares a serem consideradas conforme as normas procedimentais da FD/UFAM;
- IV. Exigir e aprovar a documentação comprobatória pertinente;
- V. Remeter ao Coordenador do Curso de Direito e Diretor do Instituto relatório anual das atividades;

- VI. Analisar as horas das Atividades Complementares de cada aluno, conforme os tipos e limites previstos neste Regulamento, mediante análise das atividades respectivas e da importância da mesma dentro do currículo do curso de Direito;
- VII. As demais atribuições que forem pertinentes ao encargo.

**Artigo 3º.** As atividades complementares podem ser realizadas no decorrer do Curso de Direito, inclusive durante as férias escolares, desde que respeitados os procedimentos estabelecidos neste Regulamento.

**Artigo 4º** São consideradas atividades complementares com suas respectivas cargas horárias:

I As Atividades de Ensino:

- a) Disciplinas jurídicas e núcleos temáticos interdisciplinares de matérias não previstas no currículo, até o limite de 80 horas;
- b) Disciplinas de outros cursos da UFAM não abrangidas pela grade curricular do curso de Direito, mas correlatas ao Curso, até o limite de 40 horas;
- c) Atividades de prática jurídica realizadas além das obrigatórias em escritórios experimentais e Juizado Especial, até o limite de 40 horas.
- d) Monitorias em disciplina jurídica, até o limite de 40 horas.

II - As Atividades de Pesquisa:

- a) Projeto de pesquisa, coordenado por professores de graduação da Faculdade de Direito, excluída a pesquisa para conclusão do curso, até o limite de 80 horas;
- b) Iniciação científica, incluindo pesquisas doutrinárias, de Legislação ou de Direito Comparado e de Jurisprudência, coordenada por professor de graduação da Faculdade de Direito, até o limite de 80 horas;
- c) Trabalhos jurídicos publicados em mídia de reconhecida idoneidade, a critério da Coordenação, inclusive sites+da Internet, até o limite de 40 horas;
- d) Artigos científicos aprovados pela Coordenação de Atividades Complementares, até o limite de 40 horas.

III - As Atividades de Extensão compreendem:

- a) Participação em seminários, palestras, conferências, congressos, semanas jurídicas, encontros nacionais e regionais, cursos de atualização e similares, etc., promovidos pela FD/UFAM ou por outras instituições de reconhecida idoneidade, a critério do Coordenador, até o limite de 80 horas;
- b) Participação em estágios extracurriculares, até o limite de 40 horas;

c) Representação estudantil em colegiados de curso, departamento ou conselho, até o limite de 20 horas;

d) Participação em grupos de estudos regulares, até o limite de 20 horas.

**Parágrafo Único** E Serão computadas também, como atividades de extensão, quaisquer atividades pertinentes a esta área.

**Artigo 5º** Para obter reconhecimento formal e registrar a participação em Atividades Complementares nos termos deste regulamento, cabe ao aluno elaborar breve relatório do trabalho em formulário próprio . fornecido pela Comissão . Relatório de Atividades Complementares . RAC.

**Parágrafo Único.** Os impressos para os RACs estarão disponíveis na Secretaria da Comissão, instalada no Núcleo de Prática Jurídica da FD/UFAM.

**Artigo 6º** O aluno deverá protocolar na Secretaria da Comissão, até o final do Semestre Letivo, o RAC, ao qual devem ser anexados os respectivos comprovantes das atividades complementares desenvolvidas, em papel timbrado da Instituição realizadora, assinados pelo responsável.

**Parágrafo único:** Os documentos comprobatórios de participação ou certificados deverão conter obrigatoriamente, sob pena de serem considerados inválidos para o fim a que se destinam, o número de horas das atividades.

**Artigo 7º** Das decisões da Comissão responsável pelas Atividades Complementares caberá recurso ao Coordenador do Curso de Direito, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da proclamação do resultado.

**Artigo 8º** Este Regulamento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Direito, revogadas as disposições em contrário, especialmente as Normas e Procedimentos datados de 12 de novembro de 1998.

---

## ANEXO II - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES DO PROJETO DE PESQUISA E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

### I **É** Das Disposições Preliminares

**Artigo. 1º** - O presente regulamento tem por finalidade normatizar as atividades relacionadas com o trabalho de monografia jurídica para obtenção do bacharelado no currículo pleno do curso de graduação em direito da universidade federal do amazonas, indispensável para a colação de grau.

**Artigo. 2º** - O trabalho de monografia jurídica consiste em uma pesquisa individual orientada, relatada e apresentada sob a forma de trabalho científico, conduzida em qualquer ramo jurídico no âmbito dos departamentos da faculdade de direito.

**Artigo. 3º** - Os objetivos gerais do trabalho de monografia jurídica são os de propiciar ao corpo discente do curso de graduação em direito a ocasião de demonstrar o grau de habilidade adquirido, o aprofundamento temático, o estímulo e a produção científica, além da consulta de bibliografia especializada com o conseqüente aprimoramento da capacidade de interpretação e análise do Direito como ciência.

### II **É** Das Atribuições do Colegiado e da Coordenação do Curso de Graduação em Direito

**Artigo. 4º** - Compete ao Colegiado do Curso de Graduação em Direito:

- a) Analisar e aprovar alterações neste regulamento;
- b) Resolver os casos omissos neste regulamento e interpretar seus dispositivos;
- c) Aprovar a indicação dos nomes dos professores coordenadores de pesquisa do trabalho de monografia jurídica.
- d) Analisar, em grau de recurso, as decisões da coordenação do curso da faculdade de direito em matéria atinente ao trabalho de monografia jurídica.
- e) Apreciar, em única instância, as causas ou conflitos de atribuições entre a coordenação do trabalho de monografia jurídica e do curso da faculdade de direito em matéria atinente ao trabalho monográfico.
- f) Apreciar, em única instância, as decisões das bancas examinadoras, atinentes à defesa e avaliação final do trabalho monográfico, após oitiva da coordenação do trabalho de monografia jurídica.

**Artigo. 6º - Compete à Coordenação do Curso de Graduação em Direito:**

- a) Indicar o nome do professor ou professores para exercer a coordenação de pesquisa do trabalho de monografia jurídica;
- b) Analisar em grau de recurso, as decisões dos coordenadores de trabalho de monografia jurídica;
- c) Analisar em grau de recurso os relatórios, pareceres e avaliações dos professores orientadores e membros de bancas examinadoras;
- d) Atuar de maneira consultiva na indicação e escolha dos nomes de professores convidados a participar das bancas examinadoras do trabalho de monografia jurídica;
- e) Expedir certificado de participação aos componentes efetivos das bancas examinadoras, mediante aferição de lista encaminhada pela coordenação de pesquisa do TMJ;
- f) Tomar, em primeira instância, todas as demais decisões e medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste regulamento.

**Artigo. 6º** - Pode a Coordenação do Curso de Graduação em Direito convocar, quando necessário, reuniões com os coordenadores de pesquisa, buscando cumprir e fazer cumprir este regulamento.

### **III É Das Atribuições da Coordenação de Pesquisa do Trabalho Monográfico**

**Artigo. 7º** - A Coordenação de Pesquisa do Trabalho Monográfico será constituída no mínimo por um (01) e no máximo por três (03) professores, indicados pela Coordenação do Curso, mediante aprovação do Colegiado da Faculdade de Direito.

§ 1º. No caso da Coordenação formada por três professores, dentre estes será igualmente indicado pelo Coordenador do Curso o nome do Coordenador-Geral do TMJ, sujeito igualmente a aprovação do Colegiado do Curso.

§ 2º. As atividades de Coordenação de Pesquisa do Trabalho Monográfico serão exercidas exclusivamente por professores pertencentes ao quadro docente da Faculdade de Direito, para o exercício em no máximo quatro (04) períodos letivos, com a possibilidade de uma recondução.

§ 3º. As atividades desempenhadas pelos membros da Coordenação de Pesquisa do Trabalho Monográfico serão realizadas sem prejuízo das atividades docentes regulares, salvo o Coordenador-Geral do TMJ que exercerá em caráter exclusivo as atividades letivas

e de coordenação unicamente das disciplinas atinentes a elaboração do projeto e monografia jurídica, afastando-se, portanto de seus afazeres docentes regulares.

§ 4º. As provisões atinentes ao Coordenador-Geral do TMJ descritas no parágrafo anterior aplicam-se de igual maneira ao exercício da Coordenação da Pesquisa por único professor.

**Artigo. 8º** - A Coordenação de pesquisa compete, em geral:

- a) Atender aos alunos matriculados nas disciplinas de monografia, nos períodos diurno e noturno;
- b) Proporcionar, com a ajuda dos professores da disciplina TMJ, orientação básica aos alunos em fase de iniciação científica no projeto de monografia;
- c) Elaborar e encaminhar aos alunos e professores orientadores os formulários de aprovação do projeto monográfico, grade de correção e atas de avaliação das atividades das disciplinas de monografia jurídica;
- d) Convocar, sempre que necessário reuniões com os professores orientadores e alunos matriculados nas disciplinas de monografia;
- e) Manter, junto à coordenação do curso, arquivo atualizado com os projetos de monografia em desenvolvimento;
- f) Manter em arquivo, junto à coordenação do curso, as atas das reuniões das bancas examinadoras;
- g) Providenciar encaminhamento a biblioteca central de cópias em formato digital das monografias aprovadas;
- h) Providenciar encaminhamento a coordenação do curso lista com nome dos professores e convidados que participaram das bancas examinadoras para elaboração de certificado.

**Artigo. 9º** - A Coordenação de pesquisa compete, especialmente:

- a) Publicar a relação dos nomes dos professores orientadores, com o respectivo número de vagas, para recebimento e avaliação das propostas de pesquisa;
- b) Indicar professores orientadores para os alunos que não os conseguirem, na forma do artigo 12;
- c) Aprovar a participação de professores convidados a exercer co-orientação nos projetos e trabalhos monográficos, bem como a participar das bancas examinadoras;

- d) Consultar, juntamente com a coordenação do curso, a formação das bancas examinadoras;
- e) Analisar e aprovar os relatórios de desenvolvimento do projeto e monografia encaminhados pelos alunos regularmente matriculados nas disciplinas de trabalho monográfico;
- f) Analisar e aprovar os projetos de monografia encaminhados pelos alunos regularmente matriculados nas disciplinas de trabalho monográfico;
- g) Elaborar, juntamente com a coordenação do curso, o calendário de apresentação e defesa dos trabalhos de monografia jurídica;
- h) Tomar, no âmbito de sua competência, todas as demais medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste regulamento.

§ 1º. Compete a Coordenação de pesquisa do trabalho de monografia jurídica solucionar as questões e causas atinentes à orientação monográfica entre aluno e professor, bem como acerca da eventual substituição de orientador.

§ 2º. É atribuição exclusiva da Coordenação de pesquisa decidir, dentro dos critérios elencados neste regulamento, acerca da dispensa de elaboração e defesa do Trabalho de Monografia Jurídica.

#### IV **É Dos Professores Orientadores**

**Artigo. 10** - O trabalho de monografia jurídica para obtenção do grau de bacharel é desenvolvido exclusivamente sob a orientação de um professor membro do corpo docente da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas.

§ 1º. Todos os membros regulares do corpo docente da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas são aptos a orientar os trabalhos de monografia jurídica, salvo os integrantes da coordenação de pesquisa enquanto durarem suas atribuições.

§ 2º. O Orientador, acolhendo o projeto de pesquisa, firmará termo de compromisso com o orientando.

**Artigo. 11** - Cabe ao aluno escolher o professor orientador, devendo, para esse efeito, realizar o convite levado em consideração a disciplina de atuação e especialização do professor escolhido, coincidente ao tema objeto do trabalho a ser desenvolvido.

§ 1º. Em casos especiais, mediante aprovação da Coordenação de pesquisa, será permitida

a participação de professor convidado a co-orientação do trabalho de monografia jurídica, mantendo-se a responsabilidade e orientação principal ao professor orientador, membro do corpo docente da Faculdade de Direito da UFAM.

§2º. As atribuições do co-orientador restringem-se ao acompanhamento técnico-científico na área de abrangência jurídica escolhida pelo aluno orientando, exercendo função auxiliar ao orientador no que tange a pesquisa e desenvolvimento do Trabalho Monográfico.

§3º. Em nenhuma hipótese o co-orientador fará parte da banca examinadora, tampouco será de sua responsabilidade a elaboração de parecer ou mesmo atribuição de notas relativas aos trabalhos desenvolvidos pelo aluno orientando.

**Artigo. 12** - Na hipótese de o aluno não encontrar nenhum professor que se disponha a assumir a sua orientação, a Coordenação de Pesquisa designará um Orientador.

**Artigo. 13** - Cada professor pode orientar, no máximo, sete (07) alunos por período acadêmico, equivalendo este a um semestre letivo.

**Parágrafo único** . Na eventualidade do professor orientador cumular a orientação de pesquisa com alunos de períodos distintos ou desperiodizados, tal cumulação não poderá ultrapassar o máximo de dez (10) alunos orientandos por semestre letivo.

**Artigo. 14** - A troca de orientação só será permitida em casos excepcionais e dêz que outro docente assuma formalmente a orientação, mediante aquiescência expressa da Coordenação de pesquisa.

**Parágrafo único** . Em caso de desistência do Orientador ou da impossibilidade de continuar sua orientação, caberá a Coordenação de Pesquisa designar outro Orientador, ouvido o orientando.

**Artigo. 15** . Constituem-se atribuições do professor orientador:

I . avaliar a adequação do tema proposto pelo acadêmico;

II . orientar o acadêmico, quando necessário, na elaboração do Projeto de Pesquisa e sugerir, se for o caso, indicações bibliográficas e as fontes de dados disponíveis em instituições públicas ou particulares, ou a produção de dados oriundos de trabalho de campo;

III . atender individualmente o acadêmico para orientação e avaliação do trabalho de pesquisa, com a finalidade de preservar a articulação teórico - prática na produção no novo conhecimento.

**Parágrafo único** . O professor orientador tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

- a) Frequentar as reuniões convocadas pela Coordenação de pesquisa;
- b) Prestar orientação a projetos e trabalhos monográficos dentro de sua área acadêmica de atuação ou especialização;
- c) Atender periodicamente seus alunos orientados, em dia e horário previamente fixados;
- d) Acompanhar continuamente a evolução e desenvolvimento do projeto monográfico e monografia jurídica sob sua orientação;
- e) Elaborar parecer fundamentando indicando nota ao projeto de pesquisa ao término da primeira etapa do trabalho monográfico;
- f) Avaliar os relatórios parciais que lhe forem entregues pelos orientandos, no decorrer da segunda etapa do trabalho de monografia jurídica, indicando-lhes as respectivas notas;
- g) Sugerir à Coordenação de Pesquisa, os componentes da Banca Examinadora;
- h) Participar das Bancas Examinadoras para as quais estiver designado, em especial as de seus orientados;
- i) Participar como Presidente da Banca Examinadora de seus orientandos, coordenando os trabalhos de defesa, assinando, juntamente com os demais membros as fichas de avaliação das monografias e as atas finais das sessões de defesa, encaminhando-as com o resultado final à Coordenação de Pesquisa;
- j) Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

**Artigo. 16** - A responsabilidade pela elaboração da monografia e integralmente do aluno, o que não exime o professor orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas definidas neste regulamento, as atribuições decorrentes da sua atividade de orientação.

## V **É Dos Alunos em Fase de Realização do Trabalho Monográfico de bacharelado**

**Artigo. 17** - É considerado aluno em fase de realização de trabalho de monografia

jurídica, todo aquele regularmente matriculado em qualquer das disciplinas de monografia pertencentes ao currículo pleno do curso de graduação em direito.

**Artigo. 18 .** O aluno em fase de realização do Trabalho de Monografia Jurídica de Bacharelado tem, entre outros, os seguintes deveres gerais:

- a) Freqüentar assiduamente as reuniões convocadas pela coordenação de pesquisa ou pelo seu orientador;
- b) Manter contato no mínimo quinzenal com o professor orientador para discussão e aprimoramento de sua pesquisa, devendo justificar eventuais faltas;
- c) Cumprir o calendário divulgado pela coordenação do curso para entrega de projetos, formulários, relatórios parciais e monografia;
- d) Elaborar individual e pessoalmente, e sem a ajuda de terceiros, seu projeto de pesquisa e posterior trabalho monográfico;
- e) Cumprir e fazer cumprir este regulamento.

**Artigo. 19 .** São considerados deveres específicos dos alunos em fase de realização do Trabalho de Monografia Jurídica de Bacharelado, entre outros, os seguintes:

- a) Contatar seu orientador com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data estipulada para entrega, para análise e finalização do projeto de pesquisa ou trabalho de monografia;
- b) Entregar ao término da primeira etapa do trabalho monográfico de bacharelado o projeto de pesquisa ao orientador para elaboração de parecer, encaminhando-o juntamente com este a coordenação de pesquisa para atribuição de nota;
- c) Elaborar a versão final de sua monografia, de acordo com o presente regulamento e as instruções do coordenador de pesquisa e de seu orientador;
- d) Protocolar na data aprazada pela coordenação de pesquisa, ao término da segunda etapa do trabalho monográfico de bacharelado, cópia do arquivo em mídia digital (cd) do trabalho de monografia jurídica, devidamente identificado, para posterior arquivamento junto a biblioteca central;
- e) Entregar com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da data aprazada pela coordenação de pesquisa para defesa, 04 (quatro) cópias de seu trabalho monográfico uma para cada membro da banca examinadora, suplente inclusive;
- f) Comparecer em dia, hora e local determinado para apresentar e defender a versão final de sua monografia:

## VII DAS PRÉ-REQUISITOS E DAS VAGAS

**Artigo. 20 .** Para se matricular em uma das disciplinas de Monografia, o aluno deve ter cursado um mínimo de 160 créditos do currículo pleno do Curso de Graduação em Direito, além de ter sua proposta de monografia aprovado pelo Coordenador de Pesquisa.

§1º. . o não cumprimento do disposto no *caput* deste artigo implica no cancelamento automático da matrícula em qualquer dessas disciplinas.

§2º. . O pré-requisito da disciplina de Trabalho Monográfico II é a respectiva disciplina de Trabalho Monográfico I.

**Artigo. 21 -** O número total de vagas oferecidas por semestre, na soma das disciplinas de Monografia dos diversos departamentos da faculdade de direito, relativas a cada umas das etapas do trabalho monográfico de bacharelado, deve ser, no mínimo 20 (vinte), tanto no curso diurno como no noturno, igual ao número oferecido para as demais disciplinas do curso de graduação em direito.

## VII Ë Das Etapas do Trabalho Monográfico de Bacharelado

**Artigo. 22 -** O aluno deve elaborar seu projeto de monografia de acordo com este regulamento em conformidade com as orientações da coordenação de pesquisa e de seu professor orientador.

**Artigo. 23 -** A estrutura do projeto de pesquisa monográfico compõe-se de:

- a) Identificação;
- b) Justificativa;
- c) Objetivos: geral e específico;
- d) Metodologia;
- e) Cronograma;
- f) Referências bibliográficas preliminares;
- g) Estrutura preliminar do trabalho (opcional);
- h) Parecer do orientador.

**Artigo. 24 .** O projeto de monografia deve ser entregue, após análise e parecer do orientador responsável, a Coordenação de pesquisa, dentro do prazo por esta estipulado, previamente ao final do período de matrícula regular.

**Artigo. 25** - Para a aprovação do projeto de monografia deve ser levada em consideração a existência ou não de monografia já apresentada e defendida com base em projeto idêntico.

**Parágrafo único** . É defeso ao acadêmico aproveitar ou apresentar projeto de pesquisa elaborado no transcorrer do curso de sua graduação, em disciplina outra da grade curricular da Faculdade de Direito ou em projeto de iniciação científica, sem a prévia e expressa anuência da Coordenação de pesquisa do TMJ.

**Artigo. 26** - Aprovado o projeto de monografia, a mudança de tema só será permitida em casos excepcionais, mediante a elaboração de um novo projeto de pesquisa e preenchimentos dos seguintes requisitos:

- a) Haver a aprovação da coordenação de pesquisa.
- b) Haver a aprovação do professor orientador;
- c) Existir a concordância do professor orientador em continuar com a orientação ou a concordância expressa de outro docente em substituí-lo;
- d) Ocorrer à mudança dentro de um prazo não superior a 15 (quinze) dias, contados da data de início do período letivo;

## **VIII É Dos Relatórios de Desenvolvimento da Pesquisa**

**Artigo. 27** - Os relatórios sobre o desenvolvimento do trabalho monográfico de bacharelado devem conter informações detalhadas das pesquisas e estudos realizados na fase de projeto e de monografia.

## **IX É Da Elaboração do Trabalho Monográfico**

**Artigo. 28** . O Trabalho Monográfico de Bacharelado deve ser elaborado considerando-se em seu conteúdo as finalidades estabelecidas no artigo 3º. Deste Regulamento e a vinculação direta do seu tema com a Ciência do Direito, pela sua inserção nas áreas de conhecimento jurídico identificadas pelas disciplinas ofertadas no currículo pleno do Curso de Graduação em Direito, observando as seguintes partes fundamentais:

- a) introdução;
- b) desenvolvimento (contendo necessariamente a revisão bibliográfica);
- c) conclusão (ou considerações finais).

**Artigo. 29** . A estrutura do Trabalho Monográfico compõe-se:

I . Elementos pré-textuais:

- a) capa;
- b) folha de rosto;
- c) folha de aprovação;
- d) dedicatória, epígrafe e agradecimentos (opcional);
- e) sumário;
- f) listas (opcional);
- g) resumo;
- h) abstract, resumé, resúmen (opcional);

II . Elementos pós-textuais:

- a) anexos (opcional);
- b) bibliografia.

**Artigo. 30** . A monografia deve ser apresentada preenchendo os seguintes requisitos:

§1º. - Na sua estrutura formal:

- a) os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT, no que forem aplicáveis;
- b) os parâmetros técnicos adotados pelo Regulamento da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas.

§2º. . Na apresentação gráfica:

I . Quanto ao Formato:

- a) Papel A-4 (210 x 297 mm) para folhas soltas e 8x11 pol. (210 x 280 mm) para formulário contínuo. Espessura comum;
- b) Encadernação: capa-dura ou espiral.
- c) Apresentação em mídia digital: CD, gravado no formato PDF ou Word.

II . Quanto a Formatação, digitada, observando-se os seguintes critérios:

- a) Software: Word;
- b) Fonte: Times New Roman;

- c) Tamanho: 12 (texto) e 10 (notas de rodapé);
- d) Margens: Superior 3,0 cm; Inferior 2,0 cm; Esquerda 3,0 cm; Direita 2,0 cm.
- e) Espaçamento entrelinhas: 1,5 (um e meio) (texto), simples (citações e notas de rodapé);
- f) Alinhamento: Justificado;
- g) Parágrafo: 3,0 cm. Alinhado pela esquerda;
- h) Espaços entre parágrafos (espaçamento): 02 x 1,5 (dois espaços de um e meio).
- i) Numeração: canto superior direito; 1,0 cm acima da margem superior, em algarismos romanos para elementos pré-textuais e em algarismos arábicos, seqüencialmente, para o texto e elementos pós-textuais.

### §3º. . Na Quantificação

- a) O corpo do trabalho (introdução, desenvolvimento e conclusão) deve possuir no mínimo 40 (quarenta) e no máximo 120 (cento e vinte) páginas de texto escrito.
- b) Excluem-se do cômputo quantitativo do Trabalho Monográfico os elementos pré-textuais e pós-textuais descritos no Art.29 deste Regulamento.

§ 4º. Monografias que extrapolem o limite de tamanho estabelecido no parágrafo anterior deste artigo são consideradas excepcionais e devem, para apresentação, possuir a aprovação prévia da Coordenação de Pesquisa.

### X Ë Da Entrega do Trabalho Monográfico

**Artigo. 31 .** Deverão ser entregues 05 (cinco) exemplares do Trabalho Monográfico com as seguintes destinações: 04(quatro) exemplares, impressos ou em mídia digital, aos membros componentes da Banca Examinadora, 01(um) exemplar para conferência e em mídia digital (cd) devidamente identificado, para arquivo junto à biblioteca da Faculdade de Direito.

**Parágrafo único .** É de responsabilidade do acadêmico entregar os exemplares direcionados aos membros da Banca Examinadora, suplente inclusive, igualmente ao protocolo da versão em mídia digital.

**Artigo. 32 .** A versão final do Trabalho Monográfico deverá ser protocolada na Secretaria dos Departamentos da Faculdade de Direito, através de formulário próprio dirigido à Coordenação de Pesquisa, incluindo parecer favorável do Orientador, juntamente

com sua sugestão dos componentes da Banca Examinadora.

**Parágrafo único** . A Secretaria dos Departamentos entregará recibo do depósito dos exemplares, com data e hora de protocolo. É de responsabilidade do acadêmico manter uma cópia pessoal do recibo para efeito de comprovação de depósito de sua monografia.

**Artigo. 33** . A coordenação de pesquisa, em conjunto com a coordenação do curso, deve elaborar calendário semestral fixando prazos para a entrega das monografias, designação das Bancas Examinadoras e realização das defesas.

**Parágrafo único** . O prazo para depósito das monografias expira às **18:00h** do último dia aprazado para recebimento.

**Artigo. 34** . Quando a monografia for entregue com atraso, este será de no máximo 48 horas contados a partir do dia último de recebimento regular, sendo a relevância do motivo avaliada pela Coordenação de Pesquisa.

§ 1º - Dificuldades de elaboração, incluindo falhas de formatação e impressão, **NÃO** serão aceitas como justificativas para entrega tardia da versão final do TMB.

§ 2º - Entregas fora do prazo regulamentar estipulado serão inevitavelmente penalizadas com o desconto de no máximo 1,0 (um ponto) da nota final atribuída.

§ 3º - Não há qualquer possibilidade de emendar ou substituir o TMB uma vez entregue.

§ 4º - Na hipótese do acadêmico não observar o prazo máximo previsto para entrega, a data da defesa da monografia será marcada para o ano letivo seguinte.

**Artigo. 35** . Após a data-limite para a entrega das cópias finais das monografias, a Coordenação de Pesquisa divulgará a composição das Bancas Examinadoras, os horários e as salas destinados as suas defesas.

**Artigo. 36** . Os membros das Bancas Examinadoras, a contar da data de suas designação, têm o prazo máximo de 07 (sete) e o mínimo de 03 (três) dias para procederem a leitura das monografias.

**Parágrafo único** . Não é permitido aos membros das Bancas Examinadoras tornarem públicos os conteúdos das monografias antes de suas defesas.

## **XI - Da Banca Examinadora**

**Artigo. 37** . A versão final do Trabalho Monográfico é defendida pelo aluno perante banca examinadora composta pelo professor orientador, que a preside, e por outros dois membros, designados pela Coordenação de Pesquisa, mediante consulta a Coordenação do Curso de Direito.

§ 1º. Pode ser convidado para fazer parte da banca examinadora um membro escolhido entre professores de outras Instituições de Ensino Superior em Direito ou entre profissionais de nível superior de renomada atuação no meio jurídico, levando-se em consideração para tanto, a sua área de exercício profissional ou especialização além de seu interesse na área de abrangência da pesquisa, tema da monografia.

§ 2º. Para os casos previstos no parágrafo anterior, mediante sugestão do professor orientador, deverá ocorrer a comunicação prévia via ofício endereçado à Coordenação de Pesquisa para a apreciação e manifestação.

§3º. Quando da designação da banca examinadora deve também ser indicado um membro suplente, observados os mesmos critérios para escolha dos membros efetivos, encarregado de substituir qualquer dos titulares em caso de impedimento, exceto na figura do Presidente.

§4º. É defeso a participação do co-orientador do Trabalho Monográfico nas bancas examinadoras dos alunos cuja orientação foi dirigida.

**Artigo. 38** . A banca examinadora somente pode executar seus trabalhos com três (03) membros presentes.

§ 1º. Não comparecendo algum dos professores designados para a banca examinadora, este será automaticamente substituído pelo suplente, comunicando-se tal fato no teor da Ata de Defesa.

§ 2º. Não havendo o comparecimento de no mínimo 02 (dois) membros da banca examinadora, deve ser marcada nova data para a defesa, comunicando-se esse fato por escrito à Coordenação de pesquisa.

**Artigo. 39** - Todos os professores dos Departamentos da Faculdade de Direito podem ser convocados para participar das bancas examinadoras, em suas respectivas áreas de atuação, mediante designação da Coordenação de Pesquisa, aprovada pelo Colegiado do Departamento.

**Parágrafo único** - Deve, sempre que possível, ser mantida a eqüidade no número de indicações de cada professor para compor as bancas examinadoras, procurando ainda evitar-se a designação de qualquer docente para um número superior a 10 (dez) comissões examinadoras por semestre letivo.

## XII É Da Defesa do Trabalho Monográfico

**Artigo. 40** - Para o acadêmico se habilitar à defesa deverá ter cumprido todos os requisitos exigidos no presente Regulamento.

**Artigo. 41** - A sessão de defesa das monografias é pública, sendo secretas as deliberações da Banca Examinadora.

**Parágrafo único** - As sessões de defesa ocorrerão dentro do *campus* da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas e registrada em Ata.

**Artigo. 42** - Caberá ao Presidente da Banca Examinadora:

- I . abrir os trabalhos e apresentar os componentes da Banca Examinadora;
- II . abrir os debates, após a apresentação do trabalho pelo acadêmico;
- III . reunir os membros da Banca Examinadora, logo após os debates, em sessão secreta, para proceder à avaliação final;
- IV . comunicar o resultado final ao acadêmico, redigindo a ata e encerrando os trabalhos;
- V . encaminhar a ata de defesa de monografia à Coordenação de Pesquisa.

**Artigo. 43** - Na defesa, o acadêmico tem até 30 (trinta) minutos para apresentar seu trabalho, sendo 20 (vinte) minutos de tempo regulamentar e mais 10 (dez) de prorrogação.

**Artigo. 44** - Após a apresentação pelo candidato, a Banca Examinadora passará a argüição.

§ 1º. - O primeiro membro a argüir será o docente convidado ou de menor titulação, se houver empate, o que obteve a titulação há menos tempo, ou ainda, o mais novo docente da casa.

§ 2º - O último a argüir o candidato será o seu Orientador e Presidente da Banca Examinadora.

§ 3º - A Banca Examinadora terá até 10 (dez) minutos para fazer sua argüição, dispondo o candidato de igual tempo para responder aos examinadores.

### XIII - Da Avaliação

**Artigo. 45 .** A atribuição das notas dá-se após o encerramento da etapa de argüição, obedecendo ao sistema de notas individuais por examinador, em conformidade com a grade de correção adotada para o Trabalho Monográfico, levando em consideração forma, conteúdo e a defesa na argüição pela Banca Examinadora.

§ 1º - poderá ser utilizado, para a atribuição das notas, fichas de avaliação individuais onde o professor põe suas notas para cada item a ser considerado.

§ 2º - A nota final do aluno é o resultado da média das notas atribuídas pelo membros da Banca Examinadora.

§ 3º - Somente será consignado em Ata a nota final obtida pelo acadêmico, sendo dispensada a indicação das notas individuadas dos avaliadores.

§ 4º . Para aprovação o aluno deve obter nota igual ou superior a 6 (seis) na média aritmética das notas individuais atribuídas pelo membros da banca examinadora.

**Artigo. 46 .** A Banca Examinadora poderá reunir-se **antes** da sessão de defesa pública e, se aprovado por maioria, devolver a monografia para reformulações.

§ 1º - O prazo para apresentar as alterações sugeridas é de no máximo 10 (dez) dias, contados a partir da devolução da monografia ao aluno.

§ 2º - Entregue as novas cópias da monografia, já com as alterações realizadas, reúne-se novamente a banca examinadora, devendo então proceder a avaliação, na forma prevista neste Regulamento.

**Artigo. 47 .** A Banca Examinadora, por maioria, pode sugerir ao aluno, **após** a defesa, que reformule aspectos de sua monografia.

§ 1º - Quando sugerida a reformulação de aspectos da monografia e aceitando-a o acadêmico, o prazo para apresentar as alterações obedecerá o mesmo critério fixado no parágrafo primeiro do Artigo anterior.

§ 2º - Entregues as novas cópias da monografia, já com alterações realizadas, reunir-se-á, novamente, a Banca Examinadora, devendo então proceder à nova avaliação, inexistindo nova defesa oral.

**Artigo. 48 .** A avaliação final, assinada por todos os membros da banca examinadora, deve ser registrada em Ata e, em caso de aprovação da monografia na cópia destinada ao aluno.

**Artigo. 49 .** O acadêmico que não entregar a monografia, ou que não se apresentar para a sua defesa oral sem motivo justificado, na forma da normatização em vigor, será automaticamente reprovado na respectiva disciplina.

**Parágrafo único .** Será igualmente reprovado o acadêmico que se valer de plágio na elaboração e apresentação de seu trabalho monográfico.

**Artigo. 50 .** Não haverá recuperação da nota atribuída à monografia, sendo a reprovação, definitiva.

§ 1º - Se reprovado, ficará a critério do acadêmico continuar ou não com o mesmo tema de monografia e com o mesmo Orientador.

§ 2º - Optando por mudança de tema, deve o aluno reiniciar todo o processo para elaboração do trabalho Monográfico de Bacharelado, desde a primeira etapa.

§ 3º - Decidindo continuar com o mesmo tema, basta que se matricule novamente na disciplina em que foi reprovado.

**Artigo. 51 .** Ao acadêmico, cuja monografia tenha sido reprovada, é vedada a defesa da mesma ou de nova monografia, no semestre da reprovação.

#### XIV **Das Disposições Gerais**

**Artigo. 52 .** É terminantemente vedado ao acadêmico finalista a utilização, reprodução ou apresentação de trabalho acadêmico elaborado, publicado ou apresentado com o fim de alcançar qualquer grau acadêmico ou diploma, previamente ao curso das disciplinas de Monografia do Curso de Graduação em Direito, como seu Trabalho Monográfico.

§1º. . O Trabalho Monográfico deve ser o resultado de pesquisa e desenvolvimento realizado principalmente nos períodos letivos em que o acadêmico esteja matriculado nas disciplinas de Monografia.

§2º. . O Trabalho de Monografia deverá conter referências expressas e/ou notas acerca das fontes utilizadas para pesquisa, incluindo qualquer outro trabalho que o acadêmico tenha previamente ou concomitantemente submetido a obtenção de qualquer grau, diploma ou qualificação similar em qualquer outra universidade ou instituição de ensino superior.

**Artigo. 53 -** São casos de dispensa de **elaboração** de Trabalho Monográfico, para apreciação e manifestação da Coordenação de Pesquisa, mediante parecer fundamentado do Orientador:

I . A apresentação de Trabalhos Científicos regularmente desenvolvidos pelo Acadêmico finalista no transcorrer de seu Curso de Graduação, dès que orientados por membros do corpo docente da Faculdade de Direito, devidamente defendidos e aprovados;

II - A publicação de Trabalhos Científicos em periódicos jurídicos de reconhecida relevância pelo Acadêmico finalista no transcorrer de seu Curso de Graduação, a critério da Coordenação de Pesquisa.

**Artigo. 54 -** São casos de dispensa de **defesa** do Trabalho Monográfico, para apreciação e manifestação da Coordenação de Pesquisa, mediante parecer fundamentado do Orientador, aqueles Trabalhos cujos conteúdos superem as expectativas acadêmicas e guardem o nível técnico e científico esperado para o finalistas do Curso de Graduação em Direito.

---

**Artigo. 55 .** Poderá ser aplicado pela Coordenação de Pesquisa, para os casos de dispensa de elaboração ou de defesa do Trabalho Monográfico, avaliação escrita cujo conteúdo versará sobre o Trabalho desenvolvido pelo acadêmico, avaliado segundo os critérios prescritos neste regulamento.

**Parágrafo único .** As decisões de dispensa de elaboração ou de defesa do Trabalho Monográfico ou mesmo de aplicação de prova escrita, conforme o *caput* do presente Artigo são definitivas e irrecorríveis.

## **XV É Das Disposições Finais**

**Artigo. 56 .** Acompanham em anexo ao presente Regulamento, os modelos de formulários, recibo, grade de correção e ata de defesa de monografia a serem utilizados pelas Disciplinas de Trabalho Monográfico.

**Artigo. 57 .** Este Regulamento só pode ser alterado através do voto da maioria absoluta dos membros do Colegiado do Curso de Graduação em Direito e das demais instancias competentes para a sua análise na Universidade.

**Artigo. 58 .** Compete ao Colegiado do Curso de Graduação em Direito dirimir duvidas referentes a integração deste regulamento bem como suprir as suas lacunas, expendido os atos complementares que se fizerem necessários.

**Artigo. 59 .** Este regulamento entra em vigor data de sua aprovação pelo conselho de ensino e pesquisa (CONSEP), revogando todas as demais disposições existentes sobre a matéria no âmbito da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas.

## ANEXO III REGULAMENTO DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

### I Da Denominação e Objetivos

**Art.1º** O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) é órgão integrante da faculdade de Direito/Ufam, no âmbito do direito aplicado, e tem por objetivo:

I Oportunizar aos alunos . estagiários a aplicação dos conhecimentos acumulados ao longo do curso, no exercício efetivo da advocacia;

II Desenvolver no estagio, o senso de responsabilidade no acompanhamento processual e participação em audiência;

III Prestar serviços jurídicos gratuitos a pessoas carentes, proporcionando-lhes a proteção integral, em todos os ramos do direito.

### II Das Atividades

**Art.2º** As atividades do NPJ, tem por finalidade:

I Ministrando ensino pratico aos estagiários;

II Selecionar e encaminhar alunos da FD para estagio externo, acompanhando e analisando o desempenho profissional;

III Proporcionar intercambio da FD com outras instituições de ensino similares- publicas e particulares . empresas publicas e privadas, com vistas a absorção do estagiário do mercado de trabalho;

IV Incentivar projetos de pesquisa e extensão no âmbito da FD.

### III Da Coordenação

**Art.3º** A Coordenação do NPJ é exercida por um professor indicado pelo conselho Departamental da FD.

**Art. 4º** São atribuições do Coordenador:

I Administrar NPJ, cumprindo e fazendo cumprir as decisões dos órgãos colegiados da FD;

II Dirigir e fiscalizar os serviços administrativos e técnicos do NPJ;

III Subscrever os convênios, acordos, contratos e demais documentos firmados pelo NPJ;

IV Coordenar as atividades pedagógicas e judiciais dos professores e estagiários do NPJ;

V Elaborar escalas de plantão, observando os princípios da experiência dos professores e capacitação do estagiário;

VI Encaminhar ao Conselho Departamental as solicitações, reclamações e reivindicações dos professores, funcionários e estagiários;

VII Prestar conta ao Conselho Departamental das atividades exercidas no NPJ bem como das doações recebidas e respectivas aplicações;

VIII Exercer as demais funções que lhe são atribuídas por determinação da Diretoria ou do Conselho Departamental da FD.

#### IV Do Professor Orientador

**Art.5º** Os professores do NPJ são responsáveis pelas disciplinas Prática Jurídica Real e Simulada, competindo-lhe;

I Orientar e Supervisionar o trabalho dos estagiários do NPJ;

II Fazer o controle de frequência dos estagiários;

III Assinar as petições encaminhadas ao poder judiciário e demais documentos pertinentes aos trabalhos desenvolvidos no NPJ;

IV Acompanhar, juntamente com os estagiários, as audiências em geral, em qualquer fórum, tribunal ou instituição, quando designado, desde que o ato seja compatível com sua capacidade técnica;

V Apresentar ao NPJ, proposta de projeto alternativo ao estagiário, palestra, seminários, mutirões etc, desde que compatíveis com as atividades exercidas no NPJ;

VI Desempenhar todas as demais atividades decorrentes da função, mesmo quando fora do NPJ, inclusive na sede da FD.

**Parágrafo Único** - Aos professores convidados ou voluntários, não pertencentes ao quadro funcional da Ufam, que prestarem serviços junto ao NPJ é atribuído um certificado de prestação de serviços relevantes, com o número de horas trabalhadas o qual terá validade em qualquer órgão ou instituição como comprovante de prática forense.

#### V Dos Estagiários

**Art.6º** Os estagiários do NPJ são de três categorias:

II Aluno regularmente matriculado na disciplina Prática Jurídica Real;

II Aluno voluntário, não matriculado, mas que já tenha cursado a disciplina Processo Civil, Pré-requisito de Prática Jurídica Real;

III Aluno de outras instituições de ensino, conveniadas com a FD/UFAM, desde que tenham cursado a disciplina Processo Civil, na instituição de origem.

§ 1º Os alunos da FD/UFAM que participarem de programas institucionais regularmente instituídos ou reconhecidos na UFAM, e que desenvolvam atividades similares à do NPJ, poderão requerer aproveitamento de estudos com atribuições de nota, desde que apresentem relatório de Desempenho assinado pelo coordenador de atividades, indicando a capacidade e aproveitamento do aluno.

§ 2º O aluno voluntário para obtenção do aproveitamento de estudo, deverá matricular-se regularmente na disciplina Prática Jurídica Real, no período em que for oferecido, sendo lançada a nota, de acordo com o relatório de desempenho assinado pelo professor orientador, indicando a capacidade e aproveitamento do aluno.

§ 3º Para os alunos de outras instituições de ensino conveniadas com a FD/UFAM, será expedido um certificado de aproveitamento, no qual constará o número de horas trabalhadas, o desempenho e aproveitamento do aluno no desenvolvimento da atividade.

**Art. 7º** - Os Alunos que prestarem estágio nas instituições ou entidades conveniadas poderão fazer jus ao aproveitamento do estudo, sem atribuição de nota, desde que comprovem o efetivo exercício de atividades similares às desenvolvidas no NPJ e acoplem ao pedido o Relatório de Desempenho do orientador do estágio, demonstrando a capacidade e o aproveitamento do aluno.

**Art. 8º** - São atribuições do Estagiário:

- I . Atender às partes em dia e local predeterminados;
- II . Tratar os clientes, funcionários e professores com educação, respeito e urbanidade;
- III . Zelar pela boa conservação das instalações, móveis, livros e demais bens do Núcleo, evitando gastos desnecessários de material;
- IV . Observar a orientação técnica e instruções que lhe forem transmitidas;
- V . Cumprir, diligentemente, as tarefas e serviços sob sua responsabilidade, sendo-lhe vedado recusar serviços próprios de suas funções;
- VI . Comparecer a plantão, solenidades, conferências, cursos e audiências, promovidos ou indicados pelo Núcleo, quando convocado;
- VII . Manter vigilância sobre o andamento dos casos sob sua responsabilidade, zelando para que nenhum prazo seja perdido, e comunicado, imediatamente, ao professor

orientador quaisquer despachos ou prazos relevantes para o caso;

VIII . Comparecer, em traje compatível, com pontualidade, às audiências judiciais ou extrajudiciais destinadas à solução dos casos sob sua responsabilidade, ou àquelas para os quais tenha sido eventualmente convocado, não podendo retirar-se antes de seu término;

IX . Manter atualizadas as anotações das fichas de andamento dos casos, informando ao professor orientador sobre as ocorrências que se verificarem;

X . Apresentar, mensalmente ou quando for solicitado, relatório do andamento das causas sob sua responsabilidade;

XI . Zelar pelo bom nome do Núcleo, comunicando à coordenação geral, qualquer ocorrência que venha macular a imagem da Instituição junto à sociedade e comunidade acadêmica;

XII . Assinar a freqüência, no início do expediente junto ao NPJ;

XIV . Desenvolver e propor atividades de pesquisa e extensão.

**Art. 9º - São direitos dos Estagiários:**

I . Participar das atividades do Núcleo em igualdade de condições com os demais Estagiários;

II . Ausentar-se do Núcleo quando estiver tratando de assunto pertinente a causa sob sua responsabilidade;

III . Ser liberado das atividades do estágio por prazo nunca superior a cinco dias, na semana destinada às provas ou por motivo justo, mediante autorização prévia da coordenação ou de professor orientador;

IV . Redigir e assinar as petições, juntamente com o professor orientador, nos processos que participar ativamente;

**Art.10º - A avaliação das atividades do estágio, desenvolvidas nas disciplinas Prática Jurídica Simulada e Real será efetivada de acordo com a legislação vigente, em especial as normas fixadas Pela Universidade, atribuídas com base nos relatórios periódicos de estágio e no desempenho efetivo dos estagiários junto ao Núcleo de Prática Jurídica . NPJ.**

## VI . DA CLIENTELA

**Art.11º - São clientes do Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de Direito as pessoas que nos termos da legislação de assistência judiciária . Lei nº 1060/50, comprovem serem necessitadas, e requeiram assistência, bem assim, aquelas que o Núcleo, mediante convênio, se obrigue a prestar assistência.**

Art. 12º - O NPJ pode, a qualquer tempo, recusar causa quando restar comprovado que o cliente tem condições de arcar com as despesas judiciais e honorárias advocatícias, sem prejuízo ao sustento próprio e da família.

**Art. 13º** - O NPJ pode através do professor Orientador ou Coordenação, desistir de causa ou demanda, pedindo seu arquivamento administrativo e/ou renunciar ao mandato, quando o cliente:

I - Revelar desinteresse, se convocando por três vezes, mediante carta ou outro meio não comparecer ao NPJ;

II - Não fornecer elementos ou esclarecimentos que lhe sejam pessoalmente exigidos e indispensáveis ao ajuizamento ou prosseguimento da demanda;

III - Sem justo motivo, deixar de comparecer à audiência em que sua for exigida;

IV - Demonstrar desconfiança no correto patrocínio da causa;

V - Exigir a prática de ato incomparável com o decoro e/ou interesse da UFAM.

## VII . DA MANUNTEÇÃO

**Art. 14-** A manutenção do núcleo se dará:

I - Com recursos oriundos das doações orçamentárias da Universidade de Amazonas/Faculdade de Direito;

II - Contribuições ou doações financeiras resultante da administração dos convênios firmados, tendo como unidade executora o núcleo;

III - Com doações;

**Parágrafo único** . Os recursos oriundos de doações serão aplicados no aparelho do NPJ, no estímulo de pesquisa, em eventos culturais e atividades de extensão junto ao conselho departamental.

## DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 15º** - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Departamental, Diretoria dada FACULDADE DE direito, e/ou COORDENAÇÃO geral do NPJ, dentro das competências que lhe são atribuídas, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários.

**Art. 16º** - As modificações no presente regulamento somente poderão ser processadas quando propostas pela diretoria da Faculdade de Direito e/ou Coordenação do NPJ, após serem ouvidos os integrantes do núcleo.

---

Art. 17 - Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo conselho Departamental da Faculdade de direito.

**Art. 18º** - Revogam- se as disposições em contrario.

CONSELHO DEPARTAMENTAL DA FCULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, EM MANAUS, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

CLYNIO DE ARAÚJO BRANDÃO DIRETOR DA FACULDADE DE DIREITO/UFAM



*Your complimentary  
use period has ended.  
Thank you for using  
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to  
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

---

## APENDICE DA RESOLUÇÃO

## FORMULÁRIO TMB 01

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
FACULDADE DE DIREITO

CURSO DE GRADUAÇÃO É PERÍODO \_\_\_\_/\_\_\_\_

Folha de Aprovação de Tema para Elaboração de Trabalho Monográfico de Bacharelado

**PARA SER PREENCHIDO PELO ACADÊMICO: Favor DIGITAR ou usar LETRA DE FÔRMA.**

Nome: \_\_\_\_\_ Assinatura: .....õ õ õ õ õ õ õ õ .

Data:

Tema proposto ao TMB:

Disciplina relacionada ao tema proposto:

Disciplinas matriculadas no presente período letivo:

01  
02  
03

**PARA SER PREENCHIDO PELO PROFESSOR ORIENTADOR APROVANDO O TEMA ESCOLHIDO E COMPROMETENDO-SE EM SUPERVISIONAR A ELABORAÇÃO DO TMB.**

Nome: ..... Assinatura: .....õ õ ..

Disciplina que leciona:õ õ õ õ õ õ õ .....Data: .....

**OBS.** \* Juntamente com este formulário deverá ser entregue um resumo do tema do TMB pretendido, com não menos de 200 e não mais de 500 palavras digitadas.

\* Este formulário deverá ser entregue na Secretaria dos Departamentos da Faculdade de Direito, até \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Uma vez aprovado, o tema pretendido **NÃO** poderá ser modificado pelo acadêmico sem a expressa permissão da Coordenação do Trabalho Monográfico de Bacharelado e somente em casos excepcionais.

\* A versão final do TMB deverá ser entregue na Secretaria dos Departamentos da Faculdade de Direito, até às \_\_\_\_: h de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Dificuldades de elaboração (incluindo falhas de formatação e impressão) **NÃO** serão aceitas como justificativas para entrega tardia da versão final do TMB. Entregas fora do prazo estipulado serão inevitavelmente penalizadas. Não há qualquer possibilidade de emendar ou substituir o TMB uma vez entregue.

## FORMULÁRIO TMB 02

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
FACULDADE DE DIREITO

### DECLARAÇÃO (A ACOMPANHAR O TMB QUANDO ENTREGUE)

Título do TMB:

Orientador: .....

Declaro para os devidos fins que não publiquei ou previamente apresentei o presente trabalho com o fim de alcançar qualquer grau acadêmico ou diploma e que o presente trabalho:

1. é o resultado de pesquisa e desenvolvimento realizado principalmente no presente período acadêmico.
2. contém referências expressas e/ou notas acerca das fontes utilizadas para pesquisa, incluindo qualquer outro trabalho que eu tenha previamente ou concomitantemente submetido a obtenção de qualquer grau, diploma ou qualificação similar em qualquer outra universidade ou instituição de ensino superior.
3. alcançou o mínimo de 40 e não ultrapassou o limite de 120 páginas de texto escrito, digitadas em conformidade com os parâmetros adotados pela ABNT e pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas.
4. representa trabalho oriundo de meu próprio esforço, realizado sem qualquer ajuda de terceiros, exceto quanto ao especificado abaixo:

Nome:

Turma:

R.A N:

Assinatura: .....

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

### TMB - RECIBO DE ENTREGA DE MONOGRAFIA

Nome:

Turma:

Orientador:

Título da Monografia:

Assinatura: ..... Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Recebido por: .....

Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, às \_\_\_\_:\_\_\_\_h

.....

### TMB - RECIBO DE ENTREGA DE MONOGRAFIA

Nome:

Turma:

Orientador:

Título da Monografia:

Assinatura: ..... Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Recebido por: .....

Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, às \_\_\_\_:\_\_\_\_h

## GRADE DE CORREÇÃO DO TMJ Ë FD/UFAM

### Atividade de Elaboração Individual (AEI) Ë 0 a 7,5 pontos

Forma	0 a 2,5 pontos		
<b>Estrutura e Formatação</b> O texto apresenta introdução/justificativa, desenvolvimento e conclusão, encontra-se com formatação adequada às normas do trabalho científico.	0	0,5	1
<b>Clareza</b> As idéias são apresentadas de forma clara, sem incoerências.	0	0,25	0,5
<b>Correção gramatical</b> O texto não apresenta erros ortográficos ou gramaticais segundo a norma culta.	0	0,25	0,5
<b>Bibliografia</b> O trabalho apresenta bibliografia mínima exigida e atualizada.	0	0,25	0,5
Conteúdo	0 a 5 pontos		
<b>Linha de raciocínio</b> O trabalho segue uma linha de raciocínio lógico-argumentativa definida.	0	1	2
<b>Coerência com as orientações</b> O trabalho responde às questões propostas pelo seu enunciado.	0	0,5	1
<b>Embasamento no conteúdo</b> A argumentação é sustentada por idéias presentes no conteúdo da disciplina abordada e eventuais debates ocorridos em sala de aula.	0	1	2

**Atividade de Defesa Individual (ADI) É 0 a 2,5 pontos**

<b>Defesa</b>	<b>0 a 2,5 pontos</b>				
<b>Análise do trabalho 1 - Exposição</b>  A exposição aponta idéias compatíveis, diferentes, refutadas e que precisam ser melhor explicadas.	0	0,25	0,5	0,75	1
<b>Análise do trabalho 2 - Exemplificação</b>  A defesa apresenta exemplos, fatos, dados ou experiências pessoais, aproximando teoria e prática	0	0	0,25	0,5	0,5
<b>Análise do trabalho 3 - Desenvoltura</b>  O acadêmico apresentou sua defesa com postura e desenvoltura compatíveis com o nível acadêmico pretendido, usou corretamente o vernáculo em sua exposição, demonstrou controle ao desenvolver o tema.	0	0,25	0,5	0,75	1

## DEFESA DE MONOGRAFIA

AOS \_\_\_\_\_ DIAS DO MÊS DE \_\_\_\_\_ DO ANO DE \_\_\_\_\_, NOS TERMOS DO REGULAMENTO DO TRABALHO MONOGRÁFICO DE BACHARELADO DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS FOI REALIZADA A APRESENTAÇÃO E DEFESA ORAL DE MONOGRAFIA PELO ALUNO \_\_\_\_\_ REGISTRO ACADÊMICO n. \_\_\_\_\_ SOB ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR \_\_\_\_\_, COM O TEMA \_\_\_\_\_

EM SESSÃO SECRETA, EM CONFORMIDADE COM A GRADE DE CORREÇÃO ADOPTADA PARA O TMB, ATRIBUIU A BANCA EXAMINADORA A NOTA FINAL \_\_\_\_\_ EFETUADA AS SEGUINTE OBSERVAÇÕES:

\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE: \_\_\_\_\_  
(Orientador)

\_\_\_\_\_  
MEMBRO 01: \_\_\_\_\_  
(NOME POR EXTENSO)

\_\_\_\_\_  
MEMBRO 02: \_\_\_\_\_  
(NOME POR EXTENSO)

\_\_\_\_\_  
ALUNO (A): \_\_\_\_\_  
(NOME POR EXTENSO)